História dos Fundadores do Império do Brasil

Volume IV

Evaristo Ferreira da Veiga

Otávio Tarquínio de Sousa

Edições do Senado Federal

Volume 211

Evaristo Ferreira da Veiga (* 1799 – ✝ 1837)

História dos Fundadores do Império do Brasil

. . . .
Edições do Senado Federal – Vol. 211

HISTÓRIA DOS FUNDADORES DO IMPÉRIO DO BRASIL

VOLUME IV

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

Otávio Tarquínio de Sousa

Brasília – 2015

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 211

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho

ISBN: 978-85-7018-616-4

Sousa, Otávio Tarquínio de, 1889-1959.
História dos fundadores do Império do Brasil / Otávio Tarquínio de Sousa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
5 v.
220 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 211)

Conteúdo: v.1. José Bonifácio – v. 2, t. 1-3. A vida de D. Pedro I – v. 3. Bernardo Pereira de Vasconcelos – v. 4. Evaristo da Veiga – v. 5. Diogo Antônio Feijó.

1. Primeiro Reinado(1822-1831), Brasil. 2. Imperador, Brasil. 3. Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838, biografia. 4. Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834, biografia. 5. Vasconcellos, Bernardo Pereira de, 1795-1850, biografia. 6. Veiga, Evaristo Ferreira da, 1799-1837, biografia. 7. Feijó, Diogo Antônio, 1784-1843, biografia. I. Título. II. Série.

CDD 981.04

. . . .

Sumário

Índice de Ilustrações

Evaristo Ferreira da Veiga.
Da *Galeria dos Brasileiros Ilustres,* de Sisson.

A

Rodrigo M. F. de Andrade e

Carlos Drummond de Andrade

. . . .

Capítulo I

ORIGENS. O ESTUDANTE. ENSAIOS POÉTICOS. VOCAÇÃO POLÍTICA.

EM PLENO REGIME COLONIAL, pelo ano de 1784, vinha para o Brasil um portuguesinho de 13 anos, chamado Francisco Luís Saturnino Veiga. Era pouco mais que uma criança e, ao contrário de tantos patrícios seus aqui chegados por esse tempo, não sonhava com o ofício de mercancia, não se destinava a ser "senhor de comércio", em prejuízo dos "miseráveis filhos do país", segundo o costume notado pelo marquês do Lavradio no seu exaustivo e sob tantos pontos notável relatório entregando o governo ao novo vice-rei d. Luís de Vasconcelos e Sousa.

No jovem reinol haveria certamente a "muita viveza" e o "espírito muito inquieto" comuns aos portugueses que atravessavam o oceano para ganhar a vida do lado de cá; mas não se lhe aplicaria a coima de "pouca ou nenhuma sinceridade", que os distinguia, conforme o testemunho do mesmo marquês.

Francisco Luís Saturnino Veiga, que já trazia sem dúvida de sua terra um começo de instrução, cuidou de aperfeiçoá-la e, depois de ter servido como soldado miliciano na paróquia de Santa Rita, no Rio de Janeiro, foi nomeado professor régio de primeiras letras da freguesia de

São Francisco Xavier do Engenho Velho, passando em seguida a exercer o magistério, na cidade, na Rua do Ouvidor, no local onde se abriu depois a loja América e China, a crer-se em Joaquim Manuel de Macedo[1]. Durante dezesseis anos dirigiu a sua aula, requerendo em 1809 aposentadoria, sob alegação dos serviços prestados e da ameaça de moléstias consequentes à sua vida sedentária. Mais: sentia falta de vista e surdez e pretendia buscar "por outros meios mais lucrosos a subsistência de uma numerosa família", como declarou em petição ao príncipe regente d. João[2].

Alguns anos antes, em 1788 e 1789, andara por Vila Rica. Do que fez em Minas, como lá viveu, não é lícito, à mingua de dados positivos, avançar muita coisa. Mas sem temeridade se pode afirmar que deve ter conhecido algum dos letrados do grupo dos Inconfidentes. Que desse grupo e dos seus feitos literários teve para logo notícia. Chegaram-lhe às mãos cópias das *Cartas Chilenas* e ele as recopiou com a "sua letra maravilhosa em sucessivos cadernos"[3]. Daí a publicação feita mais de meio século depois por seu neto Luís Francisco da Veiga.

Em 1795 ou 1796, casou-se Francisco Luís Saturnino Veiga com uma brasileira, d. Francisca Xavier de Barros, nascendo em 1797 o primeiro filho, João Pedro e, depois, em 8 de outubro de 1799, Evaristo, em 1802 Bernardo e por último Lourenço, em 1806.

Desse português mestre-escola, sabe-se que era um "homem de bons princípios e costumes austeros", profundamente católico, que educou os filhos com "severidade carrancuda", por efeito certamente daquela distância social que separava então os homens dos meninos, os pais dos filhos, aqueles querendo que estes se tornassem logo homens, pensassem e vivessem como adultos.

Grande, imensa foi a influência de Francisco Luís Saturnino Veiga sobre os filhos, sobre Evaristo. Influência de pai um tanto tirânico no recesso da casa; influência de primeiro mestre, ainda dentro da própria casa, atuando sobre os sentimentos, sobre a imaginação, sobre a inteligência. Até a idade de doze anos, o pai de Evaristo foi o seu professor único,

---

1. Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias da Rua do Ouvidor*, ed. de 1952, pág. 200.
2. Arquivo Nacional, doc. 46, caixa 147.
3. Veiga Miranda, *O panfletário da Regência,* pág. 15.

no sobrado da Rua do Ouvidor, onde moravam. Francisco Luís Saturnino Veiga transmitiu ao filho tudo quanto sabia, despertando-lhe o desejo de aprender mais, de tomar contato com outras línguas – latim, francês, inglês –, de estudar retórica, poética, filosofia racional e moral, em suma, iniciando-o no que se chamava nesse tempo, com grande propriedade, uma educação literária.

E Evaristo, no Rio de Janeiro de d. João VI, aprendeu latim, aprendeu inglês, aprendeu francês, cursou aulas de retórica e poética, estudou filosofia. Bom estudante, ótimo mesmo ele o foi, como provam os atestados passados por seus professores[4]. Durante três anos, de 8 de março de 1814 até o fim de 1816, Evaristo frequentou a aula de latim de Manuel Marques, cavalheiro professo e professor régio de língua latina, "com excessiva aplicação". Em 1817, consagrou-se de preferência à retórica e à poética, sempre com a mesma aplicação. O professor da aula, João José Vaía, atesta que a ela não faltou "nem um só dia, além de ser o primeiro que sempre pontualmente à hora entrava na classe"; e brilhou nas provas e nos exercícios, fazendo o elogio de Colombo e da pólvora, a acusação de Coriolano e a defesa de Mânlio Torquato. Em 1818, dedicou-se ao inglês, e João Joyce, "professor régio de língua inglesa nesta corte", fazendo coro com os demais mestres, declara que ele "frequentou com muita assiduidade" a aula, "dando provas de grande compreensão e talento e distinguindo-se pela facilidade, rapidez e perfeição com que chegou a traduzir este idioma". No mesmo ano de 1818, estudou também filosofia racional e moral, no seminário de S. José, com frei Marcelino de Santa Matildes Bueno, obteve em exame público a nota *optime cum laude* depois de patentear a mesma "facilidade e prontidão", o mesmo "atilado engenho", a mesma "extrema aplicação" já manifestados em outros estudos.

Evaristo aprendeu também francês e italiano, francês parece que com o pai e italiano sem mestre. Em francês foi examinado pelo padre Luís Carlos Franche, obtendo aprovação.

Todos os professores, ao lado da aplicação e da assiduidade, insistem, nos atestados que passaram, nos "bons costumes", como disse Manuel Marques, na "boa índole e louvável morigeração", segundo afirmou João

4. Ms. II – 29-36-1, da Biblioteca Nacional.

José Vaía, nos "mais excelentes costumes", conforme certificou frei Marcelino de Santa Matildes Bueno, na "boa índole e sãos costumes", na linguagem de João Joyce. E aludem também aos "outros conhecimentos" de Evaristo, à sua "leitura dos bons autores". Tratava-se de um adolescente ávido de saber, com uma precoce seriedade, todo voltado para os estudos[5]. Precoce seriedade de feitio moral e precoce desenvolvimento de gosto literário.

Na época em que Evaristo concluiu a sua educação, já seu pai, deixando a função de mestre-escola, montara uma livraria na Rua da Alfândega. Para o moço ansioso de conhecimentos, nada poderia ser mais propício. Os livros que Francisco Luís Saturnino Veiga recebia da Europa e expunha à venda tinham no filho o leitor mais curioso. Quando se abria um caixote chegado de novo, certamente ele era o mais impaciente, o que queria ter logo essa alegria, que os amantes de livros conhecem, de folhear a obra desconhecida ou só conhecida de nome, de aspirar-lhe o perfume, de sentir-lhe o contato intelectual e mesmo material. Orgia de leituras! Evaristo leu o mais que pôde, armado da facilidade que lhe dava a familiaridade com o latim, o francês, o inglês, o italiano. O projeto frustrado de partir para Coimbra encontrou compensação na livraria do pai; Evaristo não partiu, não seguiu nenhum curso universitário, mas "formou-se por si na universidade da livraria de seu pai", como disse Macedo. Fartou-se de livros, ele próprio caixeiro de livraria, vivendo dos livros e para os livros.

Quem quer que pretenda compreender melhor o homem que foi sob muitos aspectos a figura primacial da época da Regência, deverá ter em vista a sua formação autodidata, a influência de suas leituras, e também a sua condição de homem de cidade, de representante da classe média, da burguesia que se formava com esforço numa sociedade predominantemente de senhores e escravos. As leituras feitas sem o critério, sem a direção que a disciplina universitária impõe, leituras que raramente podem formar uma cultura verdadeira, em homem de outro temperamento teriam determinado a aparição de um demagogo, de um agitador, nesse moço filho de um livreiro, nesse rapaz de cidade sujeito a tantas influências pouco conducentes ao feitio pacífico e ordeiro.

---

5. Teófilo Otôni conta na sua *Circular* que foi explicador de geometria de Evaristo. Isto em 1827, contando o discípulo 28 anos e o mestre 19!

Mas Evaristo era fundamentalmente um moderado, uma natureza que aborrecia os extremos, um indivíduo fadado à posição de equilíbrio entre a conservação e o progresso, entre a tradição e a novidade. Gilberto Freire, estudando o período da história social do Brasil que culminou na fase imperial, observou que esse período foi de equilíbrio entre a tendência coletivista e a individualista, acentuando-se nele "alguns dos traços mais simpáticos da fisionomia moral do brasileiro. O talento político de contemporização. O jurídico de harmonização. A capacidade de imitar o estrangeiro e de assimilar-lhe os traços de cultura mais finos, e não apenas os superficiais[6].

Ninguém mais expressivo desse feitio contemporizador, harmonizador e assimilador do que Evaristo. E isso desde o início de sua vida, desde as primeiras manifestações de sua atividade intelectual e do seu comportamento social.

Há um documento que permite refazer as etapas da formação íntima de Evaristo e verificar como reagiram nele os sucessos políticos da época de sua adolescência e primeira mocidade: o seu caderno de poesias. É bem o itinerário de uma alma e vale como se fosse um livro de memórias. Dessas poesias, em que se sente com a maior evidência a influência da escola arcádica e sobretudo de Bocage, a mais antiga data de fins de 1811. Era então Evaristo um menino de doze anos. Que foi que lhe despertou a necessidade de cantar? Uma simples obra municipal, um melhoramento urbano – a ereção do chafariz de Santana no dia do aniversário do príncipe regente d. João.

O menino de cidade, que até então só tivera um mestre – seu pai – encheu-se de entusiasmo e, não sem imenso exagero, põe acima das "ações valerosas e brilhantes de Cipião, Pompeu e do grande Cila", a construção de um simples chafariz:

"Enquanto Febo cresta os habitantes
Da Líbia ardente, e terra Tingitana,
Tu, ó Príncipe, a bem da espécie humana
Matas a sede aos povos teus amantes." [7]

---

6. *Sobrados e mocambos*, 1ª ed., pág. 55.
7. *Poesias de Evaristo da Veiga*, Rio, 1915. – Publicação da Biblioteca Nacional.

Ao menino de doze anos não era indiferente a utilidade, o benefício daquela água dada ao povo de sua cidade, do seu sujo Rio de Janeiro. Estaria aí uma manifestação do espírito público de Evaristo, que mais tarde o dominaria.

Um ano depois, em 1812, ele celebrava os desastres militares dos franceses em Portugal. Por ora, nenhum sentimento nativista, nenhum patriotismo brasileiro. Dir-se-iam versos de um português:

"Portugal vencedor conserva ileso
Seu ínclito valor [....]"

Em 1813, com quatorze anos, Evaristo era um poeta português, que refletia no Brasil, com o atraso de dois decênios, o movimento literário da Nova Arcádia ou Academia das Belas-Letras de Lisboa, fundada pelo conde de Pombeiro, José de Vasconcelos e Sousa, e em que mais do que todos se destacaram Bocage [Elmano Sadino], José Agostinho de Macedo [Elmiro Tagideu], Curvo Semedo [Belmiro Transtagano] e Pato Muniz [Olino][8]. Bocage era o modelo do jovem Evaristo, o poeta de sua predileção, a quem constantemente se referia em seus versos.

"Consórcio ilustre do famoso Elmano
Tu que lhe herdaste a ressoante lira
Com que o Tejo as ondas suspendia,"

dizia ele, numa epístola a d. Gastão, datada de dezembro de 1813. Em outra epístola ao mesmo d. Gastão e da mesma época, Evaristo reiterava o seu louvor ao "Grande Elmano, cantor do Tejo".

Como elogio máximo, dizia:

"Um sucessor d'Elmano sonoroso."

Sem desprezar de quando em vez a nota lírica, cantando as perfeições de uma Marília –

"Observo do teu rosto a graça e o mimo
Se as tuas perfeições Marília atento

---

8. Mendes dos Remédios, *História da literatura portuguesa*, pág. 427.

Em pouco tudo o mais do mundo estimo
Só em ti se demora o pensamento"

– predominava no poeta adolescente a preocupação dos acontecimentos políticos. Em 1817, Evaristo era um súdito fiel de d. João VI. O malogro da revolução de Pernambuco enchia-o de satisfação:

"Rotos já os grilhões dos vis tiranos,
Que a falsa liberdade em vão proclamam,
Rotos já os grilhões a seu rei chamam
Os leais, os fiéis pernambucanos.
Não; nunca poderão fatais enganos
Vassalos seduzir, que seu rei amam,
Que nos seus corações fiéis aclamam
João Sexto, as delícias dos humanos." [9]

"Falsa liberdade", "João Sexto, as delícias dos humanos"! Evaristo detestava os revolucionários pernambucanos, chamando-os de "vis tiranos". A república e a própria liberdade não o enfeitiçavam. Ao seu espírito calmo e realista parecia imensa a transformação que se operava no Rio de Janeiro com a estada de d. João VI, e as musas o ajudavam a dar

"Graças ao Rei, que em corações impera"

exultando com o casamento de d. Pedro:

"Unem-se em laço eterno neste dia
A casa de Bragança e a casa d'Áustria
Firma-se a sucessão do luso trono
Suave nó, santíssima aliança." [10]

A princesa d. Leopoldina terá tido suas razões para julgar errado o vaticínio do poeta: o nó não foi dos mais suaves. Mas estava garantida a sucessão do "luso trono", diante do qual o poeta obscuro entoava loas, cantando "os anos de S. Majestade" em 13 de maio de 1819 e em 28 de

9. *Poesias,* pág. 17.
10. *Poesias*, pág. 24.

abril de 1820, o "aniversário da aclamação d'el-rei d. João VI", compondo nênias à morte da rainha da Espanha, que

> *". . . . . a gente ibera*
> *chora, e com ela a gente portuguesa."* [11]

"Luso trono", "gente portuguesa", é incontestável que a esse tempo não suspeitaria Evaristo (e já corria o ano de 1819!) que com mais três anos o "luso trono" se tornaria coisa odiosa e a "gente portuguesa" povo inimigo. Ele era então um português da América, um luso do Rio de Janeiro.

Quando esmorecia a nota política de conformismo integral, de fidelidade absoluta a Portugal, despontava outra que foi sempre traço marcante de sua natureza, mas em que se descobrem reminiscências clássicas, influências de poetas e escritores gregos e latinos: o culto dos amigos.

Evaristo era colega afetuoso, tinha um coração terno. Várias são as poesias dedicadas a companheiros de estudos, de quem se tornou amigo. De todos eles o mais aquinhoado pela musa evaristana foi um certo Machado, que mereceu nada menos de nove poemas. Vilela, Tomás, Siqueira, Luís Alves [trata-se do futuro Caxias?], foram também tema de poesias, além de outros englobados num soneto de despedida da aula de filosofia, que começava assim:

> *"Caros amigos, que leal, sincero*
> *Com puro afeto de minh'alma estimo*
> *Os adeuses do vosso terno Alcino*
> *Ouvi, se me quereis, como vos quero.*
>
> *Cândido, Estêvão, vós, que eu considero*
> *Do pátrio Rio Grande, a glória e mimo,*
> *Freire! Fiel Machado, ah! nem me animo*
> *A dizer-vos o adeus triste e severo."*

---

11. *Poesias*, pág. 40.

O "terno Alcino" tinha certamente na memória o soneto em que Bocage, o Elmano, também se despedia de amigos:

"Terno Paz, bom Maneschi; Aurélio caro,
Álvares extremoso, Almeida humano,
Ferrão prestante, valedor Montano,
Moniz que extrais teu nome ao tempo avaro!"[12]

A amizade, o sentimento da amizade, Evaristo pintou como "uma filha do Céu" descida ao mundo para abrandar o peito humano depois da queda do paraíso terrestre. Quem sabia ser tão bom amigo e tão alto colocava a amizade, havia de ter apurada a afeição fraterna. De seu irmão Bernardo Jacinto da Veiga, que em 1819 se mudou para Minas Gerais, por motivo de moléstia, Evaristo se despediu num soneto datado de 29 de julho desse ano, em que dizia:

"Campos do Rio Verde, eu vos entrego
Metade d'alma num irmão querido,
Que das enfermidades oprimido
Busca em vós refrigério, paz, sossego".

Estaria nesses versos, na imagem da "metade d'alma", uma reminiscência da leitura de Horácio, na ode *Ad Navem Virgili :*

"Navis quae tibi creditum debes
Virgilium, finibus Atticis reddas
Incolumem, precor, et serves
Animae dimitium meae."

Também ao irmão Lourenço Xavier da Veiga, que partiu para Minas, ele dedicou um soneto cheio da mesma ternura.

Mas não só os amigos e os irmãos cantava o poeta. No seu caderno de poesias há, sob o véu de uma forma por vezes rebuscada, o amor, a nota erótica. Marílias, Nises, Armias, Lílias, Ulias, Ulimas, Isbelas começam a passar pelos poemas de Evaristo, quando ele chega aos vinte anos. São so-

12. Bocage, *Sonetos*, Ed. Santos Vieira, pág. 180.

netos, cantigas e madrigais, tudo a trair a influência dos Árcades portugueses e também dos mineiros. Quem foi essa outra Marília? E essa Isbela? E Nise? E Lília? Moças do Rio de d. João VI? Criaturas ideais? Mistério. Entretanto, o tom de alguns dos poemas, sobretudo pela decepção que revelam, está a indicar que houve criaturas de carne e osso disfarçadas sob este ou aquele nome. Cantando "o brando sexo aos amores consagrado" ele diz:

"Vós sois funesta causa de meus prantos,
O motivo cruel de minhas dores."

Mas, mais forte que o lírico em Evaristo era o político, maior que o poeta o patriota, que os sucessos da Independência iam despertar.

Em 1821, começava o dúbio, o equívoco, o complicado processo da emancipação política do Brasil, tornado assim pela transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro; e iniciava-se a primeira fase da crise constitucionalista entre nós. Nos seus primórdios, essa crise se declarou por influência dos sucessos de Portugal, com o movimento insurrecional do Porto e sua consequência última – a instalação das Cortes de Lisboa em janeiro de 1821. A repercussão mais eficaz aqui foi na tropa portuguesa, de cujo pronunciamento resultou o juramento prévio de d. João VI, em 26 de fevereiro do mesmo ano, à Constituição que fosse votada pelas Cortes. Evaristo, rapaz de 21 anos, não ficou indiferente aos acontecimentos e no dia seguinte compôs um soneto comemorando o fato. Para ele "raiava da liberdade a aurora", prostrando "em terra, morta, a tirania".

Não sem procedência afirma Oliveira Lima[13] que o ano de 1821 pode denominar-se no Brasil – ano do constitucionalismo português. Muita gente então, o elemento conservador receoso de desordens e infenso a aventuras, alimentava a esperança de que o advento das novas instituições não importaria numa ruptura com Portugal, continuando o Reino Unido com os dois países em pé de igualdade, à sombra do constitucionalismo inaugurado às margens do Tejo, numa espécie de monarquia dual, servindo a Coroa de traço de união.

Dessa esperança participou Evaristo. Raiasse "da liberdade a rubra aurora", sim, caísse o despotismo. Mas a liberdade com que sonhava

---

13. *O movimento da Independência*, pág. 83.

era a instalação do regime liberal no governo, era a implantação do sistema constitucional, mantidos os laços que uniam Portugal e o Brasil.

A 27 de julho de 1821, glosava num soneto laudatório o mote – "portugueses são sempre portugueses" e menos de um mês depois, a 21 de agosto, tecia loas ao soberano congresso:

"Vós cujo alto saber, prudência rara
Do povo aos males de contínuo atende;
Vós, cujo zelo os foros nos defende
e o grande código à nação prepara."

A "nação" era Portugal e era o Brasil, fazendo uma só pátria. Dias após, em 20 de setembro, o acontecimento celebrado era a entrada de d. João VI nas Cortes e o juramento ali prestado:

"Com rosto afável, gesto prazenteiro
Lá vai das Cortes no salão entrando,
Do luso Estado o chefe venerando
dos cidadãos o cidadão primeiro."

E cantava como heróis "o grande Tomás", o "grande Carneiro..." Mas essa esperança era vã, era apenas uma ilusão do poeta Evaristo, ilusão de que participaram muitos outros brasileiros. Se entre os homens que encabeçaram o movimento constitucional em Portugal havia gente de feitio liberal estreme e sincero, querendo a liberdade também para o Brasil, no fundo do movimento fermentavam despeitos, ressentimentos, queixas contra a preponderância que a antiga colônia assumira desde que a família real nela se estabelecera. O manifesto inaugural das Cortes de Lisboa era a melhor prova disso. E não tardaram os constitucionalistas de Portugal a demonstrar a sua malquerença, o seu desamor e a sua incompreensão das coisas do Brasil. Foram surgindo, uma após outras, as resoluções das Cortes de Lisboa, todas no propósito de restabelecer, embora de outra forma, a antiga submissão dos tempos coloniais e, pelos fins de 1821, já ninguém que tivesse sentimentos sinceramente brasileiros perseverava na ilusão do começo do ano.

Foi quando despertou em Evaristo o patriota, vendo em sua terra uma pátria à parte, o Brasil. "Ao Brasil" fazia um soneto em 17 de outubro de 1821, em que afirmava:

"Minha Pátria, oh Brasil [....]"

Por vezes ainda lhe ocorria a possibilidade de uma retificação na política das Cortes, tal era a força do seu temperamento contemporizador. A propósito da remessa de tropas de Portugal para o Brasil, ressuscitava Cabral e punha-lhe na boca versos assim:

"Que é isto? Que delírio ou que loucura
Vos tem do entendimento a luz roubada?
A terra Santa Cruz contais em nada,
Ou julgais que com ferros se segura?

Portugueses vós sois? E portugueses
Vossos irmãos não são [....]"

Ele mesmo, porém, já não se considerava português e a 16 e a 22 de fevereiro de 1822 celebrava, num soneto, a partida da Divisão Auxiliadora

"[....] que intentava
Armada da perfídia e da impostura
Fazer a brasileira gente escrava",

e, em outro, estigmatizava "a perfídia de Portugal", em tom de advertência ou de ameaça:

"Do sono de letárgica doçura
O Brasil acordou. Tremei, tiranos!"

Daí em diante, Evaristo vibrou com o movimento que se alastrava pelo país, e a liberdade do Brasil, a sua independência política passou a ser ardente desejo. Nenhum sucesso político o deixou indiferente: ao contrário, tudo era pretexto para novos cantos, novas expansões patrióticas. Tomava-o uma verdadeira impaciência pelo rápido desfecho do drama:

"Brasileiros, então que vos demora?
Da Santa Liberdade a voz vos chama,
E a quebrar as cadeias vos convida!

– conclamava ele a 28 de maio de 1822, acrescentando:

"Leis para nós, por nós queremos feitas,
Que a futura grandeza nos preparem.
Já não mais precisamos de senhores
Que desde além do Atlântico nos mandem
Reis, déspotas e ferros: eia acabem
Da triste escravidão os grandes anos."

E os acontecimentos precipitavam-se, tornando inevitável a ruptura. Desde 9 de janeiro se consumara a "ficada" de d. Pedro; o general Avilez, com a sua tropa, depois de um estágio na Praia Grande, embarcara para a metrópole a 15 de fevereiro; estavam vitoriosos os patriotas que obedeciam à inspiração de Ledo, José Clemente, Januário e frei Sampaio; José Bonifácio, feito ministro, começava a sua obra genial de transação política, para o estabelecimento do Império do Brasil, preservada a unidade nacional à sombra do trono a que ascenderia o príncipe d. Pedro; estava convocada, por decreto de 3 de junho, a Assembleia Nacional Constituinte; e as proclamações de 1 e 6 de agosto praticamente declaravam a Independência. A emancipação do Brasil ia culminar no grito do Ipiranga, a 7 de setembro. Mas já estava feita, já era um fato inelutável.

Em meados de agosto de 1822, Evaristo, sem ser figura saliente em nenhum dos sucessos que se desenrolaram, acompanhava-os cheio de entusiasmo. Para prova basta o "Hino constitucional brasiliense", datado de 16 daquele mês, o célebre "Brava gente brasileira":

"Já podeis filhos da pátria
Ver contente a mãe gentil;
já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.

Brava gente brasileira,
Longe vá temor servil;
Ou ficar a pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.

Os grilhões que nos forjavam
Da perfídia astuto ardil
Houve mão mais poderosa
Zombou deles o Brasil.

Brava gente brasileira", etc...

Três dias depois, inflamado com a decisão que se tomara de impedir o desembarque de tropas portuguesas, Evaristo fazia o "Hino marcial", verdadeiro cântico de guerra, incitando os brasileiros à resistência:

"Valentes guerreiros,
Que a fama buscais
E as armas alçais
A novo esplendor,

Mostremos ao mundo
Bravura, energia,
A pátria confia
No nosso valor."

Depois desses, novos hinos compunha, num total de sete, todos sob a inspiração da mesma nota patriótica. Alguns lograram imediatamente a maior notoriedade, divulgaram-se, foram entoados por milhares de bocas. O "Brava gente brasileira" começou a ser cantado ao som de duas músicas diversas, uma da autoria do maestro Marcos Portugal e outra do próprio príncipe d. Pedro. Os corpos militares da guarnição do Rio cantavam o "Brava gente brasileira"; cantava-o o povo nas ruas. No momento, e não sem razão, o herói máximo da Independência era o príncipe d. Pedro; e, muito naturalmente, dada a sua notória melomania, para logo se lhe emprestou a autoria da letra do "Brava gente brasileira", já que lhe compusera uma música.

Por modéstia, por timidez, para não competir com d. Pedro, o verdadeiro autor da letra do "Brava gente brasileira" se deixou ficar quieto, indiferente à glória. Os anos se passaram e muita gente aceitou como sen-

do do imperador a letra do hino famoso. O reverendo Walsh, no seu livro sobre o Brasil do Primeiro Reinado, registrou essa autoria[14]. Só mais tarde, em 1833, Evaristo, em contradita ao visconde de Cairu que, em artigo, sob *o* pseudônimo de "Jurista", publicado no *Diário do Rio de Janeiro* de 10 de setembro desse ano, louvando o ex-monarca, lhe atribuíra a paternidade da "letra e música" do "Brava gente", reivindicou o que era seu: "esse hino é saído do humilde balcão e produção mesquinha de nossa mocidade"[15].

Os originais, do punho de Evaristo, do "Brava gente" e dos outros hinos, estão na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Um deles, escrito a 16 de setembro de 1822, já depois, portanto, do grito do Ipiranga, era uma glosa do mote – "Independência ou morrer". D. Pedro chegara de S. Paulo na véspera à noite, numa daquelas suas viagens fulminantes. "Independência ou morte" ou "Independência ou morrer"? O grito do príncipe teria sido comunicado a Evaristo segundo a versão que ele consagrou no seu hino?

O certo é, porém, que o retraído caixeiro de livraria continuou a cantar os feitos da Independência e a fixar em seus versos os acontecimentos que se iam sucedendo. Primeiro, a apuração dos votos dados aos deputados do Rio de Janeiro:

"Ei-los da pátria os pais! No seu semblante
O saber e a prudência estão gravados."

E como que retificando o hino "Independência ou morrer", concluía:

"Seja de vossas leis a pátria o norte!
Este povo que a empresa vos confia.
Vos dá por base – Independência ou morte."

Este soneto tem a data de 21 de setembro.

Depois, era o ato da aclamação do imperador que lhe inspirava nada menos de três sonetos. E cantando sempre a liberdade, em odes

14. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol. I, pág. 207.
15. *Aurora Fluminense*, de 15 de setembro de 1833.

e estâncias, dedicava também odes e sonetos à instalação da Assembleia Constituinte, a lorde Cochrane, à saúde do imperador, à fuga do general Madeira. D. João VI, que antes celebrara, quando ainda não se descobrira brasileiro, aparecia num soneto como dúplice e impostor. Passara o tempo dos sonetos laudatórios "aos anos de S. Majestade".

Toda essa produção poética, inspirada em motivos políticos, deixa evidente o interesse com que Evaristo acompanhou os sucessos da Independência. É inteiramente infundado, pois, o silêncio que lhe foi atribuído, em face desses sucessos, por alguns de seus biógrafos. Macedo, concedendo que Evaristo não tivesse sido indiferente aos acontecimentos de 1821 e 1822, diz que neles não pôde tomar parte por temor ao pai, pelo receio de desgostar a este que, além de português, era "aferrado às velhas doutrinas", à "autoridade absoluta do rei".

Antes de tudo, deve-se pôr em dúvida esse aferro às velhas doutrinas num homem que, na primeira mocidade, tão solícita e interessadamente copiara as *Cartas Chilenas* e no Rio de Janeiro de d. João VI, depois de ser professor, se fizera livreiro. Francisco Luís Saturnino Veiga não era o absolutista feroz pintado pelo romancista de *A Moreninha.* O que ele seria, isso sim, era bom português, com pouca disposição de mudar de pátria.

Quando Evaristo compôs o hino "Brava gente brasileira", quem o mandou imprimir foi seu irmão João Pedro, na tipografia do *Diário do Rio de Janeiro,* na mesma ocasião, no mesmo ano de 1822[16]. Conta Luís Francisco da Veiga que João Pedro levou doze exemplares ao Paço Imperial, seis destinados ao imperador e seis para d. Leopoldina, e acrescenta que, ao saber d. Pedro I da intenção de João Pedro de oferecer seis exemplares à imperatriz, exclamou: "Para que quer ela isso? Dê-me mais quatro". Se Evaristo temesse tanto o pai a ponto de por isso não tomar parte nos acontecimentos da Independência, o mesmo temor obstaria seu irmão João Pedro de mandar imprimir o "Brava gente" e de levá-lo ao imperador: Evaristo e João Pedro eram unidíssimos e ambos filhos reverentes.

As razões do papel obscuro e modesto de Evaristo nos sucessos da Independência serão outras e de fácil explicação. Em primeiro lugar, como deixa fora de dúvida o seu caderno de poesias, Evaristo não foi pre-

---

16. Luís Francisco da Veiga, "Hinos patrióticos", *R.I.H.G.B.*, tomo XL, pág. 43.

coce no sentimento nativista, no ardor brasileiro. Durante quase todo o ano de 1821 se satisfez com o "trono luso", com a solução da monarquia constitucional abrangendo Brasil e Portugal, um e outro fazendo uma só pátria, com portugueses de cá e de lá, todos portugueses. Só despertou nele a sensibilidade propriamente brasileira em 1822, em face do procedimento das Cortes de Lisboa, quando começou a perceber a "perfídia de Portugal". O seu nacionalismo, pois, era novo, era recente; faltavam-lhe raízes, faltava-lhe a flama, a paixão em que outros já ardiam. Em segundo lugar, Evaristo era em 1822 um rapaz que trabalhava no balcão da livraria do pai, sem situação social, sem posição política para tomar a dianteira e figurar no primeiro plano dos acontecimentos. Por último, convém ter em vista o seu feitio moral, o seu fundo psicológico, a sua modéstia, a sua moderação.

O respeito ao pai não é a verdadeira explicação desse papel secundário que representou nos dias da Independência, próprio de um moço obscuro, de um caixeiro avesso a turbulências. Que o pai não lhe inibiu a ação há outra prova na sua réplica ao panfleto anônimo contra o Brasil, intitulado *Carta do compadre de Belém,* impresso em Portugal.

Basílio de Magalhães[17], contestando a afirmativa de Vale Cabral, no trabalho *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822,* demonstra que a resposta à *Carta do compadre de Belém* é de autoria de Evaristo, fixando a época de sua composição em fins de 1821. Aliás, De Simoni, no "Elogio" feito logo depois da morte do jornalista da *Aurora Fluminense*, já aludira a esse escrito, dizendo que nele Evaristo guardara "a viseira do anônimo".

A resposta é assinada – "O estudante constitucional". Em fins de 1821, Evaristo, desiludido da sinceridade dos liberais portugueses, capacitara-se dos verdadeiros destinos do Brasil e via em Portugal um inimigo. Na contestação à *Carta do compadre de Belém* palpitava de entusiasmo pela terra de nascimento, enumerando-lhe as grandezas e as possibilidades, cantando-lhe a riqueza e o futuro.

Tendo sempre em vista o carinho votado a seu pai, tudo indica que Evaristo não escreveria, ou ao menos não publicaria esse trabalho, se isso o magoasse. Nem se diga que o pseudônimo usado visava a esconder

---

17. *Jornal do Comércio*, de 6 de junho de 1937.

do pai a autoria da resposta: também por pseudônimo era assinada a *Carta do compadre de Belém.*

Evaristo, não usando o próprio nome, não só fazia o mesmo que o seu contraditado, como obedecia a um impulso do temperamento: desde então, manifestava o seu pouco amor à ostentação, o seu horror ao brilho, a sua modéstia exemplar. Era a primeira demonstração do desapego à glória e do desinteresse do futuro grande chefe da era regencial, quando comandava as maiorias da Câmara, fazia e desfazia ministérios, elevava Feijó a regente único e nada queria para si, nada trocava pelo ofício de jornalista e pelo balcão de sua livraria.

Só um lugar, no começo da vida, só uma posição solicitou, um emprego muito modesto de oficial supranumerário numa secretaria de Estado. Em 1819, logo depois de concluídos os estudos, dirigira uma petição a d. João VI, assinando ainda Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, nome de estudante, com o apelido materno Barros acrescido aos do pai. O pedido não logrou deferimento e Evaristo foi para a loja de livros paterna, para a sua "universidade", longe dos poderosos, detestando os cortesãos. Modesto ou orgulhoso, fazia a 28 de janeiro de 1823 um soneto, em que dizia:

"Eu não sei adular, não sei mentir,
Nem desprezos e afrontas suportar;
Não posso para os grandes frequentar,
Humilde nas cocheiras assistir.

Em tudo onde o meu voto se pedir,
Singelo, e sem rodeio hei de falar."

Era um programa de vida que se traçava e que realizaria, indefectivelmente.

Caixeiro da livraria do pai, foi Evaristo espectador, de começo otimista mas bem depressa desenganado, da ação do primeiro imperador. O homem público que havia nele preparava-se na penumbra do balcão, em cujos lazeres lia, meditava e sonhava. Os livros armavam o destemido lutador da *Aurora Fluminense,* disposto a enfrentar todos os poderosos. Consumada a Independência, com a merecida auréola de herói, d. Pedro,

por seus gestos contraditórios e incoerentes, não se imporia por muito tempo à admiração do jovem Evaristo.

O ano de 1823 seria o da instalação da Constituinte e o de sua dissolução por um golpe de força. Em 30 de maio já ele vislumbrava o "despotismo mascarado" em vários discursos feitos na Assembleia. Mas, em julho, ainda dedicou sonetos ao imperador:

> *"Pedro, herói do Brasil, terror e espanto*
> *Da sanha infesta e pérfida impostura."*

Dissolvida, porém, a Constituinte, sucedia terrível desilusão. O herói era assim? E Evaristo nunca mais cantou sucessos políticos, buscando em idílios, madrigais e fábulas como que uma evasão para as suas decepções. Só a morte da imperatriz faria vibrar novamente num soneto e em "dísticos para o mausoléu" a nota política, e bem se sabia como se finara a pobre d. Leopoldina, humilhada por um marido que nenhum recato mais punha no seu amor pela comborça paulista.

. . . .

Capítulo II

ANOS DE PREPARAÇÃO.
O LIVREIRO EVARISTO FERREIRA DA VEIGA.

1823, 1824, 1825, 1826 foram anos de recolhimento e de íntima preparação, em que Evaristo, sentindo definir-se a própria vocação e formando a sua personalidade, havia de encontrar-se consigo mesmo. No começo de 1823 morrera-lhe a mãe, e esse fato, além da repercussão afetiva, lhe dera ensejo de iniciar uma nova fase em sua vida. Francisco Luís Saturnino Veiga, que se casara com moça abastada[18], não fora mal sucedido nos negócios da livraria e por ocasião da viuvez já podia dividir com os filhos a parte que lhes tocava na herança materna.

Tratando-se de família que vivia em grande harmonia, causa à primeira vista estranheza que Evaristo e João Pedro, separando-se do pai, fossem abrir na mesma cidade, aqui mesmo no Rio de Janeiro, uma outra livraria, fazendo-lhe concorrência. Mas essa estranheza cessa quando se tem em conta o feitio moral do velho Veiga, cujo mais caro desejo era certamente ver os filhos viverem independentes, com economia própria, e não

---

18. Veiga Miranda, *O panfletário da Regência*, pág. 16.

em condição subalterna de empregados ou na de simples sócios a sofrerem o seu ascendente, submissos à sua orientação. Além disso, e aqui está a causa imediata, Francisco Luís Saturnino Veiga pretendia casar segunda vez, como ele mesmo contava em carta de 10 de dezembro de 1823, dirigida a Raimundo Severino da Mota: "As desinquietações com que tenho vivido este ano, *pela falta de minha companheira, liquidações de contas com meus filhos que fiz emancipar para poder passar a 2*[as]*. núpcias a fim de evitar quedas que a corrupção frequentemente oferece [....]*"[19].

Homem escrupuloso e exato, querendo casar novamente, entregara aos filhos o que lhes pertencia. E foi assim que, em 1823, Evaristo, juntamente com seu irmão João Pedro, abria livraria própria na esquina das ruas da Quitanda e São Pedro.

Do fato de os filhos estabelecerem o mesmo ramo de comércio do pai se pode concluir que o negócio de livros constituía empreendimento lucrativo e que aumentava todos os dias o gosto pela leitura, crescendo o número das pessoas interessadas no movimento intelectual do mundo, nas décadas iniciais do século XIX. Era o grande surto do liberalismo europeu e norte-americano que se manifestava entre nós, num Brasil que cortara os laços que o prendiam política e administrativamente a Portugal e à Europa, mas que desta cada vez se aproximava mais desde a chegada de d. João VI.

"No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a reeuropeização se verificou pela assimilação de parte de raros, pela imitação (no sentido sociológico fixado por Tarde) da parte do maior número; e também por coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América – através do tratado de Methuen, quase colônia deles, Portugal só fazendo reinar – e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e padrões de vida que espontaneamente não teriam sido adotados, pelo menos com tanta rapidez."[20]

Essa reeuropeização modificava extraordinariamente a fisionomia da antiga cidade colonial, impondo-lhe novos estilos de vida, criando-lhe necessidades antes desconhecidas. Nada dará melhor uma ideia do

19. Veiga Miranda, *op. cit.*, pág. 21.
20. Gilberto Freire, *Sobrados e mocambos*, ed. cit., pág. 259.

que foi a transformação que se operou no Rio do que a leitura dos jornais, dos anúncios neles publicados, fixando, em verdadeiros flagrantes, as influências inglesas e francesas nas ideias, nos sentimentos, nos hábitos, nas modas, na alimentação, na vida íntima e na vida social dessa época.

Para cá tinham vindo, em grande número, negociantes franceses e ingleses a explorarem os mais variados gêneros de comércio. Prova da importância que assumira o comércio estrangeiro estará no anúncio que no *Diário do Rio de Janeiro* de 15 de fevereiro de 1823 fez o advogado Antônio José d'Assa Castelo Branco Cunha e Meneses, anúncio em francês, em que avisava a "Mrs. Les Estrangers" a mudança do seu escritório e dizia que falava e escrevia naquela língua. Em outro número do mesmo jornal, "César, alfaiate francês, com loja no canto da Rua da Cadeia nº 91", participava "ao respeitável público que há pouco lhe chegara de França um lindo e escolhido sortimento de fazendas das de melhor gosto e próprias para uso dos senhores no tempo do verão [....]". Francês era em 1823 o redator do *Diário do Rio de Janeiro.* A. M. Jourdan aîné.

Com a transformação da arquitetura urbana por influência da Missão Artística que nos trouxe os Debret, Taunay, Grandjean de Montigny, Simon Pradier, e com os novos hábitos de moradia em pontos mais afastados do centro da cidade, foram aparecendo as vivendas e as chácaras para os lados do Catete, de Botafogo, do Engenho Velho, do Engenho Novo, da Tijuca e do Andaraí; e foram surgindo os jardins. Para fazê-los, certamente à maneira francesa, "Charlemagne e Romieux, de próximo chegados da França", punham anúncio no *Diário do Rio de Janeiro.*

Franceses eram também os cabeleireiros, como Desmarais, estabelecido à Rua do Ouvidor, rua aliás toda povoada de lojas francesas, lembrando pelo arranjo e sortimento as da Rue Vivienne, em Paris, segundo notaram Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis[21]. Franceses eram ainda os chapeleiros, como Frederico Richard, e os tintureiros, como Louis Bernard.

Esses alfaiates, chapeleiros, tintureiros, cabeleireiros, jardineiros franceses, juntamente com os arquitetos, pintores e gravadores também

---

21. *Notice Historique et Explication du Panorame de Rio de Janeiro.*

franceses, entraram a influir consideravelmente com a sua técnica, com o seu gosto, com os artigos que importavam ou confeccionavam, sobre a vida da cidade, sobre a sua feição e os seus costumes.

Mas não só a influência francesa se fez sentir nessa fase de europeização do Rio de Janeiro: os ingleses também cooperaram em grande escala e, sob outros aspectos, talvez de maneira mais decisiva. Se aos franceses tocava de preferência o comércio a varejo, se para o Rio se transplantavam as *boutiques* de Paris, os ingleses, pela preponderância econômica que o seu desenvolvimento industrial, o domínio dos mares e os tratados favoráveis lhes asseguraram, disputavam o comércio mais rendoso, os negócios mais vultosos, as operações bancárias.

Os anúncios do *Diário do Rio de Janeiro* do ano de 1823 estão cheios de nomes de comerciantes ingleses, sendo que alguns deles aqui se perpetuaram em larga progênie hoje bem brasileira. É o caso, por exemplo, de Jorge João Dodsworth, leiloeiro com escritório e depósito à Rua da Alfândega, nº 399 que, ao lado dos objetos mais diversos vendidos ao correr do martelo, tais como candelabros, pinturas, cômodas, secretárias, escrivaninhas, vasos de alabastro e livros, era o correspondente comercial de Hipólito da Costa e anunciava regularmente a chegada dos números do *Correio Brasiliense,* vindos pelos navios de Liverpool. J. J. Dodsworth foi leiloeiro no Rio durante todo o Primeiro Reinado e a Regência, teve filho barão do Império (o barão de Javari) e descendentes que se ligaram às melhores famílias de origem portuguesa, a Andradas e a Toledos.

A profissão de leiloeiro, da época da Independência aos primeiros tempos do Segundo Reinado, constituiu quase privilégio dos ingleses. Ao lado de Dodsworth figuravam Diogo Birkhead, estabelecido à Rua dos Pescadores, nº 97, Naylor & Comp. (Naylor é também hoje família bem brasileira, que deu ao Tesouro Nacional dois diretores-gerais), Goring, Risk & Comp., Freese, Blankenhagen, Coucher & Comp. Isso só em 1823; mais tarde outros vieram aumentar a lista. Comerciantes ingleses referidos em anúncios do *Diário do Rio de Janeiro* no mesmo ano eram Fernando Oxenford, com casa na Rua da Mãe do Bispo, nº 18, Alexandre Mac-Growther, Brown e Douglas, J. D. Thompson, etc.

Toda essa gente, todos esses ingleses e franceses faziam com que o Rio se tornasse a mais europeia das cidades do Brasil, como notava Maria

Graham comparando-o à Bahia e ao Recife[22]. Europeizando-se na casa, no arranjo interior, nos móveis, nos vestuários, na moda, na comida, a capital do Brasil se europeizava também nas ideias, nos sentimentos, nas doutrinas políticas.

Os agentes desse segundo aspecto de europeização foram os livros e os jornais, uns e outros se espalhando em profusão. Basta considerar que em 1821 o *Diário do Rio de Janeiro* inseria anúncios de nada menos de oito lojas de livros: de Manuel Joaquim da Silva Porto, à Rua da Quitanda, esquina de São Pedro, de Jerônimo Gonçalves Guimarães, à Rua do Sabão, nº 357, de João Batista dos Santos, à Rua da Cadeia, de Cipriano José Carvalho, de Francisco Nicolau Mandillo, de Paulo Martin, à Rua da Quitanda, de Francisco Luís Saturnino Veiga, à Rua da Alfândega, 395, e outra loja de livros "na Rua Direita nº 60, defronte do Arsenal". Dois anos depois, em 1823, feita a Independência, inaugurada a Assembleia Constituinte, só poderia aumentar o comércio de livros. E foi o que aconteceu. Os anúncios do *Diário do Rio de Janeiro* fazem alusão a outras lojas de livros, novas ou sucessoras das anteriormente existentes. A de Paulo Martin passara da Rua da Quitanda para a Rua dos Pescadores, nº 14; José Antônio da Silva abrira loja à Rua Direita, nº 112, e Joaquim Antônio de Oliveira, à Rua da Quitanda, nº 115. E na Rua dos Latoeiros, nº 12 também se vendiam livros, obras francesas sobre "medicina, cirurgia, história, literatura, artes, ciências, jurisprudência, etc."; na Rua da Ajuda, nº 102, defronte do convento, livros religiosos; e na Rua Nova do Senado, nº 57, nas lojas de Vera Cruz e Comp. Moreira, na Rua da Quitanda, nº 36 (Bossuet, La Fontaine, um tratado de câmbios), na Rua dos Arcos, nº 41. Livros usados, livros de segunda mão eram oferecidos em anúncios frequentes; e até em lojas de couros, como a "da Rua de S. Pedro, defronte da estalagem que foi do capitão Manuel José Ribeiro da Silva", o habitante do Rio em 1823 encontraria livros para comprar.

Com essa abundância de livros e essa expansão do seu comércio, não haveria que estranhar que, recebendo a legítima materna, João Pedro da Veiga e Evaristo fossem fazer concorrência ao pai, abrindo também a sua loja de livros. Os primeiros anúncios da nova livraria – João Pedro da

---

22. *Journal of a Voyage to Brazil*, pág. 169.

Veiga & Comp. – apareceram no *Diário do Rio de Janeiro* de 11 de outubro de 1823. A 29 do mesmo mês, Evaristo e seu irmão anunciavam "por preços cômodos" o *Cours de Politique Constitutionnelle,* em oito volumes, de Benjamin Constant, várias obras de Bentham, entre elas, a *Tactique des Assemblées.*

Se algum deputado à Assembleia Constituinte comprou esses livros e quis adotar os ensinamentos neles contidos, foi em vão: quatorze dias depois, a 12 de novembro, d. Pedro I, num impulso autoritário, desfechava o golpe da dissolução. O "despotismo mascarado", a que Evaristo aludira num soneto de 30 de maio de 1823, como que passava a ser franco, sem máscara: d. Pedro I, outorgada a Carta de 25 de março de 1824, governaria até 1826 sem Câmaras, ao sabor dos seus caprichos, a despeito do regime constitucional inaugurado.

A primeira reação de Evaristo em face do rumo que tomavam os acontecimentos políticos foi de desânimo. Como lutar? E o pequeno livreiro de 24 anos, em idade de amar, buscou evasão escrevendo poemas líricos, que, na sua maioria, ficavam inéditos, nas gavetas da loja de livros da Rua da Quitanda, esquina da de São Pedro. Na sua maioria, é verdade; mas não todos, como asseverou, em carta ao *Jornal do Comércio* de 5 de janeiro de 1900, o conselheiro Ponte Ribeiro, a propósito de um artigo de José Veríssimo, publicado três dias antes, em que este dissera que "a poesia depois da Independência se calara talvez envergonhada dos hinos patrióticos de Evaristo da Veiga e quejandos vates"[23].

Além dos hinos, publicados em 1822, Evaristo, em 1823, publicou *Despedida de Alcino a sua amada,* à venda na loja de Paulo Martin, à rua dos Pescadores, nº 14. Essa *Despedida de Alcino a sua amada,* de que deu notícia o *Diário do Rio de Janeiro*[24]*,* era de autoria de Evaristo. Alcino era o seu nome poético, era o seu pseudônimo arcádico, imitando Elmano de Bocage. Num soneto de 26 de julho de 1818, já ele dizia:

> *"Não queiras formosíssima tirana*
> *Mostrar-te ao triste Alcino áspera e dura."*

---

23. *Jornal do Comércio*, de 2 de janeiro de 1900.

24. *Diário do Rio de Janeiro*, de 10 de abril de 1823.

No soneto de despedidas aos "queridos colegas de filosofia", repetia quatro meses depois:

> *"Os adeuses de vosso terno Alcino*
> *Ouvi, se me quereis, como vos quero."*

O "triste Alcino" reapareceu na epístola de abril de 1819 e outra vez em soneto de novembro de 1820, já como "mísero Alcino".

Que se saiba, não existe mais exemplar algum da *Despedida de Alcino a sua amada.*

Mas Evaristo era afinal um poeta bastante medíocre e ele teve disso íntima convicção, antes que lho dissessem. A partir de 1823, a sua atividade poética foi esmorecendo, como se pode verificar pelas datas de suas poesias. Em 1821, as composições são em número de 39, em 1822 baixam a 32, em 1823, fase culminante, ascendem a 45, para descerem em 1824 a 12, em 1825 a 3, em 1826 a 5, subindo de novo em 1827 – ano em que se casou e estabeleceu livraria separado de seu irmão João Pedro – a 18. E acabou-se.

A vocação de Evaristo estava na política, no serviço público, na imprensa e no Parlamento. A decepção com os erros do reinado de d. Pedro I e a necessidade de cuidar de sua vida tornavam-no mais retraído, todo entregue aos negócios da loja de livros que abrira em setembro de 1823 com seu irmão João Pedro. Vendendo livros, ganhando dinheiro, Evaristo não se fechava entretanto em morno egoísmo. Sem ter saído do Brasil nem frequentado universidades, preparava-se com método para empenhar-se na ação política e bater-se sem nenhum medo e com o maior desinteresse. Já tendo uma boa base humanística, conhecendo bem o latim, Cícero, Virgílio e Horácio, familiar dos clássicos franceses – de Racine traduzira trechos de *Athalie* –, lendo correntemente o inglês, o francês e o italiano, não lhe foi difícil, comerciando em livros, ler o que de melhor se publicava então.

Não será mistério insondável reconstituir as suas leituras, bastando em grande parte pesquisar nos jornais do tempo os anúncios dos livros que vendia. Evaristo leu as obras de Benjamin Constant, de Bentham, de Blackstone, de Foy, de Ganilh e de quantos trataram do liberalismo político na Europa; leu Ricardo, Say, de Sismonde, inteirando-se do liberalismo econômico; leu livros sobre as instituições norte-americanas. Em livros

e jornais da Europa, formou o seu pensamento e fixou-se na posição da monarquia constitucional que era a dos homens do seu feitio, sempre com os olhos voltados para o que se passava na Inglaterra e na França. Queria instituições livres, queria adotadas no Brasil todas as teorias constitucionais que formavam o ideal político do século.

Monarquia constitucional e não república. Esta lhe parecia um excesso e ele era o moderado por excelência. A moderação será o traço dominante do seu caráter, moderação que não excluirá jamais firmeza, coerência, inflexibilidade de conduta.

Vendendo livros, lendo, fazendo versos, passou os anos de 1823 a 1827. Com a venda de livros, negócio rendoso, aumentou o que herdara da mãe, ficou economicamente independente[25], a ponto de nesse último ano separar-se de seu irmão João Pedro para estabelecer-se com livraria própria.

Desde algum tempo uma das lojas de livros mais prósperas do Rio era a de João Batista Bompard, francês que, como Paulo Martin, M. S. Cremière, Cogez, Plancher, se tinha feito livreiro, ou dono de tipografia na capital do Império. Em fins de outubro ou começos de novembro de 1827 Evaristo comprou a livraria de Bompard, como se vê no aviso publicado nas "Informações Particulares" do *Diário do Rio de Janeiro* de 8 de novembro do mesmo ano: "João Batista Bompard avisa às pessoas que tinham obras à comissão na sua loja de livros (Rua dos Pescadores nº 49), que tendo-a vendido aos srs. Evaristo da Veiga & Comp., necessita ajustar as suas contas; para isso lhes pede queiram dirigir-se ao 1º sobrado por cima da sobredita loja, no prazo de 15 dias, em que o acharão a qualquer hora."

João Pedro continuou com a loja da Rua da Quitanda esquina da de São Pedro e Evaristo foi para a Rua dos Pescadores, nº 49, em cujo sobrado estabeleceu residência. Lá morara Bompard, segundo se conclui do aviso na parte em que dizia – "em que o acharão a qualquer hora". No dia 10 de novembro de 1827, o *Diário do Rio de Janeiro* publicava o primeiro anúncio da nova livraria e no dia 15 o segundo, logo depois da de João Pedro da Veiga. A loja de Evaristo vendia nessa época livros de economia política, de administração, de finanças, Say, Ricardo, Ganilh, de Sismon-

25. De Simoni, *Honras e saudades*, pág. 10.

de, livros sobre os Estados Unidos e sobre o México, Broussais, Magendie, Voltaire e uma tradução de Racine por Cândido Lusitano.

Mas o ano de 1827 não marcaria na vida de Evaristo apenas a sua emancipação econômica: seria o do casamento com a mulher de sua escolha, d. Ideltrudes Maria d'Ascensão, casamento que despertou a musa adormecida, inspirando-lhe três sonetos, todos datados de 30 de outubro. Com vinte e oito anos de idade, casado, dono de uma livraria, possuidor de "uma fortuna considerável,"[26] chegava o momento de iniciar a admirável luta que seria a sua vida pública.

O "mercador cauto e estudioso", que vivera até então "metido no fundo de sua loja", ia começar um combate corajoso e incessante aos excessos, aos distúrbios, aos erros, aos crimes que afligiam e indignavam o seu coração generoso. Por isso mesmo que já conquistara tão depressa o que outros só conseguem mais demoradamente – estabilidade material, felicidade doméstica –, mais fortes eram os impulsos que o levavam a abandonar um retraimento que, a prolongar-se, se confundiria com a indiferença e o conformismo.

Mas em Evaristo nunca houve indiferença, nunca houve conformismo; à sua natureza repugnava esse pecado frio que é a omissão, essa cumplicidade secreta com o mal que há na covardia dos egoístas. Sem sombra de presunção, antes desconfiado do próprio valor, não seria sem uma dura, uma tensa luta interior que o livreiro moço e abastado ia trocar a posição de mero espectador pela de combatente da primeira linha.

26. De Simoni, *Honras e saudades*, pág. 11.

Planta da cidade do Rio de Janeiro feita em 1818-1820 por Debret.

. . . .

Capítulo III

UM "BALCÃO FEITO CADEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA".
A *AURORA FLUMINENSE.*

DECIDINDO-SE A DESCER ao terreno escorregadio que era entre nós a vida de imprensa no Primeiro Reinado, Evaristo não poderia ter ilusões quanto aos dissabores e aos sofrimentos, que o esperavam. Quem os antevia melhor do que ninguém era seu pai. Em versos que figuram no caderno de poesias de Evaristo com a nota – "De meu pai" – dizia Francisco Luís Saturnino Veiga em tom de advertência ao filho que se dispunha a abandonar o sossego e a pacatez da próspera loja de livros:

> *"Atendei pois que eu persisto,*
> *Em fugir de ajuntamentos,*
> *Em trabalhar utilmente,*
> *Deixando vagar a gente*
> *Em reformar elementos.*
> *Cada um a si conduza*
> *Pela lei que Deus lhe deu,*
> *Vele em si e no que é seu [....]".*

Mas Evaristo não queria ficar nessa vida quieta, "velando em si e no que era seu"; queria servir aos seus semelhantes, servir à sua terra. O próprio casamento, com a perspectiva dos filhos, impelia-o a participar na defesa de instituições livres, num regime em que não prevalecessem os caprichos dos poderosos e dos violentos.

O *Diário do Rio de Janeiro, – Diário do Vintém* ou *da Manteiga,* da alcunha popular, anunciava no seu número de 14 de dezembro de 1827 o aparecimento próximo da *Aurora Fluminense:* "No dia sexta-feira, 21 do corrente, se há de publicar o primeiro número do novo jornal político-literário, intitulado – *A Aurora Fluminense* – que deverá sair daí em diante todas as segundas e sextas-feiras. O estilo em que deve ser escrito este jornal; a marcha que constantemente se observará no desenvolvimento das matérias; enfim a imparcialidade de sua linguagem, esperamos lhe assegurarão um porvir favorável, e nem se pode deixar de assim crer quando se não tem por guia mais que a razão e a virtude, únicos móveis de felizes resultados. O plano deste jornal e os princípios de liberdade constitucional, que anima a jovem sociedade brasileira, que se acha encarregada de sua redação, serão expostos com tanta clareza quanto patriotismo, em introdução ou prospectos desta folha [....]." E concluía dizendo que a subscrição se faria na tipografia do *Diário do Rio de Janeiro* e nas lojas de livros de João Batista dos Santos, na Rua da Cadeia, e de Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., na Rua dos Pescadores.

Conforme o prometido, a 21 de dezembro apareceu o primeiro número da *Aurora Fluminense.* O novo jornal não foi fundado por Evaristo. De Simoni, no elogio fúnebre feito em sessão de 12 de agosto de 1837, da Sociedade Amante da Instrução, diz que a *Aurora* se iniciou graças a "um jovem brasileiro hoje falecido, José Apolinário de Morais, um outro seu patrício e um estrangeiro ilustrado[27]".

O "estrangeiro ilustrado" parece não haver dúvida que era o médico francês dr. José Francisco Sigaud. Quem seria a terceira pessoa referida por De Simoni? Por ocasião do aparecimento da *Aurora Fluminense* a muita gente se atribuiu a qualidade de seu redator e fundador. A *Gazeta do Brasil,* pasquim que então se publicava no Rio de Janeiro, dizia que os re-

---

27. *Honras e saudades*, pág. 18.

datores da *Aurora* eram "o famoso Anão dos assobios, patife sem-vergonha, bandalho descarado", mais "um menino aprendiz de receituário de venenos já bem conhecido por suas desteridades noturnas no Largo do Rocio" e "certo velhaco republicano de cabeça raspada"[28]. Isto numa correspondência dirigida à redação, acrescentando esta, em nota, que o correspondente estava errado "porquanto estamos certíssimos que os principais redatores da *Aurora* são – José Apolinário, um mocinho chamado Francisco Valdetario [*sic*] e o cônego Januário da Cunha Barbosa, com toda a súcia do Pessoa, Ledo, Sousa França, etc.".

Na assacadilha do missivista da *Gazeta do Brasil* far-se-ia referência a Evaristo? Ou a torpeza do período "menino aprendiz de receituário de venenos", etc., seria endereçada a José Apolinário, na verdade um dos fundadores? Nem o cônego Januário, nem Ledo, nem Sousa França jamais tiveram, que se saiba, a menor ingerência na redação da *Aurora.* O outro fundador a que se referiu De Simoni, sem mencionar-lhe o nome, foi Francisco Valdetaro. Evaristo, conforme o testemunho do mesmo De Simoni, dado em 1837, menos de dez anos depois da fundação da *Aurora,* resolveu associar-se aos colaboradores da *Aurora Fluminense,* passando em pouco tempo de colaborador "a redator principal e finalmente único".

A imprensa do Rio de Janeiro, ao tempo em que surgiu a *Aurora Fluminense,* era, sem exceção, deplorável pelo desmando da linguagem, pelo feitio pasquineiro, toda de jornais incapazes de discutir uma questão sem personalismo, fosse para louvar, fosse para deprimir, oscilando entre "o perifraseado servil dos periódicos ministeriais e o tom licencioso e anárquico adotado pelos liberais", como notaria Armitage.[29]

Nenhum exemplo mais típico do que a *Gazeta do Brasil,* aparecida a 30 de maio de 1827. Como amostra do que ela era, bastará transcrever a pequena resposta que se segue, da lavra do seu redator principal: "Tenho duas mãos e muita vontade de lhas assentar na cara. Já o procurei; recusou-se; em querendo experimentar, apareça de dia ou de noite; – toda a hora é boa, todo o lugar é bom. Sou, sr. Patife, João Maria da Costa."[30]

---

28. *Gazeta do Brasil*, de 2 de janeiro de 1828.
29. *História do Brasil*, 2ª edição, pág. 160.
30. A *Gazeta do Brasil,* de 11 de agosto de 1827. Este João Maria da Costa, depois de ter

Não deixa de ser extraordinário que um pasquim dessa ordem se subscrevesse e estivesse à venda na livraria de Evaristo, à Rua dos Pescadores, nº 49, conforme se lia no cabeçalho dos últimos números. A *Gazeta do Brasil* era favorável ao governo, era órgão ministerial, defendendo o gabinete de 15 de janeiro de 1827, o Ministério do visconde de São Leopoldo, do conde Lajes e dos marqueses de Queluz, Nazaré e Maceió. A *Aurora Fluminense* não passava para a *Gazeta* de mais uma "fedorenta sentina da demagogia e do jacobinismo que graças à fraqueza do nosso governo tanto pulula por ora entre nós"[31]. A *Astreia,* de João Clemente Vieira Souto, jornal em que colaboravam José Joaquim Vieira Souto, Antônio José do Amaral, Odorico Mendes, Meneses Drummond, Vergueiro, Feijó, Costa Carvalho, Paula Sousa, Bráulio Muniz, merecia-lhe os epítetos de "insolente" e "demagógica", e *O Universal,* de Ouro Preto, de inspiração de Bernardo de Vasconcelos, os de "jacobino" e "anárquico".

Os deputados liberais sofriam os ataques mais cruéis da *Gazeta do Brasil,* sobretudo Feijó, a propósito de sua atitude a favor da abolição do celibato.

Aos jornais combatidos pela *Gazeta* não se ajustariam com precisão os qualificativos que lhes eram distribuídos; *O Universal,* por exemplo, era nessa época redigido em linguagem elevada; mas em sua generalidade,

---

fechado no Rio o seu pasquim, foi para os Estados Unidos, redigindo lá dois jornais em língua espanhola – *El Ciudadano del Mundo* e *El Verdadero Realista.* Em ambos continuou a tratar da política interna do Brasil.

Contemporaneamente, muito se murmurou que o governo subvencionava o jornal aqui editado por João Maria da Costa e que o seu assessor oculto era Francisco Gomes da Silva, oficial do gabinete imperial e amigo íntimo de d. Pedro I. Os arquivos do castelo d'Eu, hoje em Petrópolis, confirmam os boatos do tempo. É só ler os papéis catalogados nos maços LXX e LXXVII, docs. nºs. 3370, 3469, 3478 e 3487. No de nº 3469, em carta de 4 de janeiro de 1828, ao Chalaça, João Maria da Costa, referindo-se a artigos que aquele lhe enviara, um sobre a interpretação do artigo 61 da Constituição e outro de ataque a Bernardo de Vasconcelos e a Feijó, dizia textualmente: "Não posso ir pessoalmente a S. M. nem a V. Eª, por continuar em usos de remédios: também o tempo não me permite de sair à rua. *Por satisfazer os desejos de S. M., manifestados por V. Exª, vou indo com os trabalhos da* Gazeta *[....]"* O grifo é da transcrição. O doc. n.º 3487 é um recibo da quantia de um conto e quinhentos mil-réis, passado pelo jornalista mercenário a Gomes da Silva, por saldo de contas.

31. *Gazeta do Brasil*, 2 de janeiro de 1828.

toda a imprensa se ressentia de falta de serenidade, de imparcialidade, de compostura.

Quando se tem em vista as organizações jornalísticas de hoje, verdadeiras empresas industriais e comerciais, mobilizando centenas de tipógrafos, linotipistas, revisores e redatores, mal se pode fazer ideia do que era um jornal no Brasil dos tempos do Primeiro Reinado. O que agora é tarefa coletiva de um grande número, naquela época era o trabalho de um, dois ou três indivíduos. Os jornais não tinham sequer local destinado à redação. Em regra, o redator escrevia em sua própria casa, levava a matéria preparada a uma tipografia, quando não possuía um pequeno prelo, e ele mesmo se incumbia da revisão, da distribuição, de tudo isso que agora constitui o trabalho de numerosas seções especializadas.

A *Aurora Fluminense,* no dia do seu aparecimento, fazia publicar, no *Diário do Rio de Janeiro,* o seguinte aviso: "Hoje, sexta-feira, 21 do corrente, sairá à luz o primeiro número da *Aurora Fluminense;* acha-se à venda nas lojas de livros dos srs. João Batista dos Santos, Rua da Cadeia, e Evaristo Ferreira da Veiga & Comp., Rua dos Pescadores. Os senhores redatores dos atuais jornais que queiram fazer troca de folhas, poderão remeter-nos as suas à tipografia do *Diário* e aí deixarem os nomes de suas moradas para lhes enviarmos as nossas. Os redatores da *Aurora Fluminense*"[32]. Aí está a prova de que os jornais não tinham instalação própria, não tinham redação: para fazer troca de folhas, a *Aurora* queria saber as "moradas" dos redatores dos outros jornais!

O jornal era a expressão de uma personalidade, refletindo-lhe as ideias, os sentimentos, o feitio moral; recebia a marca do seu redator, como um livro, como uma obra individual a recebe do seu autor exclusivo. Serenidade, imparcialidade, moderação constituirão qualidades raras em todos os tempos; raríssimas eram elas num Brasil que, apenas iniciado no jogo das franquias constitucionais, abusava da liberdade de imprensa.

Os fundadores da *Aurora Fluminense* não desejavam seguir os exemplos dos jornais que já existiam: queriam "linguagem imparcial", guiada pela "razão" e pela "virtude"; queriam o que não sabiam definir com clareza – moderação. Ora, por extraordinário que pudesse parecer,

32. *Diário do Rio de Janeiro* de 21 de dezembro de 1827.

havia, no Rio de Janeiro do primeiro imperador, pelo menos um homem, um moço moderado – Evaristo Ferreira da Veiga, livreiro na Rua dos Pescadores, nº 49, disposto a servir à "liberdade constitucional", imbuído de leituras francesas e inglesas, com o sonho de ver adotadas no Brasil as instituições que os seus autores prediletos preconizavam enfaticamente como indispensáveis à felicidade dos povos, à grandeza das nações.

A *Aurora* era o instrumento escolhido para a realização desse sonho generoso. Evaristo não o abandonaria, não o deixaria escapar-lhe das mãos. E assim é que "em pouco tempo se tornou o redator principal e finalmente único" do novo jornal[33]. Este tinha como epígrafe aquela medíocre quadrinha de d. Pedro I:

"Pelo Brasil dar a vida
Manter a Constituição
Sustentar a Independência
É a nossa obrigação."

Versos pífios, mas que encerravam um programa que era o de Evaristo: o devotamento ao país, o respeito pela sua liberdade, a manutenção de sua Constituição. O artigo de apresentação resumia esse programa e concluía: "É nossa moral não capitular com algum abuso, não desculpar nem poupar alguma injustiça [....]". Esse artigo provavelmente não foi escrito por Evaristo. Teria sido seu autor o dr. Sigaud? Talvez. "Não capitular com *algum* abuso" "nem poupar *alguma* injustiça" são expressões que traem pouca familiaridade com a língua portuguesa.

Nas suas quatro páginas, a *Aurora* continha de ordinário cinco seções: 1ª) Interior – artigo sobre política interna; 2ª) Notícias do Rio; 3ª) Exterior – resenha dos acontecimentos políticos do mundo, transcrição de jornais estrangeiros; 4ª) Variedades; 5ª) Anedotas – com muitas carapuças e alusões.

Logo de início, no segundo número, um grande problema era posto em foco: o conflito entre a ordem e a liberdade, os meios de conciliar uma e outra. Sob pretexto de resguardar a ordem, os falsos amigos desta

---

33. De Simoni, *Honras e saudades*, pág. 17.

queriam sufocar a liberdade, asfixiar a natural expansão do pensamento, fazer do governo um instrumento dos seus caprichos. Os liberais do feitio de Evaristo eram bastante lúcidos para sentir que sem ordem a mesma liberdade seria sonho inconsistente. Era necessário que houvesse ordem no seu aspecto mais tangível – ordem material. Mas a condição essencial dela estava no respeito ao regime instituído, na ordem legal, na obediência à Constituição, na garantia dos direitos dos cidadãos e do país. Truísmos já naquele tempo, verdades elementares que encontravam negadores.

Por isso os temas prediletos da pregação da *Aurora Fluminense* resumiam-se em liberdade constitucional, sistema representativo, liberdade de imprensa.

Uma das acusações fundadas, feitas ao primeiro imperador, era a predominância de suas afeições particulares na escolha de amigos e protegidos para todas as funções. Combatendo o aulicismo, o número de 14 de janeiro de 1828, em artigo intitulado "Do Ministério em um governo constitucional", afirmava: "o cargo de ministro nos governos constitucionais está bem longe de ser indício de privança".

Isso dizia a *Aurora* num momento em que os liberais moderados à feição de Evaristo podiam ter algumas esperanças com a ascensão do Gabinete de 20 de novembro de 1827, de que faziam parte, entre outros, Araújo Lima, na pasta do Império, e Calmon, na da Fazenda. A esse Ministério a *Aurora Fluminense* prometeu apoio, adiantando, entretanto, que faria guerra descoberta ao despotismo e aos seus abusos se o Governo "se esquecesse dos seus deveres", preferindo "a vil lisonja dos sevandijas".

Nem sempre a linguagem do novo jornal era suave. A moderação que o inspirava não excluía vivacidade. E não poupava os absolutistas, os "corcundas". Falando de João Maria da Costa, o redator estipendiado da *Gazeta do Brasil,* assim se exprimia: "esse insignificante, esse estulto João Maria"[34]. Estigmatizando os que se locupletavam nos cargos públicos e viviam das graças do monarca, a *Aurora* noticiava a existência de uma "biblioteca para uso de um corcunda", cujos livros eram: "*Teoria das mesuras ou Arte de sujeitar-se às circunstâncias; Tratado do perjúrio; Influência da espada e do bigode na administração pública; Arte de atrasar a civilização;*

34. *Aurora Fluminense*, nº 6, de 7 de janeiro de 1828.

Governo das mulheres; Pontapés ou Meios de alcançar lugares de consideração; Código das antecâmaras; Arte de roubar (obra dedicada aos comissários, empreendedores, diretores, intendentes, administradores, etc.) – por um antigo fornecedor geral".

Todos os assuntos que podiam interessar à vida brasileira ecoavam nas páginas da *Aurora.* Assuntos do momento e de todos os tempos, assuntos oportunos ainda hoje. Um deles era o descalabro da instrução. E atacava os viciosos métodos de ensino, o abuso do latim, a falta de estudos práticos, de economia, de política, de ciência do comércio, de geografia, de história, de francês, de inglês e da língua nacional "hoje entre nós quase desprezada". Outro era a questão do crédito público, com a emissão de apólices, o *deficit* orçamentário, os gastos perdulários.

No zelo com que pretendia despertar o espírito público dos brasileiros de então, combatia a indiferença em matéria política, tachando-a de "mais funesta de todas as enfermidades morais". A *Aurora* nada tinha de órgão de informação e de publicidade, na acepção que se deu depois, quando a imprensa se transformou naquilo que já se chamou de "indústria de matéria legível", a vulgarização e a vulgaridade se confundindo, os jornais deixando de orientar a opinião para serem conduzidos por ela, no sentido dos seus apetites mais baixos, dos seus interesses mais subalternos, de suas paixões mais mesquinhas. Era órgão político por excelência – tribuna doutrinária. Mas lá uma ou outra vez dava uma notícia que fazia exceção ao tom habitual, o registro por exemplo do grande êxito alcançado na França pelo livro *Viagem pitoresca ao Brasil,* do alemão Rugendas. E num fim de página, num prurido poético ainda não de todo extinto em Evaristo, um antigo soneto seu a João Fernandes Vieira, feito em 3 de março de 1823 e publicado sem data e sem assinatura na *Aurora* de 28 de janeiro de 1828.

Sem de ordinário exagerar a nota nativista ou a suscetibilidade patriótica, o jornal de Evaristo detinha-se às vezes em comentários que, ao tempo, poderiam ter valor, mas que agora parecem inteiramente descabidos. Foi o que aconteceu a propósito de certos escritos de um francês que se ocultava sob a inicial K. e fazia observações acerca da influência de ideias e costumes estrangeiros no Brasil. Sem dúvida, havia um tom de ironia mordaz e de jactância nas cartas de K. publicadas no *Eco.* Como revide a certo jacobinismo mais ou menos agressivo que existia então entre nós,

o francês satirizava os nossos costumes, ferindo os melindres brasileiros fundamente, porque avançava algumas dessas verdades que nenhum povo gosta de ouvir.

Referindo-se a um deputado que enriquecera na exploração de uma fazenda e se instalara com a família numa casa de razoável conforto no Rio de Janeiro, K. dizia que a mulher do mesmo, acostumada a passar o dia sem colete e quase em camisa, sentada em sua esteira, governando com a palmatória na mão os negros acocorados ao redor dela, e fazendo a sua tarefa, maldizia os canapés, as cadeiras, as barbatanas de baleia, as companhias, as mesas bem servidas de que era preciso fazer as honras, revoltando-se, queixando-se, e acabava todas as jeremíadas com este estribilho: "Ah! malditos estrangeiros que nos têm trazido tudo isto!" Quanto às filhas do deputado, notava que elas gostavam dos bonitos chapéus, dos vestidos elegantes, dos enfeites frescos e delicados que a Rua do Ouvidor lhes oferecia, mas que à vista do mestre de piano, do mestre de francês, do mestre de outras línguas, do mestre de danças, suspiravam: "Ah! malditos estrangeiros que nos ensinaram tantas coisas!" Também os negros escravos mandavam ao diabo os malditos estrangeiros que pagavam tão caro os gêneros do "sinhô"; e as negras se lamentavam, porque não tinham mais o gostinho de cochichar e murmurar o dia inteiro com suas senhoras, quase de igual para igual, exceto a palmatória: "Malditos estrangeiros que fizeram 'sinhá' e 'sinhazinha' grandes donas!" Para o francês K. os brasileiros, constrangidos a comer decentemente, lembravam-se do angu, da farofa, dos guisados de quimbombô, temperados com pimenta e devorados com a mão, e exclamavam: "Malditos estrangeiros que inventaram gramáticas, dicionários, garfos e facas!"

Glosando as cartas do francês K., a *Aurora Fluminense* deu um número extraordinário no dia 14 de fevereiro de 1828, no qual a contribuição dos franceses no desenvolvimento do Brasil e particularmente do Rio de Janeiro era encarada sem simpatia e até com menoscabo. Perguntava a *Aurora*: "Que espécie de capitais nos têm trazido os seus patrícios? Que negociantes, que especuladores, que grandes capitalistas têm vindo aqui estabelecer-se? Serão esses que enfeitam a Rua do Ouvidor com os seus bonitos armazéns de modas e *nouveautés?* Serão os cabeleireiros, alfaiates, perfumadores e dentistas, todos de Paris? Serão as damas do Palais Royal

[quelqu'unes comme au nº 113] que além dos seus safados encantos, passassem também para o Rio de Janeiro essas riquezas e fundos?"

E verberando nos franceses uma insolência que não passaria de um feitio de espírito mais irreverente, manifestava simpatia pelos ingleses "que possuem decerto no nosso país capitais muito fortes e nunca nos injuriaram".

Incontestavelmente, era muito mais importante a posição dos ingleses nos negócios e nas atividades comerciais da cidade. O *Almanaque dos comerciantes* do Rio de Janeiro do ano de 1827 enumerava entre negociantes propriamente ditos, corretores e leiloeiros mais de sessenta nomes de casas inglesas, contando-se banqueiros como Samuel Philipp, representante aqui da alta finança de Londres e fazendo transações de vulto com o próprio governo pelo menos até o fim do período regencial.

Mas não seria tão insignificante como acreditava o patriotismo melindrado da *Aurora* a influência francesa no Brasil. "Cabeleireiros, alfaiates, perfumadores, dentistas, todos de Paris" deixaram a sua marca nos costumes do tempo, modificaram estilos e padrões de vida, bem ou mal apressaram a europeização de nossa gente. E com eles atuaram também os livros e jornais franceses, os figurinos políticos da França, as ideias e os pontos de vista dos Benjamin Constant, dos Daunou, dos Beaujour tão citados e tão abundantemente transcritos pela própria *Aurora Fluminense.*

Ingleses e franceses, tão consideráveis no Rio de Janeiro de então que tornavam possível a existência de um jornal francês como o *Courrier du Brésil* e de um outro inglês como *The Rio Herald,* concorriam para que o contraste assinalado nas cartas de K. tivesse um cunho de maior veracidade.

A senhora brasileira acostumada a passar o dia sem colete e quase em camisa, sentada numa esteira com os negros acocorados ao redor dela, não era positivamente uma invenção do francês irreverente; era uma realidade que está registada nos livros de todos os viajantes que nos visitaram. Mas essa senhora brasileira já tinha mesa bem servida, com facas e garfos, fazia as honras da casa, punha colete ao menos para receber as visitas de cerimônia e recebia-as, oferecendo-lhes cadeiras e canapés.

Talvez, descontados certa negligência e certo desleixo desnecessários, a esteira e a roupa fresca da senhora do deputado fossem mais ade-

quadas ao nosso clima do que os chapéus, os móveis forrados de seda, os enfeites que os franceses nos traziam e de que tanto gostavam as filhas do mesmo deputado. Modas e costumes europeus que asfixiaram não só as mulheres como os homens do Brasil durante um século.

Dada a resposta ao francês K., a *Aurora* não tornaria ao assunto, que parecia frívolo e não condizia com o tom de doutrinação política do jornal. O que interessava aos seus redatores era a política na significação mais estrita, o rumo liberal, o sentido monárquico-constitucional que lhe queriam imprimir. Mais uma vez a *Aurora Fluminense* definia o seu programa a 14 de março de 1828: monarquia constitucional, respeito à Constituição, adoção no Brasil dos processos em voga em países mais adiantados – governo de gabinete, Ministério responsável perante a Câmara. Era a mesma pregação de um Bernardo de Vasconcelos, o mesmo objetivo visado por outros jornais liberais – o *Farol, O Astro,* de Minas, a *Astreia.*

Constante, pugnaz, veemente era a campanha que movia em defesa das prerrogativas da Câmara, em torno de cuja atividade deveria girar a vida nacional. Desenvolvendo o seu ementário liberal, batia-se a *Aurora* pela abolição dos morgados, aplaudindo e reclamando a pronta aprovação do projeto apresentado nesse sentido por Odorico Mendes; e regozijava-se anunciando que tinham subido à sanção do imperador os projetos de extinção da Intendência de Polícia, da Fisicatura (espécie de repartição de saúde pública), do Desembargo e da Mesa da Consciência e da Ordem, considerados como velharias, instituições obsoletas, mas que ressurgiam sob novos nomes, sob outros moldes.

Os jornais "corcundas", as folhas antiliberais investiam contra a Câmara, acusando-a de ociosa, de perder tempo em perlengas, em discurseiras. Injustiça: de maio até agosto os deputados tinham elaborado trinta e sete projetos!

A *Aurora* queria para o Brasil o espírito empreendedor que os americanos do norte já revelavam e lamentava a rotina de nossa indústria: "os nossos engenhos, carros de condução, máquinas, etc., ressentem-se do bom tempo do nosso avô Noé". E acrescentava que o Brasil teria que ser "por muitos anos nação essencialmente agrícola". A frase é velha, como se vê.

O projeto abolindo o celibato dos padres merecia-lhe aplausos; seria vir ao encontro do que já existia. A propósito, contava o caso de certa paróquia em que durante mais de quarenta anos os vigários sempre tiveram mulher, de tal sorte que, quando chegava um novo, logo entre o povo se perguntava: "Quem é aqui a mulher do vigário? Todos têm a sua santa Eva."

No número de 25 de abril de 1828, fiel ao credo liberal, a *Aurora* referia-se com simpatia à notícia do regresso ao Brasil de Martim Francisco e Antônio Carlos, e, embora fazendo-lhes restrições, reconhecia-lhes "grande aferro ao seu país, ideias vastas, elevados talentos e desinteresse não comum".

A nota nativista era de novo ferida por ocasião do motim dos irlandeses no dia 11 de junho de 1828, de que resultaram alterações profundas no Ministério, com as demissões de Bento Barroso, Calmon e Araújo Lima, dadas por d. Pedro I, irritado com as ordens do Ministro da Guerra para a repressão do motim.

O *Rio Herald,* como era natural, tomou a defesa dos irlandeses, acusando a *Aurora Fluminense* de xenofobia, pela atitude que assumira de censura à turbulência da tropa estrangeira. Durante vários dias uma polêmica por vezes áspera se travou entre os dois jornais, sendo que o *Rio Herald* era o mais agressivo. Polêmica das mais renhidas foi também a em que se empenharam, em suplementos da *Aurora,* José Maria Cambuci do Vale e o irmão de Aureliano Coutinho, o advogado Saturnino de Sousa Oliveira, dizendo o primeiro que dera duas bengaladas no segundo e o pusera em fuga pela Rua dos Ourives.

Com exemplar fidelidade, refletia a *Aurora Fluminense,* nas suas quatro páginas, toda a vida do Rio, os acontecimentos maiores da política e os pequenos da trama miúda de cada dia: das brigas de Cambuci do Vale e Saturnino às questões de relevância que ocupavam a atenção da Câmara – as emissões de papel-moeda, a situação financeira, a liquidação do Banco do Brasil. Em face de todas essas questões, a posição da *Aurora* era sempre de grande firmeza, e se não lhe faltava vivacidade na crítica às pessoas, sobretudo nas respostas, o tom geral dos artigos e dos comentários não desmentia a moderação prometida no prospecto do jornal.

Em que ocasião precisa passou a *Aurora Fluminense* a obedecer à exclusiva orientação de Evaristo? Fixar exatamente o momento seria difícil. Não constituía então praxe, nem obrigação legal, publicarem os jornais

os nomes dos seus diretores ou redatores. Desde os primeiros números do novo jornal foi muito grande a parte de Evaristo e pode-se afirmar, confrontando-se as coleções do ano de 1828 com as de anos posteriores, que a inspiração, a linha geral da orientação da *Aurora* foi sempre dele. Mas em fins de 1828 não era ainda o "redator principal e finalmente único", segundo a referência de De Simoni, no elogio proferido na Sociedade Amante da Instrução: o redator responsável, pelo menos em 17 de dezembro de 1828, ainda era Francisco Crispiano Valdetaro, como se vê da declaração pelo mesmo firmada nessa qualidade, a propósito de acusações do *Analista* quanto a transações da *Aurora* com o Banco do Brasil[35].

De vez em quando, Evaristo publicava versos seus, sempre sem data e sem assinatura. Em 7 de março de 1828 era o soneto de exortação à Inglaterra, composto a 29 de dezembro de 1823, a propósito da entrada do exército francês na Espanha; em 9 de abril também de 1828 a *Ode à liberdade,* feita a 30 de janeiro de 1823.

"Liberdade e ordem legal, eis os mais preciosos dos nossos bens", dizia a *Aurora,* desta vez em prosa. Para um regime liberal marchava o país, a despeito de todas as dificuldades opostas pelos que temiam novidades. As eleições para a nova legislatura de 1830 a 1833, cujos resultados começavam a ser conhecidos, enchiam de entusiasmo a redação da *Aurora.* E redobrava o ardor no combate aos jornais ministeriais e chamados "absolutistas" – *Diário Fluminense, Analista, Jornal do Comércio.* Com todos eles, principalmente com o segundo, era uma peleja contínua, um trabalho incessante para evitar que a campanha liberal fosse deturpada, interpretada num sentido de obra revolucionária ou anárquica.

A oposição aos Ministérios, feita pela *Aurora,* excluía escrupulosamente a pessoa do monarca, a quem tratava com respeito, deferência, e até louvava, como no caso da proclamação de d. Pedro I aos portugueses na qualidade de pai e tutor de d. Maria II, julgando-a um "monumento de constitucionalidade". Ainda não desesperançados do imperador, os liberais como que queriam estimulá-lo. Vivendo no Rio de Janeiro, sabiam muito bem que os erros não eram apenas dos ministros, não ignoravam que d. Pedro I não tinha o porte de um autêntico monarca constitucional. Mas contemporiza-

35. *Aurora Fluminense* de 17 de dezembro de 1828.

vam, esperavam que fosse mudando, fosse se adaptando à nova ordem de coisas sonhada, já que não lhe faltava flama liberal. Se uma vez já encarnara as aspirações mais profundas da nação, poderia vir a adotá-las de novo. E veladamente o advertiam, procurando chamá-lo ao caminho verdadeiro.

Assim fizeram quando se falou com grande alarme para o país na vinda dos imigrados portugueses, complicação da política lusitana de d. Pedro I; e também numa questão de limites da fazenda de Santa Cruz: "não estamos mais nos tempos em que a vontade do rei é lei". O imperador é que parecia ir se distanciando do herói brasileiro que fora em 1822, e voltar-se mais para Portugal do que para o Brasil. Já lhe faltaria então o sábio oportunismo do momento da Independência, ou seus conselheiros eram outros, todos antipáticos ao progresso da opinião liberal.

Progresso evidente. A nova Câmara seria, por suas maiores figuras, francamente pelas ideias capitais do liberalismo e do governo constitucional. Bernardo de Vasconcelos era o homem do momento e com ele triunfavam os que se tinham oposto às tentativas feitas para abafar o surto que culminaria a 7 de abril de 1831. Com o ano de 1829 redobrava de vigor o combate e a *Aurora Fluminense* enfrentava o pugnaz *Analista,* o *Courrier du Brésil,* francamente empenhado na política interna do país. A separação entre a corrente nativista liberal e o imperador aumentava sempre e a Câmara enfrentaria os ministros, sentando-os no banco dos réus, como aconteceu com Lúcio Soares de Gouveia e o general Oliveira Álvares. A sessão parlamentar seria toda da maior agitação, o governo sempre acusado, o ambiente nela e fora sempre se exaltando. D. Pedro I encerrou-a com aquela fala lacônica: "Augustos e digníssimos srs. representantes da nação brasileira. Está fechada a sessão."

A *Aurora* era o mais autorizado reduto da oposição governamental, embora pelas suas atitudes equidistantes de extremismos pudesse muitas vezes "desajudar a todas as facções"[36]. Equilíbrio em que não havia oportunismo interesseiro, mas apenas a expressão mesma do feitio moderado de Evaristo. A popularidade da *Aurora* tornou-se muito grande e a de Evaristo ainda maior. "Seu balcão foi frequentado por uma multidão imensa que já não era de amigos"; "era o centro de um grande círculo que todos os dias se

36. De Simoni, *Honras e saudades*, pág. 22.

ampliava"[37]. Não faltavam motejos ao "telônio", ao balcão do livreiro. Mas este crescia na sua coragem tranquila, decidido a não recuar, nem transigir.

Não eram amenas as disposições do governo para com os jornalistas da oposição: em agosto de 1829, o deputado Luís Augusto May, redator da *Malagueta,* órgão liberal, sofria brutal agressão, numa repetição da que fora vítima em 1823. Sem temer que lhe sucedesse o mesmo, Evaristo condenou corajosamente no seu jornal o atentado e continuou impassível as suas campanhas. Suspensa a *Malagueta,* ficaram do lado da *Aurora* a *Astreia* e a *Luz Brasileira,* e do lado ministerial o *Diário Fluminense,* o *Analista,* o *Courrier du Brésil* e o *Jornal do Comércio.*

Receando certamente a Câmara que se inauguraria em 1830, cogitou-se de um movimento de arrocho autoritário, da volta a um absolutismo disfarçado. Nesse sentido d. Pedro I consultou alguns amigos e recuou à vista dos admiráveis conselhos de frei Antônio de Arrábida e de Vilela Barbosa[38].

De Evaristo e dos que o acompanhavam não viriam provocações ou atitudes que justificassem golpes de força. Em artigo de 9 de dezembro de 1829, dizia: "Nada de jacobinismo de qualquer cor que ele seja. Nada de excessos. A linha está traçada – é a da Constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais."[39]

A federação já estava em moda, havia muita gente que queria ir até à república. O jornalista da *Aurora,* não. Fazer da Constituição uma realidade, respeitá-la, cumpri-la, isso sim, era o que queria. Com o federalismo só mais tarde transigiria, em obediência ao que se lhe afiguraria a vontade nacional. Não preparava nenhuma revolução, mas advertia com a lucidez dos que têm olhos para ver: "As palavras 'revolução' e 'revolucionário' são uma espécie de talismã mágico, com que os governantes sabem a propósito fazer calar a opinião pública e incutir terror nos homens pacíficos e moderados. E contudo as revoluções são sempre filhas dos erros dos governos."[40] E de outra feita: "Queremos a Constituição, não queremos a revolução." Mas os homens que tinham a responsabilidade do governo, por não prezarem a primeira, iam favorecer a segunda.

---

37. De Simoni, *Honras e saudades*, pág. 24.
38. Arquivo do Cast. d'Eu, maço LXXXVI, doc. 3864.
39. *Aurora Fluminense*, nº 276, de 9 de dezembro de 1829.
40. *Aurora Fluminense*, nº 59, de 25 de junho de 1828.

Rio de Janeiro. Igreja da Glória do Outeiro.
Óleo de Vinet, 1838. Foto do D.P.H.A.N.

Rio de Janeiro. Aqueduto da Rua Mata-Cavalos – 1832.
Carlos Guilherme Theremin – Biblioteca Nacional.

. . . .

Capítulo IV

DEPUTADO, JORNALISTA, MAS SEMPRE LIVREIRO.
O FIM DE UM REINADO.

EM 1830, o jovem livreiro da Rua dos Pescadores, graças às campanhas da *Aurora Fluminense,* era um nome conhecido no país inteiro. Do seu balcão de mercador de livros ele se alçara à posição de guia, de líder, de chefe. Combatido, negado, vilipendiado, é certo, mas com um prestígio que todos os dias aumentava e lhe impunha enorme responsabilidade. No momento, talvez um só homem com orientação semelhante lhe disputasse o predomínio sobre a opinião pública: Bernardo Pereira de Vasconcelos, reeleito deputado por Minas Gerais em cabeça de lista e com força bastante para ajudar a eleição de vários outros. De Vasconcelos, a despeito das diferenças fundamentais de temperamento, Evaristo se aproximara pela coincidência de posição ideológica.

Da abertura da Câmara em 1826 à segunda legislatura em 1830 fora muito largo o avanço da propaganda liberal. A nova Câmara era, em sua maioria, de adeptos do liberalismo e estava disposta a fazê-lo triunfar sem tardança. Nela se alinhavam os melhores elementos da primeira assembleia e já então muitos deles com o tirocínio de quatro anos de Parlamento. Para destacar apenas os principais, bastaria citar Costa

Ferreira e Odorico Mendes, deputados pelo Maranhão, José Martiniano de Alencar, eleito simultaneamente por Minas Gerais e pelo Ceará, Carneiro da Cunha pela Paraíba do Norte, Araújo Lima, os irmãos Cavalcântis – Holanda e Paula, Almeida e Albuquerque, Venâncio Henriques de Resende e os dois Rego Barros pela província de Pernambuco, Lino Coutinho, Antônio Ferreira França, Paula Araújo, Melo Matos e Costa Carvalho pela Bahia, Antônio José do Amaral e Vieira Souto pelo Rio de Janeiro, Bernardo de Vasconcelos, José Custódio Dias, José Bento Ferreira de Melo, Aureliano Limpo de Abreu, Miranda Ribeiro, Honório Hermeto e Evaristo por Minas Gerais, Paula Sousa, Feijó, Rafael Tobias e Joaquim Floriano de Toledo por São Paulo. Tinha razão Alencar quando dizia que "o Brasil todo está convencido de que a Câmara de 1830 é liberal"; e essa Câmara não trairia os votos da nação.

Para formar a opinião liberal do Brasil ninguém concorrera mais do que Evaristo com o seu jornal publicado no Rio de Janeiro, mas lido em todas as províncias, sobretudo na de Minas Gerais. Sem nunca ter saído do Rio, sem conhecer Minas, o que só aconteceria em 1836, Evaristo recebeu o seu mandato de deputado mineiro. O livreiro fizera-se jornalista, e deste, pela influência do jornal e pelo valor do homem, surgira o deputado. Num admirável exemplo de compostura, modéstia e respeito de si mesmo, nunca Evaristo fizera propaganda própria. Todos os seus artigos eram publicados sem assinatura, jamais o seu nome figurou no jornal e, quando uma folha adversa o acusou de inculcar-se para deputado, exigiu indignado que provasse a asserção.

Aliás, desse modo de proceder não variou em ocasião alguma, e em todo o tempo em que foi "oráculo do poder, quase árbitro da situação"[41], primou pelo máximo desinteresse, por um total desapego a postos e honrarias. Eleito deputado, a *Aurora* não lhe celebrou as glórias e, ao noticiar as sessões da Câmara em cujas discussões tomava parte destacada, o deixava em intencional penumbra, num movimento de pudor que outros não tinham. Por outro lado, mantinha no jornal o mesmo tom dos anos anteriores, fiel à natural moderação.

41. Homem de Melo, *Esboços biográficos.*

Em 1830, a *Aurora Fluminense* aparecia aumentada, já com seis páginas. Toda ela continha matéria política, fosse de doutrinação, fosse de comentário aos acontecimentos do momento. Raros, raríssimos anúncios. Estes ficavam para o *Diário do Rio de Janeiro* e para o *Jornal do Comércio*, que nisso se especializavam. Nem sequer os anúncios de sua livraria ou da de João Pedro. Uma e outra faziam publicidade nos dois jornais mencionados.

Em vez de exacerbar paixões, seu propósito era atenuá-las, ficar sempre dentro da ordem, vencer pela persuasão, fazer a revolução transformando os costumes, conquistando os espíritos. Contra o incitamento aos processos sumários, aos golpes de força, em que se extremavam a *Nova Luz* e *O Repúblico,* contra a precipitação dos liberais exaltados, proclamava: "Confundem alguns a violência, o furor com a energia, estão persuadidos que a moderação é indício de fraqueza, que em política se deve lançar mão de todos os meios para sustentar a causa de um partido, e que convém sair fora dos princípios para melhor os fazer triunfar. Nada mais perigoso do que semelhante doutrina, especialmente nos tempos de mudanças políticas e quando se opera nos costumes e nas instituições uma revolução, cujo complemento só pode ser obra do tempo, da reflexão e de cálculos sisudos."[42]

Moderação que não envolvia hipocrisia ou medo, mas que tinha por modelo, como lembrava na mesma ocasião, a conduta dos estadistas norte-americanos, que estavam realizando com prudência e sabedoria a maior obra política do século. Revolução nos costumes e nas instituições sem violência, sem furor, dando tempo a que as ideias e os homens fossem amadurecendo, o novo sistema político se experimentando e o país se preparando para o governo representativo.

Era preciso não desesperar tão depressa. Ao impopular Ministério de José Clemente, sucedia o Gabinete de 4 de dezembro de 1829, com homens do valor de Barbacena, de Caravelas, e – por que não? – de Miguel Calmon e Paranaguá.

Barbacena afirmava em relatório à Câmara que "nos governos constitucionais nenhum ministro podia sustentar o seu posto com utili-

---

42. *Aurora Fluminense*, nº 287, de 11 de janeiro de 1830.

dade para a nação sem merecer a confiança de seus representantes"[43]; e queria "estreita união das Câmaras com o Governo, do Governo com as Câmaras".

Essas palavras continham o princípio básico do Governo de Gabinete. Evaristo só poderia ficar satisfeito e na *Aurora* deu o seu aplauso, ao mesmo tempo que louvou a Câmara pela disposição de seguir caminho certo, de início manifestada ao votar a resposta à Fala do Trono, condenando a conduta do Ministério de José Clemente, "que havia perdido a confiança pública por contínuas violações da Constituição e da lei e pelo terror incutido da volta do absolutismo se não real, ao menos aparentemente justificado por muitos atos"[44]. Significativa também do espírito novo da Câmara foi a repulsa ao pretenso legitimismo de d. Pedro I, defendido por Lopes Gama. A propósito, a *Aurora* lembrou que a investidura do imperador assentava no ato da aclamação, investidura, pois, popular e não de origem dinástica ou de direito divino.

Da transformação que se processava no país havia boa prova nos conselhos provinciais, alguns trabalhando esclarecidamente, como o de Minas Gerais, com Vasconcelos a inspirar-lhe todas as medidas, e o de São Paulo, sob a ação de Feijó.

Sem falar abertamente em democracia, a *Aurora* combatia os que propugnavam a necessidade de uma "corte pomposa", de um "aparatoso exército", de um "enxame de diplomatas". Já havia aí em germe o regime de austeridade republicana dos tempos regenciais e bem se sentia a influência dos costumes políticos norte-americanos, com os seus presidentes meio patriarcais, com a sua ojeriza aos títulos que pudessem ter de longe laivos de aristocracia. Monarquia, sim, Império sem dúvida, mas apenas como uma exigência da unidade nacional, como um compromisso do momento da Independência. Nisso, os liberais da marca de Evaristo eram objetivos, eram realistas, pondo as instituições monárquicas a serviço do grande problema brasileiro – a unidade do vasto país. Em vez de uma corte faustosa e de uma nobreza criada arbitrariamente, cumpria cuidar dos interesses

43. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 143.
44. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 50.

mais vitais do povo, fomentar a indústria, sanear zonas quase inabitáveis, difundir a instrução.

Evaristo, que não cursara nenhuma escola superior, registrava com ufania o êxito crescente dos cursos jurídicos instalados em São Paulo e em Olinda no ano de 1827: os cem alunos matriculados em São Paulo em 1829 subiam a duzentos e sete em 1830. Era o viveiro dos magistrados, dos altos funcionários e dos estadistas do Império nascente e que emprestaria à sociedade brasileira do século XIX um dos seus aspectos mais característicos.

Discípulo de Debret, Porto Alegre exibia na Exposição da Academia de Belas-Artes os seus trabalhos. A *Aurora* fez-lhe elogios e anunciou a próxima ida do pintor à Europa para aperfeiçoar-se, numa viagem parece que custeada pelo próprio Evaristo, grande amigo de Porto Alegre. Também a viagem de Sales Torres Homem correu em parte por conta do mesmo generoso livreiro, que igualmente ajudou pecuniariamente a Paula Cândido, Tomás Gomes dos Santos e Francisco Freire Alemão nos seus estudos[45].

Em fins de 1829, declarou-se nos municípios de Magé e Macacu uma epidemia cuja notícia alarmou o Rio. Juntamente com Manuel Teixeira da Costa e Silva e Antônio Ribeiro Fernandes Forbes, Evaristo tomou a iniciativa de uma subscrição popular que em poucos meses reuniu considerável soma para o tempo: cerca de vinte contos de réis.

No capítulo da educação, queria a *Aurora* que não fosse esquecida a mulher e em vários artigos se bateu pela elevação do nível intelectual feminino, com certeza para que não continuasse aquela situação das cartas do francês K., que tanto o horrorizara.

As galerias da Câmara, aliás desde alguns anos, estavam sempre cheias e atentas aos debates. Em 1830, porém, crescera o interesse pelo trabalho parlamentar e Evaristo exultava com o ardor dos moços, moço também ele, pelo prestígio da Câmara, já feita o centro da vida do país, quase a transformar-se, hipertrofiando-se, em verdadeira Convenção, como se verificaria depois, na época da Regência.

---

45. Félix Pacheco, *O publicista da Regência*, pág. 54.

Na Câmara representava Minas Gerais, que só o conhecia pelos escritos da *Aurora:* substituía Raimundo José da Cunha Matos, que optara pela cadeira de Goiás. Também José de Alencar fora eleito por Minas e Ceará, preferindo a deputação de sua província natal[46]. Como a eleição de Evaristo, não deixavam de ser interessantes as de Cunha Matos e Alencar por Minas Gerais, demonstrando a existência de uma opinião uniforme no país, acima do espírito bairrista, propiciando a formação dos partidos nacionais que o Império conheceu, malgrado todas as suas insuficiências.

O jornalista Evaristo antecipara o deputado Evaristo: a mesma linha de conduta, o mesmo equilíbrio, a mesma independência. Outro, em suas condições, com o renome que lhe dera a *Aurora Fluminense,* assumiria para logo ares de chefe, atitudes de líder. Nada disso aconteceu. Sem querer impor-se, Evaristo começou a intervir discretamente nos debates, desde as sessões preparatórias de 29 de abril e 2 de maio, numa posição que deixava manifesta a sua isenção e dava bem a medida do seu feitio. Contra José Clemente, mal saído de Ministério impopular, assanhavam-se os liberais exaltados, os homens a quem a paixão turvava o julgamento: nem mais nem menos, planejava-se depurá-lo, anular-lhe a eleição, sob a acusação de traidor à causa do Brasil. Evaristo, que o combatera pela *Aurora,* entendeu que não havia motivo para tanto. Em verdade, o que animava os opositores de José Clemente era sobretudo ódio partidário; e razão tinha o novo deputado quando dizia: "Pesemos bem o futuro", acenando com a gravidade do precedente[47].

Na sessão de 8 de maio, discutindo a resposta à Fala do Trono, bateu-se pelo estreitamento de nossas relações com as demais nações americanas, desconfiado com as da Europa: "dessas nações da Europa com quem havemos até hoje feito tratados não poderia provir senão desvantagens; liguemo-nos com aquelas cuja fraternidade recíproca estabelece a unidade de interesse"[48]. Dava assim Evaristo prova do seu espírito americano, procurando aproximar o Brasil do que ele chamava com excessivo otimismo ou generalizando – "os governos livres da América". E continuou

46. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 15.
47. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 57.
48. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 88.

colaborando na redação da resposta à Fala do Trono, documento a que era mister dar a maior importância, pois que, como lembrava Vasconcelos, devia conter o sentimento e a opinião da Câmara em face do plano da Administração, do programa político do governo.

Mas onde Evaristo deixou a marca do seu seguro espírito liberal e da compreensão exata do regime representativo foi no reconhecimento de José Clemente, Oliveira Álvares e Salvador José Maciel. Ele, Feijó, Paula Sousa e Alencar não se deixaram dominar pelo partidarismo estreito de Vasconcelos, Lino Coutinho, Carneiro da Cunha, Martim Francisco, José Custódio Dias, Limpo de Abreu e Rebouças. Durante vários dias, a Câmara debateu a questão, vencendo o ponto de vista verdadeiro por pequena maioria de votos: o reconhecimento de José Clemente se deu por 41 contra 35, o de Oliveira Álvares por 42 contra 34 e o de Salvador José Maciel por 40 contra 38.

De absolutistas, de inimigos das instituições foram acusados os três candidatos; discursos e mais discursos se sucederam como num pretório; todos os argumentos apareceram em forma de libelo. Feijó, Alencar, Paula Sousa tomaram a defesa do parecer da Comissão de Poderes favorável ao reconhecimento e deram mostras de equilíbrio e sangue-frio. Ninguém, porém, excedeu a Evaristo na superioridade com que colocou a questão, na sinceridade com que expôs a sua maneira de pensar. Tratando de José Clemente, disse para logo que, "como indivíduo, como particular, quisera excluí-lo", mas "como juiz, como legislador" necessitava "de provas e não de simples suspeitas". Recordou que, na sua qualidade de jornalista, escrevera muito contra ele, contra o seu "Ministério detestável"; nessa qualidade fora "o órgão das vozes e boatos correntes", dos "diz-se", "refere-se", "conta-se"; agora, porém, só podia decidir em face de provas, testemunhos e documentos.

Curioso é que os escrúpulos do deputado em Evaristo iam ao ponto de atenuar a força dos escritos do jornalista. Para que não o increpassem de contraditório, frisou bem que o julgamento do jornalista não se regia pelas mesmas regras do deputado: "onde há sistema representativo e imprensa livre, os periódicos ainda os mais seguidos são órgãos dos boatos acreditados e podem emitir com toda a franqueza o seu voto singular, a opinião que deduzirem das aparências, das coincidências, das possibilida-

des". Demais, como redator da *Aurora,* "periódico que escrevi e escrevo, nunca disse asseverando que o indivíduo em questão maquinava para o absolutismo, disse sim que de todas as suspeitas acumuladas, de todas as coincidências que se notavam, se dava a entender que ele tramou. Note-se bem a diferença. Eu nunca tive aquela certeza que deve ter o legislador, o juiz, quando vai condenar, quando tem de julgar um objeto de tamanha importância como aquele de que tratamos."[49]

E concluía, depois de longo discurso na sessão de 2 de junho: "Raro é dentre nós o que não foi de algum modo ofendido por esse Ministério que passou, eu mesmo, quanto não tive que sofrer, a minha vida esteve por vezes em perigo [....] contudo desejo tornar-me superior a considerações particulares, e ser como se nada tivesse com ele. Não viemos aqui para nos vingarmos. Voto portanto pela admissão desses homens desprezíveis aos meus olhos, mas que os eleitores puseram na Câmara e que a Câmara não pode excluir logo que tenham as condições que a Constituição marca e requer".

Já na sessão da véspera, Evaristo terminara o seu discurso, dizendo: "Bem sei quanto é difícil sustentar a causa em que está envolvido um homem que se aborrece e que se aborrece por tão justos motivos; eu bem sei quanto de odioso daqui me resulta, mas nem por isso quis deixar de enunciar o meu voto, para o que tenho tanta liberdade como aqueles que pensam de um modo contrário. Nas coisas públicas as paixões fortemente nos determinam; paixões talvez nobres e necessárias ao desenvolvimento do espírito público, ao progresso da liberdade; mas paixões não devem valer no espírito do júri e do legislador. Senhores, eu não voto pela admissão de um homem, voto pela lei, voto pela guarda e cumprimento exato da Constituição que nos rege, pelo respeito que devo à escolha dos eleitores, voto pela maior liberdade da minha pátria"[50].

A pequena maioria de seis votos, que determinou o reconhecimento de José Clemente, era a melhor prova da paixão que havia na Câmara de 1830. Sem os apelos insistentes e por vezes patéticos de Evaristo, de Alencar, de Feijó, de Paula Sousa, o liberalismo então triunfante começaria

---

49. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, págs. 303-4.
50. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 278.

por um ato de força, por uma violência inútil, por uma vingança pessoal, desmoralizando de início o tema representativo num dos seus dogmas essenciais – o respeito da vontade popular. Sincero, sereno, "votando pela lei, pela maior liberdade", Evaristo arrostava o "odioso que daí lhe pudesse resultar", decidido a não cortejar a popularidade, como não cortejava os poderosos do dia, fossem quais fossem.

Nessa matéria de reconhecimento de poderes ele falara longamente, ao contrário do que fizera em outros casos, em que timbrava pela concisão, pela brevidade. Nada menos próprio do seu temperamento do que as exibições oratórias, que o inglês Armitage censurava nos deputados do tempo. Sempre assíduo aos trabalhos da Câmara, queria que assuntos fossem estudados com calma, pelas Comissões, longe do tumulto do plenário. Quando se discutia a respeito do cobre falso em circulação na Bahia, e outros propunham logo medidas e remédios, Evaristo lembrava: "a matéria é de demasiada consideração e não podemos ainda formar um juízo seguro sobre ela; assim conviria muito que fosse a uma Comissão, e melhor é a de Constituição, a fim de nos esclarecer sobre um assunto que julgo de muito peso. É só o que tenho a dizer"[51].

Inscrito para falar, desistia, se outro deputado antes dele esclarecia a questão em debate: "Cedo a palavra, pois minha opinião era a mesma que acabou de expender o sr. Lino Coutinho." A propósito de requerimentos de algumas municipalidades querendo a cessão de terrenos de marinha, prudentemente observava: "Este objeto é um pouco complicado para entrarmos já a tratar dele; julgo nos convém deixar espaçar algum tempo para refletirmos com madureza. Voto pelo adiamento."[52] Prudência que nunca foi capa de medo ou conivência com qualquer interesse subalterno.

É de todos os tempos a nossa facilidade na concessão de pensões e mercês; liberalidades à custa do Tesouro não datam de agora, estão na nossa mais genuína tradição. A um projeto da Câmara, concedendo várias pensões, o Senado sobrecarregara de novas, contemplando até o coronel Pinto Madeira. Evaristo opôs resistência, num breve discurso, cuja súmula estará nestas palavras: "devemos desgostar antes aos afilha-

51. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 160.
52. *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 229.

dos do que à nação". Homem realmente corajoso, pois os afilhados eram altas patentes, desembargadores, gente de influência, "afilhados" que tinham uma significação positiva e concreta em face da vaga, da abstrata figura da nação.

Corajoso era também ele quando propugnava pela pronta votação da lei de responsabilidade dos funcionários públicos, para pôr cobro àqueles abusos a que tantas vezes aludira em artigos da *Aurora* e que aproveitavam aos apaniguados do governo. E corajoso era ainda no enfrentar sem reticências todas as questões que se suscitavam na Câmara, inclusive as que estavam sendo agitadas pelos jornais exaltados como *O Repúblico* e a *Nova Luz:* a federação, por exemplo. Discutindo quais os trâmites a que deveriam obedecer as propostas dos conselhos gerais das Províncias feitas à Câmara, Evaristo não fugiu ao tema que a muitos parecia perigoso. "Tem-se aqui falado em federação e diz-se ser esta a ideia que assusta os srs. deputados que querem que se emendem as propostas. Quanto a mim é bem pelo contrário: falo no interesse das províncias; quero que os conselhos tenham a maior força possível, e todos nós, deputados livres, queremos a federação, tal qual está definida na Constituição do Estado"[53]. Ficava assim claramente expresso o seu ponto de vista: os conselhos provinciais com a maior força possível, dentro do regime da Constituição de 1824. De federação esta não cogitava e, se Evaristo falava em federação, era sem dúvida para mostrar que, se se desse prestígio aos conselhos provinciais, ouvindo-os, acatando-os, poder-se-ia chegar a uma situação semelhante à estabelecida no sistema federativo.

Cioso da dignidade humana, proclamando que "um homem não tem preço", opôs-se com certa irritação ao extraordinário projeto de Henriques de Resende, propondo que os religiosos estrangeiros, chegados ao Brasil, pagassem nas alfândegas o direito de duzentos por cento sobre a quantia de 1:000$000, em que cada um ficava avaliado. Ninguém ignora que Henriques de Resende, deputado por Pernambuco e inimigo dos frades – "no Brasil os frades são desnecessários": palavras suas justificando o

53 *Anais* da Câmara, 1830, tomo I, pág. 488.

projeto – era padre. Mas a Câmara não o ouviu e o novo direito aduaneiro não chegou a figurar nas nossas pautas alfandegárias.

Juntamente com Honório Hermeto, Almeida e Albuquerque e Batista Caetano, Evaristo fazia parte da Comissão de Pensões e Ordenados.

Já se sabe que ele não era propenso à concessão de pensões e apurava os motivos que as determinavam. Como já se opusera às pensões a generais, foi contrário também a uma, de um conto e seiscentos mil-réis, que se mandara dar à viscondessa da Cachoeira e seus filhos. Tratava-se da viúva de Carvalho e Melo, que fora magistrado, juiz da alfândega, deputado à Constituinte e ministro dos Estrangeiros, negociador do tratado da Independência, e era rico, já porque exercera cargos rendosos como o de juiz da alfândega, já por herança de sua mulher. Em sua casa realizavam-se grandes festas, como aquele baile a que comparecera Maria Graham e que escandalizou a viajante inglesa pelo que lhe disse certo compatriota seu: "pelo menos dez senhoras iam dormir nos braços dos amantes". Lino Coutinho, Holanda Cavalcanti e Bernardo de Vasconcelos defenderam a pensão, mas Evaristo não cedeu.

Menos intransigente era, porém, quando se tratava de pensões a pessoas realmente necessitadas, como no caso de um funcionário que, servindo por espaço de mais de 50 anos, deixara a viúva na miséria. Aqui sim, justificava o auxílio do Estado. O que ele queria era acabar com os "afilhados", com o favoritismo. E queria ordem na Administração, um tratamento igual para todos os servidores da nação. Assim é que na sessão de 22 de julho se bateu pela igualdade de vencimentos dos funcionários dos diferentes ministérios.

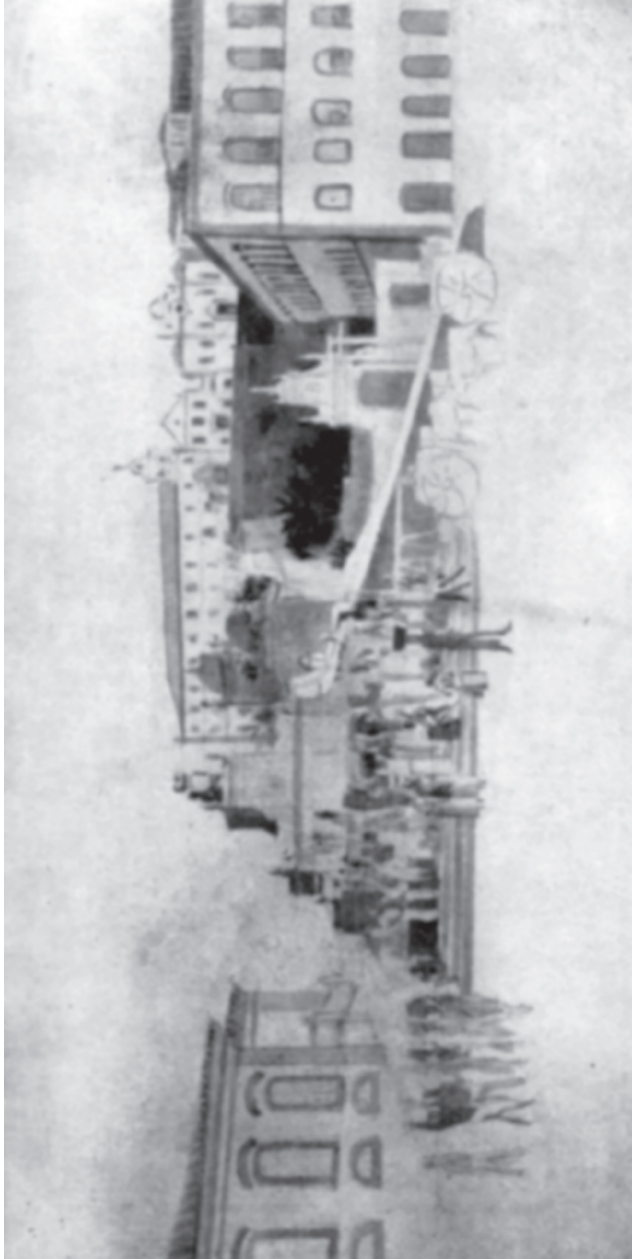
Preocupado com a votação da lei do orçamento, receando que se chegasse ao fim da sessão legislativa sem a sua ultimação, propôs, com o protesto de Luís Cavalcanti, a prorrogação dos trabalhos da Câmara por mais uma hora. Uma hora a mais para trabalhar, uma hora a mais para discursos, muitas vezes fastidiosos e inúteis. Outros, porém, que não ele, seriam os proteladores da votação das medidas necessárias e urgentes. Fiel à norma adotada desde os primeiros dias, falava pouco, expunha seus pontos de vista em breves palavras, indo direto ao assunto, sem sombra de retórica, sem divagações. Assim foi, por exemplo, a sua intervenção na discussão

do projeto sobre pensões às viúvas dos militares, aumentando os favores já concedidos pela lei de 6 de novembro de 1827: "não devemos fazer uma classe privilegiada e tornando-a odiosa entre as outras que compõem a nação; por isso eu me declaro contra essa resolução. O exército tem sido premiado e é a classe que mais tem sido favorecida e com razão; não vamos fazer odiosa uma classe tão prezada"[54].

Evaristo tinha qualidades raras entre brasileiros: senso de proporções, espírito objetivo, modéstia patriótica. Seu discurso combatendo o aumento de despesas no Ministério dos Negócios Estrangeiros foi a melhor prova dessas virtudes que sempre nos faltaram. A geração dos homens políticos da Independência e do Primeiro Reinado sofria de verdadeira europeimania e tinha sempre os olhos voltados para o que se passava no outro lado do Atlântico. O aumento proposto nas verbas do serviço diplomático visava à nossa representação na Europa, para onde nem sempre mandávamos gente capaz, gente que trabalhasse pelo Brasil. Havia mesmo vários casos de diplomatas brasileiros cuja obra principal era atrair sobre nós o ridículo, a zombaria dos países onde serviam.

Não sofrendo de ufanismo e sem julgar o Brasil o primeiro país do mundo, Evaristo lucidamente observava: "sendo nós um Estado que agora começa, não é justo que encetemos nossa carreira com estrépito grande, nem devemos ter pejo de confessar que somos pequenos: possuímos, é verdade, imensos elementos de grandeza, mas por ora ainda não somos o que o destino nos promete: portanto querermos apresentar-nos com fausto emparelhando na Europa com aqueles governos, que estão em situação muito diferente, seria decerto grande e imperdoável fatuidade"[55]. E falava nas "desvairadas pretensões que nos tornavam ridículos", apontando o exemplo que devíamos seguir: "lancemos as vistas sobre os Estados Unidos: os seus agentes na Europa não andam em ricas berlindas [....] a diplomacia americana é *sui generis* e tem vencido pela sua simplicidade, por suas luzes, e não por estrépitos de carruagens: não é o estrépito das carruagens que pode impor às nações ilustradas, elas conhecem o ridículo da nossa pompa".

---

54. *Anais* da Câmara, 1830, tomo II, pág. 317.
55. *Anais* da Câmara, 1830, tomo II, pág. 671.

Chafariz da Carioca, Convento de Santo Antônio e a Igreja de São Francisco da Penitência.
Aquarela de Tomás Ender.

O chafariz do Terreiro do Paço. (Atual Praça 15 de Novembro.)
Aquarela de Tomás Ender.

O Brasil tinha representação diplomática na Dinamarca, na Rússia, até em Mecklemburgo, ao passo que descurava a política de aproximação com os países da América. Evaristo sonhava com uma política pan-americana, com o estabelecimento de laços mais estreitos com os povos deste continente, e não "com os testas coroadas da Europa". Do mesmo parecer era Bernardo de Vasconcelos que, por essa ocasião, animado com as notícias que chegavam da queda de Carlos X e da vitória do liberalismo na França, ameaçava da tribuna da Câmara: "Eu persuadirei ao povo para que resista em massa contra toda invasão que houver em dano de suas liberdades e dos seus direitos, e também para derribar as cabeças que ainda tentarem sujeitá-lo à escravidão: são estas as doutrinas que se devem pregar e para as pregar não se precisam embaixadores, nem legações de 1ª ou de 2ª ordem"[56].

O ambiente político brasileiro cada dia se tornava mais perturbado, malgrado os esforços e a boa vontade do Ministério em que Barbacena era a figura principal e a aparente reviravolta de d. Pedro I, entregue às delícias de suas núpcias com a bela d. Amélia. Reviravolta que chegou até à resolução de fazer sair do Brasil Francisco Gomes da Silva, o "Chalaça", e Rocha Pinto, do chamado "gabinete secreto", conselheiros, validos, secretários, alcoviteiros, homens de sua intimidade e que lhe prestavam serviços de toda a ordem.

O primeiro, que não seria propriamente um varão de Plutarco, no sentido comum e falso da expressão (porque é preciso não esquecer que Plutarco não escreveu só a vida dos Licurgo, dos Temístocles, dos Péricles, dos Catão, mas também dos Alcebíades, dos Cila, dos Luculo, dos Galba, dos Oton), tem sido muito desfigurado, acentuando-se no seu retrato apenas os traços feios, os defeitos, os vícios. Corrompido, ou melhor, corruptor ele o era, pagando jornais como a *Gazeta do Brasil* para insultarem os políticos liberais; sem escrúpulos, sim, recadeiro do seu amo imperial junto de concubinas; insolente, antipático ao Brasil e aos brasileiros, sem dúvida. Mas não era o ignorante, o tipo vulgar, o sevandija que se quis fazer dele. Não lhe faltava, ao contrário, certa finura, certa manha no desempenho das incumbências que lhe cometiam; sabia escrever, redigia até com bas-

56. *Anais* da Câmara, 1830, tomo II, pág. 675.

tante propriedade de expressão. E foi sempre fiel ao imperador antes e depois de sua desgraça.

Quanto a João da Rocha Pinto, menos interessante do que "Chalaça", teve também vida aventurosa, que acabou pelo suicídio aqui no Rio, no ano de 1837, conforme notícia no *Jornal do Comércio* do tempo. Um e outro, entretanto, eram detestados pela opinião liberal, e Evaristo, que fora vítima do ódio de "Chalaça", instigador das campanhas jornalísticas de João Maria da Costa, exultava pela *Aurora* com a notícia da sua "deportação".

Barbacena estava fazendo o possível para tentar a experiência de um governo de gabinete, apoiando-se na maioria da Câmara. E esta, a despeito do abuso de discursos e dos incidentes políticos que se sucediam, ia trabalhando, realizando alguma coisa. Na sua reunião ordinária, encerrada a 3 de setembro, não chegara a votar o orçamento, nem a lei da fixação das forças de terra e mar, sendo por isso convocada novamente para cinco dias depois. Na fala da abertura da sessão extraordinária, o imperador expunha o que devia ainda fazer a Câmara em 1830: lei de fixação de forças, orçamento, leis melhorando "quanto antes" a circulação do papel-moeda, criando um banco nacional, conclusão dos códigos penal e de processo criminal, arrecadação dos dízimos e medidas tomando em consideração as representações e propostas dos Conselhos Gerais das Províncias. Era demasiado para três meses. Em todo o caso, votou-se o orçamento, ultimou-se a lei da fixação das forças, deu-se ao país o Código Criminal, grande obra do espírito liberal do tempo, cuja glória cabia em máxima parte a Bernardo de Vasconcelos.

Mas os acontecimentos se encaminhavam para um desfecho dramático, que d. Pedro I, por uma fatalidade do seu temperamento e dadas certas circunstâncias do processo histórico da Independência e da política de Portugal, não poderia evitar, e, ao contrário, concorreria para apressar. Trabalhado por intrigantes, dando ouvidos às cartas que "Chalaça" lhe mandava da Europa e que vinham cheias de insinuações contra Barbacena, o imperador o demitiu inopinadamente do lugar de ministro da Fazenda, num decreto em que o seu velho servidor se via afastado das funções que exercia, como se fora um funcionário suspeito ou inescrupuloso.

Barbacena não se deixou humilhar e deu resposta altiva, em que, referindo-se à possível loucura de d. Pedro I e seu internamento numa

prisão em Minas, aludiu aos perigos que ameaçavam a nação com a possibilidade do restabelecimento de um governo tirânico, exprobrou a intervenção desmandada do monarca nos atos dos ministros e a continuação da influência da camarilha que cercava o trono. A demissão do marquês de Barbacena causou péssima impressão e os mais otimistas se foram convencendo de que com semelhante imperador nunca o Brasil seria um país livre, nunca se realizaria o regime estabelecido pela Constituição.

Precisamente nesse instante, já de si propício a um movimento político de caráter mais acentuadamente liberal, ia atuar um fator estranho que, exaltando os ânimos e criando um clima pré-revolucionário, precipitaria os sucessos: a revolução dos Três Dias, na França, abatendo, em julho de 1830, o trono de Carlos X. As notícias da vitória do liberalismo francês chegaram ao Rio no dia 14 de setembro e logo se espalharam pelas províncias. Conta Armitage que "o choque foi elétrico" e que "muitos indivíduos no Rio, Bahia, Pernambuco e São Paulo iluminaram suas casas por este motivo"[57]. Havia mais um exemplo ainda da Europa a imitar, mais um modelo a copiar. E recrudesceu sem demora a campanha da imprensa em favor das ideias liberais. Surgiu *O Repúblico,* de Antônio Borges da Fonseca, antigo redator da *Gazeta da Paraíba* e da *Abelha Pernambucana,* e ninguém teria papel mais ativo no desencadeamento da crise.

O jornal de Evaristo acolheu o aparecimento do novo colega com simpatia, assim como nele ecoavam favoravelmente as notícias da revolução de Paris. A *Aurora* transcrevia tópicos de jornais ingleses a respeito, saudava o ano de 1830 como "o da liberdade, não já na Europa, mas no mundo inteiro", e dizia de Carlos X que era "um rei hipócrita ligado a uma cabala que queria reinar pelo terror". A expulsão dos Bourbons e a mudança do sistema na França parecia-lhe "benefício geral para as nações", e concluía: "Esperemos que o ano de 1831 não seja menos favorável às causas do gênero humano"[58]. Bem claras eram as insinuações e carapuças do comentário da *Aurora.* Evaristo sofria a influência do meio e dos acontecimentos; mas procurava não perder a calma, fugindo às sugestões do

57. *História do Brasil*, 2ª edição, pág. 194.
58. *Aurora Fluminense*, nº 435, de 11 de janeiro de 1831.

processo revolucionário tão bem sucedido na França. Suas palavras seriam antes de advertência, teriam o intuito de aviso.

Pregava-se já abertamente a federação, querendo *O Repúblico* uma "federação monárquica" e a *Nova Luz* uma "federação democrática". Nem uma nem outra encontravam ainda em Evaristo adesão declarada: "Os argumentos que se leem em vários jornais a favor da federação não nos parecem convincentes, nem razoáveis", dizia ele na *Aurora Fluminense* de 5 de janeiro de 1831, embora lhe repugnasse a possibilidade da revisão da Constituição pelos meios nela prescritos.

Sem embargo, combatia intransigentemente os jornais absolutistas, citando a frase de Beccaria: "o déspota lança o terror e o abatimento na alma dos seus escravos, mas o medo que inspira reage sobre ele com força maior e faz o suplício de todos os seus instantes". Combatia o *Imparcial,* o *Diário Fluminense,* o *Moderador,* órgãos reacionários e, ao mesmo tempo, os republicanos e os exaltados da *Nova Luz* e de *O Repúblico.* Era uma posição política equidistante que assumia Evaristo, posição difícil em hora tão inquieta, em vésperas de fim de reinado. Chamavam-no então os exaltados de "emprazados"[59], porque ainda cuidava possível persuadir os que detinham o poder a cumprir a Constituição, a pôr em prática o regime nela instituído; acoimavam-no os absolutistas de "revolucionário" e de "republicano", porque condenava os desregramentos do governo e queria a liberdade com a monarquia constitucional. Menos de três meses antes do 7 de Abril, respondendo a *O Repúblico*, que falava em acabar com o "regime opressor", Evaristo não aceitara ainda nenhum programa de reforma constitucional e combatia a federação, invocando as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte.

Até quando, porém, poderia ele manter essa posição de quem evitava os extremos, numa época em que todos se extremavam? Tanto maior era a dificuldade quanto da simples campanha de imprensa já se passava para a ação direta, para o tumulto das ruas. Assim foi em São Paulo, com a procissão dos estudantes do Curso Jurídico pela vitória da revolução de Paris, reprimida pelo ouvidor Japiaçu com um crime; assim seria com as manifestações dos portugueses em março, por ocasião da volta

59. De Simoni, *Honras e saudades*, pág. 27.

de d. Pedro I de sua viagem a Minas. Da passeata dos estudantes de São Paulo, resultaria o assassínio de Líbero Badaró, com larga repercussão em todo o país, predispondo os espíritos mais calmos a atitudes enérgicas. Já a Câmara dos Deputados, pela sua Comissão de Constituição[60], ao contrário do ponto de vista do ministro do Império Silva Maia, nada vira de criminoso no procedimento dos estudantes, do povo e do governo de São Paulo, enaltecendo e considerando perfeitamente legítimo o júbilo pela derribada do "governo tirânico e anticonstitucional da França".

No Rio, Borges da Fonseca, redator de *O Repúblico,* levado a júri em consequência dos seus artigos em prol da federação, foi absolvido unanimemente a 17 de janeiro de 1831 e "a assistência, de mais de 200 pessoas, depois da leitura da sentença, prorrompeu em vivas à Constituição, à liberdade de imprensa e ao artigo sobre federação"[61].

A essa agitação popular, que se alastrava pelas províncias, com o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas à frente, e manifestada de várias maneiras, inclusive nas exéquias que em inúmeras cidades foram celebradas em memória de Libero Badaró, vinha juntar-se o descontentamento dos chefes militares, com Francisco de Lima e Silva na vanguarda. Comandante das Armas da Corte, o futuro regente e pai do duque de Caxias recebeu uma vez na rua vivas e aclamações dos liberais e correspondeu, ao que parece, "mencionando a Constituição e a lei do Estado"[62]; e, por isso, foi transferido para São Paulo e não aceitando o novo comando, que significava um rebaixamento, ficou sem comissão e reduzido ao simples soldo. Pela *Aurora* Evaristo atacou por esse motivo o ministro da Guerra, conde do Rio Pardo. No golpe de 7 de abril seria decisiva a ação dos Lima e Silva.

D. Pedro I, mal aconselhado, acreditando ainda no seu antigo prestígio e preocupado com a situação de Minas, onde dominava Vasconcelos, julgou oportuno ir até lá. Infeliz ideia! O acolhimento dos mineiros foi desconfiado e frio, por vezes até hostil. Comentando a viagem imperial, dizia Evaristo no seu jornal, repetindo os termos de uma mensagem dirigida a d. Pedro I: "V. M. I. se convencerá da firmeza de caráter e da verdadei-

---

60. *Anais* da Câmara, 1830, tomo II, pág. 624.

61. *Aurora Fluminense*, nº 439, de 19 de janeiro de 1831.

62. *Aurora Fluminense*, nº 433, de 5 de janeiro de 1831.

ra constitucionalidade dos bons mineiros e reconhecerá a inexistência de partidos demagógicos"[63]. Mas o imperador estava convencido da existência "de um partido desorganizador que se aproveitava das circunstâncias puramente peculiares à França", como declarou na proclamação dirigida de Ouro Preto, em 22 de fevereiro de 1831.

Evaristo comentava essa proclamação em termos polidos, mas de grande firmeza. As circunstâncias não eram puramente peculiares à França, e ser federalista não constituía crime, pois que a própria Constituição admitia o elemento federal como os Conselhos das Províncias e as Câmaras Municipais; e terminava: "Desejaríamos que semelhante papel nunca houvesse aparecido."[64]

A crise ia começar a sua fase paroxística com a chegada de d. Pedro I ao Rio, de volta de Minas. Nos últimos tempos, os melindres nativistas, o ardor jacobino, os ressentimentos contra os antigos colonizadores, vinham se exacerbando. Já se apagara da imaginação popular a figura romântica do príncipe que fora o melhor instrumento da Independência. Agora que o país adquiria uma noção mais clara dos próprios destinos, que os seus sentimentos patrióticos se exaltavam e se definiam, o imperador, preocupado com a política portuguesa e cercado de uma roda palaciana quase toda lusitana, lhe parecia um estrangeiro e quase um usurpador. Os portugueses continuavam na verdade a exercer uma influência até certo ponto excessiva e, sem tato, com verdadeira insolência, não tinham pejo de intervir nos acontecimentos da política interna do Brasil.

Foi o que aconteceu por ocasião do regresso de d. Pedro I de sua malograda excursão a Minas, de onde chegara "desabusado, desgostoso, com o ânimo abatido, tendo várias vezes no decurso da jornada falado da intenção em que estava de abdicar a favor de seu filho e de retirar-se para sempre do Brasil"[65]. No "círculo de parasitas e amigos particulares de d. Pedro, desejosos de reanimá-lo e convencê-lo de que o governo ainda tinha simpatias dos habitantes da capital"[66], surgiu a ideia de promover-lhe

---

63. *Aurora Fluminense*, nº 449, de 14 de fevereiro de 1831.
64. *Aurora Fluminense*, nº 460, de 11 de março de 1831.
65. Armitage, *História do Brasil*, 2ª edição, pág. 209.
66. Armitage, *op. cit.*, pág. 210.

grandes manifestações, a começar no dia 11 de março, iluminando-se as casas, soltando-se foguetes, acendendo-se fogueiras e postando bandas de música pelas ruas.

Essa manifestação irritou profundamente os brasileiros. Conta Armitage, talvez um pouco exagerado ao afirmar o propósito do monarca de abdicar, que "uma porção de mancebos pertencentes ao partido exaltado, reunidos a outra de oficiais militares, percorreu as ruas dando vivas à Constituição, à Assembleia Nacional e ao imperador *enquanto constitucional*". Isso se passou na noite de 10 de março e o mesmo se repetiu nas duas noites seguintes, sem incidentes de maior gravidade. Na noite de 13, porém, – e nas seguintes, 14 e 15 – novos fatos agravaram a situação: a rapaziada liberal apagou várias das fogueiras votivas e os meninos do seminário de São Joaquim atiraram pedras em algumas das casas iluminadas[67]. Os portugueses reagiram com violência, lançando sobre os brasileiros pedras e sobretudo fundos e cacos de garrafas. Não contando com o revide dos portugueses, os brasileiros tiveram que debandar, alguns gravemente feridos. E redobrando de fúria, os portugueses "percorreram as ruas em triunfo e cercaram a residência do redator da *Aurora* que se havia negado a pôr luminárias, gritando: "Morram os deputados republicanos! Morra o redator do *Repúblico!*"[68] O ódio do elemento lusitano se voltou especialmente contra Evaristo e contra a *Aurora Fluminense,* confundidos com Borges da Fonseca e *O Repúblico.*

Nesse momento, Evaristo ia provar que moderação não era tibieza ou comodismo. Morando então na Rua da Quitanda, recusou-se a iluminar a casa e, quando esta estava cercada pela massa que o apupava e exigia luminárias, serenamente, na sua mesa de trabalho, preparava artigos para a *Aurora* do dia seguinte: "escrevemos ainda com o clamor de uma multidão que nos ultraja"[69], "a cidade do Rio de Janeiro está agora inabitável, menos para a gente do partido recolonizador [....] as violências se sucedem e nenhum brasileiro está seguro [....] mas o sangue derramado pede sangue [....]"

---

67. *Aurora Fluminense*, nº 463, de 18 de março de 1831.
68. Armitage, *História do Brasil*, 2ª edição, pág. 211.
69. *Aurora Fluminense*, nº 462, de 16, e 463, de 18 de março de 1831.

Nem assim, porém, Evaristo perdia a calma. Esse "sangue derramado pede sangue" não era um convite a vinditas, não era um estímulo à reação armada: era apenas a visão lúcida, o comentário desencantado do observador, pois que concluía: "triste efeito dos ódios e das dissensões civis!" Ódios e dissensões que ele nunca animou, nunca aplaudiu, e cujas consequências estavam patentes. Mas não se acobardava, não engolia os ultrajes: "os brasileiros querem a desafronta de todos os insultos: a sua paciência está exausta"[70].

O sentimento nativista subitamente recrudesceu e já toda gente, a instâncias de Evaristo, começou a usar de novo o laço nacional, o distintivo dos dias da Independência. E até um novo laço se inventou para caracterizar os federalistas.

Com a "paciência exausta" em face de acontecimentos tão graves, Evaristo sentia-se irmanado, pela força das circunstâncias, aos elementos exaltados, à gente que pregava a federação e queria adotar sem demora processos revolucionários. Diante das agressões a brasileiros, o governo nada fizera que pudesse acalmar os ânimos e a *Aurora* acusava a polícia de conivente com os arruaceiros portugueses. O remédio único seria mesmo a revolução?

Assim pensava muita gente. Um dos mais decididos a resolver a crise por um golpe de força era o padre José Custódio Dias, deputado por Minas e liberal de sangue ardente. Na casa de sua residência, uma chácara na Rua da Ajuda comprada aos herdeiros do cônego José da Costa Fonseca – a chácara da Floresta – onde se instalara, reuniram-se, no dia 16 de março, vinte e três deputados liberais (as Câmaras estavam fechadas) e o senador Vergueiro, para deliberarem acerca das providências a serem tomadas. Houve quem lembrasse desde logo que se pegasse em armas "com a cooperação dos oficiais da artilharia que já se reputavam ganhos a favor da causa popular"[71], mas ainda venceu o espírito de moderação e transigência pela voz de Evaristo, de Odorico Mendes e de alguns outros, ficando resolvido que se dirigisse ao governo uma representação enérgica a respeito dos acontecimentos.

---

70 *Aurora Fluminense*, nº 464, de 21 de março de 1831.

71 Armitage, *op. cit.*, pág. 212.

Dessa representação foi Evaristo o redator, segundo o testemunho de De Simoni[72] e de Armitage[73]. Era o último apelo a uma solução pacífica, dentro dos quadros legais, sugerido por Evaristo, bem se sente que antes por desencargo de consciência, por efeito de fidelidade ao próprio temperamento do que por convicção ou esperança no bom êxito do seu resultado. A representação, que tem a data de 17 de março, foi subscrita por todos os presentes à reunião da chácara da Floresta, e de obter as assinaturas, de casa em casa, incumbiu-se o jovem deputado Honório Hermeto, que iniciava uma das maiores carreiras políticas do Império. O seu tom era o mais incisivo possível em documento dirigido ao monarca cuja permanência no trono ainda se queria preservar. Os representantes da nação que o assinavam pediam providências para "a desafronta do Brasil vilipendiado e pungido no mais delicado e sensível do brio e pundonor nacional [....]"; "as circunstâncias são as mais urgentes e a menor demora pode em tais casos ser funestíssima [....]"; "se porventura ficarem impunes os atentados importará isso em declaração ao povo brasileiro de que lhe cumpre vingar ele mesmo por todos os meios a sua honra e brio tão indignamente maculados [....]"; "a ordem pública, o repouso do Estado, o trono mesmo, tudo está ameaçado, se a representação não for atendida e os seus votos completamente satisfeitos".

Tratava-se positivamente de um ultimato ao imperador e, para Evaristo e os que o seguiram, da derradeira esperança de um desfecho pacífico. Seria possível ainda essa solução ordeira? Parece certo que não. Já não estava mais em jogo apenas o sentimento liberal de alguns dos homens mais ilustres da época, dessa elite que se esforçava com afinco pela adoção no Brasil do regime político vitorioso com a Emancipação Americana e a Revolução Francesa: ao dissídio entre o governo e a Câmara e grande parte da imprensa, juntara-se um fator revolucionário que não era novo, que se esbatera com a fórmula transacional da Independência, mas que viera se agravando, a partir de 1823, para atingir, em princípios de 1831, a maior intensidade – o ressentimento nativista.

---

72 *Honras e saudades*, pág. 31.

73 *História do Brasil*, 2ª edição, pág. 215.

É curioso notar como, à proporção que d. Pedro I se foi distanciando de suas atitudes liberais de 1822, embora a chefiar em Portugal a campanha constitucionalista, a ele se foram chegando cada vez mais os portugueses aqui residentes, de tal arte que, no momento em que o abandonavam os próprios elementos moderados da política brasileira, aqueles que viam objetivamente no trono o princípio mesmo da unidade nacional, em seu derredor se congregavam os lusos.

Os sucessos de março de 1831 foram para d. Pedro, de um lado, como que a reafirmação de sua nacionalidade de origem, processada, é certo, à sua revelia, mas que passou desde logo em julgado; de outro a sua naturalização de brasileiro cassada sumariamente. O que a representação partida da chácara da Floresta exigia era "a desafronta do Brasil vilipendiado e pungido no mais delicado e sensível do brio e pundonor nacional". Em hora de tão grande efervescência – Armitage informa que a representação e a notícia das circunstâncias que a motivaram "produziram um efeito elétrico" – seria possível alcançar tal objetivo com um rei nascido em Portugal, não obstante tantos anos vividos na terra de adoção e tantos servicos a ela prestados?

A revolução de 7 de abril responderia pela negativa.

. . . .

Capítulo V

A REVOLUÇÃO DE 7 DE ABRIL E O PAPEL DE EVARISTO. DEFESA DA ORDEM PÚBLICA. DIVISÕES PARTIDÁRIAS. A AÇÃO DE UM GUIA. O DESESPERO DOS "MODERADOS" E A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO DE 30 DE JULHO DE 1832.

SE É CERTO QUE D. PEDRO I, voltando de Minas entre irritado e abatido, falava em abdicação e partida para a Europa, mais deve ter pensado nisso depois dos distúrbios por ocasião de sua chegada ao Rio e do verdadeiro termo de bem viver que lhe queria impor a representação da chácara da Floresta. Antes, porém, que os fatos, em rápido desencadeamento, o levassem até esse desfecho, ele iria tentar medidas que, julgando conciliáveis com os seus pontos de honra, lhe pareciam capazes de resolver a crise. Uma delas foi a modificação do Ministério, com as substituições do visconde de Alcântara por Sousa França, na pasta da Justiça, do conde do Rio Branco pelo general José de Morais, na Guerra, do marquês de Paranaguá por José Manuel de Almeida, na Marinha, e do visconde de Alcântara por Bernardo José da Gama, no Império, continuando no governo F. Carneiro de Campos e Holanda Cavalcanti, que tinham sido nomeados recentemente, já como concessão ao espírito liberal; outra medida, antes contraproducente, foi a volta de Francisco de Lima e Silva ao lugar de co-

mandante das Armas da Corte: o novo Ministério, que não contava um só grande nome de prestígio – um Vergueiro, um Vasconcelos, um Evaristo, um Odorico Mendes – não poderia mudar o rumo dos acontecimentos; e a ferida na suscetibilidade de Francisco de Lima, pouco antes afastado do mesmo comando a que voltava agora, não cicatrizara.

Continuava o mesmo estado de intranquilidade e de desconfianças, a mesma exacerbação de ânimos. Os jornais simpáticos à reação, a serviço dos portugueses, e os que defendiam a causa liberal, ainda mais se encarniçaram na luta, numa linguagem que não permitia entendimento ou pacificação. Os absolutistas viam numa reafirmação autoritária o único remédio para o momento; os liberais, desiludidos de medidas suasórias, cuidavam que só por um golpe de força alcançariam a liberdade tão sonhada.

No dia 25 de março, aniversário da Constituição, fizeram os liberais cantar um *Te Deum* na igreja de São Francisco de Paula. Estava a igreja cheia e havia muita gente pelas imediações, quando aconteceu coisa absolutamente imprevista: d. Pedro I, sem que tivesse sido convidado, apareceu de repente. Esse gesto, bem de seu temperamento e destoante de qualquer protocolo, causou estupefação; mas tão diminuta já era a sua popularidade, que da massa espalhada pelas escadarias e pelo largo fronteiro, partiram vivas à Constituição, "vivas ao imperador enquanto constitucional", e "alguns gritos de viva d. Pedro II". "Com ar perturbado e inquieto", d. Pedro I exclamou – "Sou e fui sempre constitucional"; e "ainda é uma criança", em resposta ao viva ao filho de cinco anos[74]. Dava assim mais uma demonstração de leviandade e concorria para aumentar o desprestígio em que caíra.

Os homens de maior responsabilidade da campanha liberal, desde as "garrafadas", tinham entrado numa fase pré-revolucionária. Vergueiro, Odorico Mendes, Evaristo talvez, já estavam conspirando. Grande fora até então a repugnância de Evaristo por qualquer tentativa de substituição violenta de governo; até ele, porém, se deixaria seduzir, indignado com a insolência dos portugueses de que fora vítima em sua própria casa.

Mas os políticos liberais, por muito que pudessem influir sobre os fluminenses melindrados em seus brios nacionais, nada fariam de positivo, sem a aquiescência da guarnição da cidade. E começou então o esforço para

74. Armitage, *História do Brasil*, 2ª edição, pág. 216.

conseguir a adesão da tropa. Esse trabalho não foi dos mais difíceis, contando os conspiradores logo de início com a simpatia, ou melhor, com a conivência da família dos Limas, dos três irmãos, que nessa ocasião já eram personagens de grande influência na sua classe – Francisco de Lima e Silva, futuro regente, José Joaquim de Lima e Silva e Manuel da Fonseca Lima e Silva, este último porventura com maior irradiação na tropa, a despeito de sua menor graduação.

Francisco de Lima era o comandante das Armas da Corte, poucos dias antes reconduzido a esse posto, mas ressentido com a demissão que sofrera em janeiro de 1831. Manuel da Fonseca Lima comandava o próprio batalhão do imperador e José Joaquim de Lima a artilharia. Outros oficiais foram abordados, deram sua adesão ou se mostraram simpáticos – o brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, por exemplo; e para conquistá-los, Odorico Mendes soube ser persuasivo, trabalhando muito também o jovem Borges da Fonseca. Mas foram os irmãos Lima e Silva os elementos decisivos do 7 de Abril, na sua parte militar. Firmando desde essa época uma tradição já hoje secular no Brasil, os conspiradores não eram discretos, nem a urgência que tinham de levar a efeito o seu plano permitiria longo período de penumbra e incubação.

Sabia-se no Rio que se tramava uma revolução; boatos desencontrados circulavam, agitando cada vez mais a população, e o Ministério, intimidado ou no seu íntimo simpatizando com o movimento, nada fazia para impedi-lo. Já o elemento civil mais exaltado se organizava em centúrias, preparando-se para a luta; e para os quartéis de artilharia do largo do Moura acorriam no dia 30 de março mais de seiscentos cidadãos armados, a fim de ajudar a defesa dos mesmos contra o propalado ataque por parte do batalhão 1º de Caçadores e da maruja portuguesa.

Diante da passividade do Ministério, conivente por omissão, d. Pedro I quis reagir e, num dos seus impulsos, demitiu-o a 5 de abril, chamando ao governo homens impopulares, como os marqueses de Inhambupe, Aracati, Baependi, Paranaguá e Lajes, e o visconde de Alcântara. Só na manhã do dia seguinte é que se soube dessa mudança, correndo ao mesmo tempo o boato da prisão de Vergueiro, Evaristo e outros políticos do Partido Liberal. O dia 6 de abril seria de fato a verdadeira data revolucionária em que se verificaria a insurreição da tropa e do povo no Campo de Santana; a 7 de abril apenas se completaria a vitória liberal com a abdicação do monarca.

Manuel Odorico Mendes.
Desenho de J. Pedroso.

João Batista Líbero Badaró.
Coleção da Biblioteca Nacional.

A notícia da substituição do Ministério deu aos liberais a noção de que chegara a hora inadiável: ou tomavam a iniciativa e entravam em ação sem demora, ou o novo governo reagiria, dominando-os, talvez. Imediatamente instruções foram dadas para que o povo se reunisse no Campo de Santana e para lá se dirigiram alguns dos chefes liberais, como Odorico Mendes e Vieira Souto, deputado e irmão do redator da *Astreia*.

Entre meio-dia e três horas da tarde tinham afluído ao Campo de Santana cerca de 2.000 pessoas. Às 5 esse número dobrara. Que se ia fazer? Que queria afinal essa gente? Como frequentemente acontece em situações semelhantes, várias eram as tendências, diversas as sugestões. Os mais decididos optavam por uma investida aos arsenais à busca de armamento e que se marchasse em demanda do paço de São Cristóvão; alguns propunham que se proclamasse logo a república, outros que se estabelecesse a monarquia federativa. Mas havia também os imediatistas, os que fixavam apenas o fato que determinara a reunião do povo no Campo de Santana, isto é, a substituição do Ministério. E foi o que a princípio prevaleceu. Evidentemente, todos quantos estavam ali reunidos não se contentariam com a demissão dos marqueses e no íntimo queriam solução mais radical. Era mister, porém, usar de prudência, pois que só com a tropa estaria garantido o bom êxito de qualquer movimento, e o elemento militar pelos seus chefes, com Francisco de Lima à frente, ainda não parecia decidido a uma ação direta contra o imperador.

Surgiu então de parte da gente mais ponderada um alvitre que tinha o mérito de abrir um caminho, de imprimir ordem aos acontecimentos, ao mesmo tempo que dava um anteparo legal ao motim: convocar os juízes de paz de todas as paróquias e fazê-los emissários dos desejos do povo junto ao monarca. Os juízes de paz foram a São Cristóvão e nada conseguiram: o imperador não cedeu à imposição. E também não deu ouvidos às comunicações reiteradas que lhe fez Francisco de Lima, já pessoalmente, já por intermédio do major Miguel de Frias e Vasconcelos.

As horas se passavam, a noite descia sobre a cidade e a agitação só fazia crescer, dominando os mais tímidos, arrastando agora a tropa hesitante durante o dia. Entre meia-noite e duas horas da madrugada, vários corpos do exército, três da artilharia, três batalhões de Caçadores e um de Granadeiros, foram para o Campo de Santana e se declararam ao lado do

povo. Ciente disso, d. Pedro I, refratário até então a qualquer transigência, mandou procurar o senador Vergueiro para confiar-lhe o encargo de organizar novo Ministério. Seria uma vitória para os liberais. Mas Vergueiro, procurado por toda a parte, não foi encontrado. Em vão esperara o imperador por Lopes Gama, incumbido de descobrir-lhe o paradeiro. A crise atingia ao auge. Toda a tropa abandonava o monarca, inclusive o "batalhão do Imperador", que desertara a guarda do paço de São Cristóvão e partira sob o comando de Manuel da Fonseca Lima a juntar-se aos revoltosos do Campo de Santana. E já que d. Pedro I se obstinava em não repor o Ministério demitido a 5 de abril, só um caminho lhe restava: a abdicação. E foi o que fez, pelas três horas da madrugada, numa comoção em que mal pôde conter as lágrimas.

Estava consumada a revolução liberal do Brasil, fora do trono o imperador que tanto ajudara a obra da Independência.

Qual foi a parte exata de Evaristo nesse desfecho? É fora de dúvida que a sua influência nos acontecimentos políticos do país se fez sentir decisivamente desde o aparecimento da *Aurora Fluminense* e ninguém mais do que ele concorreu para criar o ambiente liberal que caracterizaria os primeiros anos do período da Regência; mas seria negar o que havia nele de mais irredutível – o seu temperamento, o seu feitio psicológico, a sua formação moral – acreditar que o tenha dominado o entusiasmo revolucionário, que a solução extrema o empolgasse, colocando-o na ala dos mais exaltados: Evaristo não fez mais do que conformar-se com a revolução, aceitá-la como uma fatalidade.

Onde esteve ele nas horas incertas de 6 de abril? Que fez? Que disse?

Autor da representação de 17 de março ao imperador, homem que pesava tudo quanto escrevia, desde esse instante sentira que a solução revolucionária seria a mais provável e preparara-se para adotá-la quando se tornasse inevitável. Mas deve ter sido grande o seu debate interior; a luta entre a sua própria natureza toda inclinada à moderação e à ordem, e as solicitações que lhe vinham de fora, de amigos e das circunstâncias, impelindo-o a uma atitude de revolta e violência material. A esse respeito, o número da *Aurora Fluminense* de 6 de abril ajudará a compreender o estado d'alma de Evaristo. O artigo principal tinha como assunto a viagem do

imperador a Minas e nele se dizia que, em vez "de ter produzido excelentes resultados, fora funestíssima".

Já aí era o próprio imperador que estava em cena, o que não deixava de ser significativo em Evaristo, monarquista constitucional, pregoeiro de um regime em que a pessoa do monarca devia ficar sempre resguardada.

Mais sintomático ainda, porém, era outro artigo comentando publicações "dos periódicos do palácio" (palácio seria sinônimo de imperador) que insistiam nas dessemelhanças entre a situação da França e a do Brasil. Evaristo replicava que fossem quais fossem as diferenças, "uma circunstância havia para que a cólera do povo brasileiro fosse mais forte [infelizmente, dizia entre parênteses], mais profunda contra o *poder,* do que toda a que mostraram os franceses, depois das célebres ordenanças, a respeito de Carlos X e sua família [....] o amor-próprio nacional tem sido no Brasil pisado aos pés pelos homens da *privança,* pelo partido que goza e tem gozado da *especial confiança de quem governa* [....] as suas ações, os seus movimentos, as suas menores palavras [de quem governa], tudo é antinacional, tudo revela o desprezo e a aversão por esta terra que se rebelou".

Era mais uma vez o imperador diretamente visado e exposto ao Brasil como um tirano estrangeiro, a suscitar a cólera do povo; e Evaristo acrescentava: "Nada mais insuportável do que o jugo estrangeiro e é estrangeiro todo aquele governo que tem horror à nação a cujos destinos preside, que se envergonha de pertencer-lhe"[75].

Quem se manifestava de tal modo, certamente via na revolução a única saída. Mas o conflito íntimo permanecia, as tendências por uma solução dentro da ordem subsistiam, criando a dúvida, a perplexidade. E vinha então o apelo ao desenlace pacífico. Estava próxima a reunião da legislatura e Evaristo ponderava: "é do seu seio, da autoridade dos seus representantes, que devem sair as medidas enérgicas [....] tudo terá o cunho da legalidade, da ordem, do método, sem o quê nada se conseguirá que seja durável e forte em seus resultados". Estava condenada, banida a hipótese de uma revolução, ou melhor, de uma ação armada? Não. O jornalista da *Aurora* respondia: "perguntar-nos-ão, se os brasileiros devem deixar-se ficar

---

75. *Aurora Fluminense*, de 6 de abril de 1831.

inermes e desapercebidos. Não, não é esse o sentido em que falamos. Estejamos preparados e bem preparados para repelir qualquer agressão [....] Mas não nos lancemos na anarquia". A anarquia – eis o grande pavor de Evaristo, eis o que repugnava ao seu espírito moderado, às suas inclinações de homem da classe média, liberal de verdade, jornalista e mercador de livros. Que fez ele então nas horas agitadas de 6 de abril, quando o povo e a tropa afluíam para o Campo de Santana? Segundo um dos seus biógrafos[76], tão comprometido estaria que, "temendo o fracasso da revolução, foi procurar asilo no consulado americano".

Essa versão parece inteiramente infundada, como a que o faz de todo alheio ao pronunciamento de 6 de abril, e só aparecendo no Campo de Santana ao romper do dia 7, depois da notícia da abdicação que o general Francisco de Lima e Silva fez chegar ao seu conhecimento. O que se pode ter como mais certo é que só quando se esgotaram todas as possibilidades de uma solução menos violenta (porque violenta seria ainda a substituição do Ministério por imposição do povo e da tropa) anuiu ao golpe, deu a sua adesão.

Deu a sua adesão, anuiu ao golpe, depois de desanimar de um desfecho pacífico, mas sem pavores, sem cobardia, indo ao Campo de Santana antes da abdicação. Foi o que ele mesmo declarou, em discursos na Câmara, sem que ninguém o contestasse, a primeira vez a 12 de maio de 1832, quando sustentou que o trono de d. Pedro II não era apenas consequência da abdicação do pai senão também da resistência do povo aos desmandos de d. Pedro I: "sabe-o não só a população que esteve no Campo da Honra, mas todo o Brasil que aplaudiu a resolução heróica do povo do Rio de Janeiro. *E apelo para aqueles que aí se acharam, que lá estiveram comigo*"[77], e a segunda, na sessão de 1° de julho de 1833, tratando das ameaças de restauração do ex-imperador e da espontaneidade ou não da sua abdicação a 7 de abril: "não sei se d. Pedro abdicou voluntariamente – desse fato só ele e Deus podem ser juízes; *mas sei que fui ao Campo da Honra,* que lá vi

76. Félix Pacheco, *O publicista da Regência*, pág. 109.
77. *Anais* da Câmara, 1832, tomo I, pág. 13.

as armas nas mãos de muitos cidadãos insurgidos contra a autoridade do ex-monarca [....]"[78].

De Simoni, estudando os acontecimentos, em 1837, quando ainda vivos na memória dos contemporâneos, fixou com admirável lucidez a conduta de Evaristo: "Cumpre que ele que involuntária, ou forçosamente, concorreu para o movimento e a crise perigosa, se valha desses meios (talento, atividade, eloquência) para remediar ou diminuir os males atuais e prevenir os futuros. *Cumpre que se apodere da revolução, que a acompanhe, que a dirija,* e temperando-lhe o furor, a faça servir ao triunfo e não à queda dos bons princípios. Eis a sua tarefa, eis a sua revolução, eis a sua conduta."[79]

"Cumpre que se apodere da revolução, que a acompanhe, que a dirija": foi esta a grande decisão de Evaristo, o feito que o sagrou homem de ação. Neste sentido têm todos os visos de um juízo histórico verdadeiro as palavras desencantadas de Teófilo Otoni: "*o 7 de Abril foi uma verdadeira 'journée des dupes'.* Projetado por homens de ideias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra. Secretário do Clube dos Amigos Unidos, iniciado em outras reuniões secretas, que nos dois últimos anos espreitavam somente a ocasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pesar os moderados ao leme da revolução, eles que só na última hora tinham apelado para o juízo de Deus!"[80] Os exaltados queriam o "governo do povo por si mesmo, na significação mais lata", isto é, queriam a mudança do regime, queriam a federação e a república. Para Evaristo isso equivaleria à anarquia – não nos lancemos na anarquia, disse ele a 6 de abril – e fatalmente ao desmembramento do país, à desunião das províncias.

Apoderar-se da revolução constituía objetivo do homem que a não pregara diretamente, que tanto a temera, que com ela se conformara na undécima hora. E Evaristo apoderou-se da revolução no dia mesmo em que ela triunfou, frustrando os propósitos dos que a queriam levar às

78. *Anais* da Câmara, 1832, tomo II, pág. 25.
79. De Simoni, *Honras e saudades*, pág. 32.
80. Teófilo Otôni, *Circular*, 2ª edição, pág. 69.

últimas consequências, quebrando o ímpeto dos exaltados que se encontravam entre os civis, entre os políticos liberais, republicanos, federalistas, demagogos, e nas classes militares, profundamente divididas, mas em cujo seio, pela indisciplina que se alastrara, os elementos mais ativos eram os que se deixavam seduzir pela propaganda exaltada.

O exército, malgrado dúvidas e indecisões, se deixou dominar pelo sentimento liberal; e a verdade é que a 6 de abril, com as idas e vindas de Francisco de Lima e de Frias e Vasconcelos, não fez senão colocar-se ao lado das aspirações do país ou ao menos da parte deste que representava uma opinião formada e capaz de influir e orientar os acontecimentos. Depois do 7 de Abril começaria a solapá-lo a mais impressionante indisciplina, numa como dissolução espontânea, até que, para evitar que se tornasse um flagelo, se viram os governantes da Regência forçados a restringi-lo a um insignificante número de corpos, aproveitadas aliás as medidas legislativas nesse sentido votadas no expirar do Primeiro Reinado.

O primeiro número da *Aurora Fluminense* depois da revolução foi o de 8 de abril. Apenas meia folha de papel, explicado o fato "pelas circunstâncias que a ninguém eram desconhecidas". Na seção "Rio de Janeiro", Evaristo dizia: "Uma revolução, a mais assombrosa por seus amplos efeitos e pela marcha que tem seguido, ocorreu no Brasil. Sabe-se em que agitação se achavam os ânimos depois dos ultrajes que havíamos sofrido da parte de uma facção aborrecida e da desmarcada traição do Gabinete da Boa Vista." E dando mais uma prova de quanto seu espírito repelia a ideia de revolução, notava: "Bem que fosse reconhecida a repugnância com que o imperador acedia a qualquer medida que lhe era proposta em prol do país, esperava-se ainda que as coisas pudessem terminar sem os horrores de uma guerra civil." Queria dizer: aceitasse o imperador o ultimato de 17 de março e a imposição de 6 de abril dos rebeldes do Campo de Santana, e a revolução teria sido evitada.

Evaristo entusiasmou-se com a união momentânea que se operara no momento decisivo: "o sentimento do perigo comum animou os corações e fez esquecer todos os outros riscos". Prova desse congraçamento dava a *Aurora* publicando a proclamação de Antônio Borges da Fonseca, redator de *O Repúblico,* e declarando-se solidária com ela: "Ao depois de tantos sofrimentos, teve de ceder o ingrato à vontade nacional [....] Eia,

nós estamos no campo de Marte e aí findaremos a nossa regeneração que não deve ser manchada por excesso algum. O perjuro abdicou – que se vá em paz gozar os frutos de suas traições [....] A Constituição seja o nosso norte; com ela tudo venceremos: prudência, concidadãos, moderação, ordem e respeito a todos os nossos chefes."

Havia dureza, explicável no momento, na maneira de tratar o príncipe que ligara gloriosamente o seu nome à Independência; mas era impressionante o apelo à ordem, à concórdia, à moderação. Borges da Fonseca pensava então como Evaristo, que se vangloriava por "não ter sido ninguém insultado por suas opiniões". Duraria pouco, entretanto, essa lua de mel de moderados e exaltados.

Resolvido a apoderar-se da revolução, impedindo que ela "se perdesse nos abismos da dissolução social", Evaristo foi dos mais pressurosos em dar forma legal à nova situação e já às dez e meia da manhã do dia 7 de abril corria ao edifício do Senado a tomar parte na reunião extraordinária que ia eleger a Regência provisória e baixar a proclamação dando conta ao país do sucedido. Para essa Regência provisória foram eleitos o marquês de Caravelas, Vergueiro e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, dois civis e um militar, aquele cuja ação se fizera decisiva no pronunciamento do exército; e da redação do manifesto à nação, foram incumbidos Carneiro de Campos, Araújo Lima, Luís Cavalcanti, Evaristo, Castro Álvares e Carneiro da Cunha. Marcando desde logo o seu ascendente, coube a Evaristo redigir a proclamação. Armitage, que com ele privou, dá testemunho disso e, se acaso não foi o seu redator, imprimiu-lhe os traços personalíssimos de sua orientação política.

Na trepidação das primeiras horas depois do triunfo liberal, com a tropa e o povo reunidos ainda no Campo de Santana, lançava Evaristo o programa de ação que ia desenvolver, num documento da maior nobreza. A moderação depois da vitória devia ser mais uma prova de força; não era preciso pesar com mão de ferro sobre os vencidos, nem ninguém devia valer-se do triunfo para satisfazer paixões rancorosas; cumpria que a vitória não fosse maculada por nenhum excesso. E fixando para logo a exata significação do passo que se dera, proclamava: "Do dia 7 de abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos brasileiros, e livre."

Estava nacionalizada a Independência, feita em 1822 sob a direção de um príncipe tido como estrangeiro. Este já não era mais o monarca: "temos um monarca, símbolo da união e da integridade do Império, que educado entre nós receba quase no berço as primeiras lições de liberdade americana e *aprenda a amar o Brasil, que o viu nascer* [....]". A primeira grande vitória dos moderados, apoderando-se da revolução, concretizava-se na manutenção do trono, na continuação da monarquia. Abdicara d. Pedro I e já se tinha no mesmo lugar d. Pedro II que, nascido no Brasil, ia ser educado para rei constitucional, no ambiente republicano do período regencial.

Na sua *journée des dupes,* os exaltados tinham visto malograrem-se os planos ultraliberais de federação e república e, ao invés de perseguição, vinditas e sangue, a moderação, a generosidade e o perdão, pregados como necessidade política. O reizinho de cinco anos aparecia aos olhos de homens como Evaristo, Vergueiro ou Odorico Mendes, como o "símbolo da união e da integridade" do Brasil.

Não havia, note-se, nos liberais moderados, entusiasmo pela realeza; no fundo, por sua mesma formação ideológica, seriam muitos deles tão republicanos como os exaltados. Mas o que os distinguia destes era um espírito mais objetivo, um senso mais claro da realidade e só por isso queriam a mantença do trono. Quarenta e oito horas depois da "nossa revolução gloriosa que em nada teve que invejar aos 3 dias de Paris"[81], realizou-se um solene *Te Deum* na Capela Imperial, com a presença do "pequeno imperador, nosso patrício".

Que desafogo, que alívio, que confiança não há nessa frase – "pequeno imperador, nosso patrício"! Estavam lavadas todas as injúrias dos portugueses nos dias de março: o imperador já não era o patrício deles, era o "nosso patrício".

A *Aurora Fluminense,* escrevendo sobre o *Te Deum,* fazia uma narrativa em que se sentia a felicidade do patriota Evaristo.

Eis como chegou "o pequeno imperador": "Ao aparecer o menino, que vinha em um coche puxado pelo povo, rompeu imensidade de vivas à Nação, à Constituição, ao sr. d. Pedro II, ao *imperador brasileiro!*

---

81. *Aurora Fluminense*, nº 470, de 11 de abril de 1831.

O pequeno imperador correspondia aos vivas acenando com o lenço. Os olhos se arrasavam de água, a tropa e a população simpatizando se mostravam irmãos e despidos da menor lembrança de rancor ainda contra aqueles que nos ofenderam. Uma circunstância se fez muito digna de nota. Após os juízes de paz, que iam a cavalo com as bandeiras verdes desenroladas, vinham para mais de 500 cidadãos todos bem vestidos e com os braços entrelaçados, como um sinal da mais estreita união. Tudo era prazer, e os vivas que rompiam os ares, não foram, como outrora, dados com o temor do chicote, empunhado na mão dos assassinos".

O "menino", o "pequeno imperador", a cuja aparição "os olhos se tinham arrasado de água", o "órfão nacional", como depois foi chamado, devia merecer todos os desvelos, todos os carinhos. E a *Aurora* advertia: "Tomem cuidado nesse menino: não o deixem corromper; vigiem zelosamente a sua educação. O exemplo de seu pai pode-lhe ser muito útil se souberem mostrar-lhe por que erradas veredas esse príncipe se desvairou, chegou a alienar todo o amor dos brasileiros e a tornar-se objeto do ódio geral"[82].

Enquanto com um *Te Deum* se celebrava o advento de uma nova era, os homens que tinham assumido a direção da coisa pública punham toda a sua diligência em manter a ordem na cidade, evitando os excessos comuns em horas tais. Os membros da Regência provisória, o novo Ministério (o mesmo demitido por d. Pedro I a 5 de abril, com substituição apenas de Holanda Cavalcanti por José Inácio Borges, na pasta da Fazenda), e Evaristo, Odorico Mendes e dois ou três mais, procuravam combinar as medidas mais urgentes. Francisco de Lima e Silva, membro da Regência, e seus irmãos foram elementos decisivos nessa ocasião. Evaristo reconheceu-lhes os méritos em artigo da *Aurora*: "Os srs. Limas têm feito em toda esta ocorrência serviços muito assinalados. A eles principalmente se deve a ordem e o sossego que têm reinado no Rio de Janeiro desde o dia 7 do corrente. Além disso não podemos negar que a deliberação decidida do batalhão do Imperador, comandado pelo sr. Manuel da Fonseca Lima, e estacionado em São Cristóvão, em face do imperador, quando se passou para o Campo de Honra, decidiu a contenda. Recebam os srs. irmãos Lima

---

82. *Aurora Fluminense*, nº 470, de 11 de abril de 1831.

esta homenagem de quem nunca soube o que é adular, de quem receia muito da espada, quando ela abusa de sua preponderância."[83]

Nesses primeiros dias depois do 7 de Abril, dominada a situação pelos moderados, tudo parecia em paz: "a ofensa feita à nacionalidade reunira como por milagre os brasileiros das opiniões mais opostas: não se perguntava mais se este ou aquele era federalista ou unitário, reformador ou conservador, frio ou ardente, moderado ou exaltado"[84]. Evaristo acrescentava: "Cumpre evitar que o espírito de divisão se meta de novo entre eles. Ocupemo-nos de coisas, de princípios, e os homens sejam colocados dentro do quadro das doutrinas; sejam exemplos da regra e não regra eles mesmos: é então que seremos livres e dignos de rivalizar com os nossos conterrâneos, os primogênitos da liberdade americana – os cidadãos dos Estados Unidos." E para ajudar essa pacificação dos espíritos, veio sem demora a anistia a todos os crimes políticos.

Seria, porém, possível que a concórdia se firmasse tão depressa? Evidentemente, não. Menos de duas semanas depois da vitória revolucionária, já havia desiludidos, já começava a divisão, o desacordo, a desordem. "Quando uma revolução política veio de operar-se em qualquer sentido que seja, por mais habilidade que tenha o governo estabelecido, é impossível que não apareçam muitos descontentes", avançava o jornalista esse truísmo, em artigo de 22 de abril, lembrando dias depois, em tom irônico, que o principal autor da revolução do dia 7 fora o ex-imperador.

Surgiam os descontentes, ouviam-se já os primeiros rumores dos choques que se aproximavam e a *Aurora,* numa pronta reação do espírito conservador, ensinava: "não consiste a liberdade em abater por tal modo o governo que este não possa preencher os fins para que foi instituído". Não se faça dele "um fantasma inútil, sem força para manter a ordem e para preservar a sociedade". E ainda: "despojado de todo o prestígio da Realeza, entregue a homens eletivos, é fraco de sua natureza e convém antes dar-lhe força do que tirar-lha"[85]. Mas, nada de equívocos trágicos – governo ca-

83. *Aurora Fluminense*, nº 470, de 11 de abril de 1831.
84. *Aurora Fluminense*, nº 472, de 15 de abril de 1831.
85. *Aurora Fluminense*, nº 477, de 27 de abril de 1831.

paz de manter a ordem e preservar a sociedade, não queria dizer ditadura: "nada de regime arbitrário".

De pouca duração seria a trégua das paixões e já na noite de 26 de abril começaram os distúrbios, as arruaças, provocadas por "anarquistas". Entrava o mês de maio e iam funcionar as Câmaras, que nada tinham feito na sessão extraordinária de abril, convocada ainda pelo ex-imperador. Decidido, como se achava, a "apoderar-se da revolução, acompanhá-la e dirigi-la", Evaristo assumiu para logo funções de verdadeiro líder, embora guardando sempre o seu feitio modesto e a virtude rara de aceitar e suscitar cooperação.

Os moderados, com a responsabilidade do poder, tiveram sem demora a noção dos embaraços e dificuldades que lhes tolheriam a ação. Por força do próprio regime instaurado, de ampla liberdade, de completa manifestação de todas as opiniões, sentiram que não tardariam as dissensões e as lutas, mais de pessoas do que de ideias.

No campo dos liberais, a divisão se anunciava entre exaltados e moderados, e desse dissídio se aproveitariam os que muito cedo teriam saudades do passado e sonhariam com a restauração. Como enfrentar semelhante situação? Buscando apoio, servindo-se da força armada, do prestígio do exército? Imiscuindo-se nas lutas partidárias, este não tardaria a corromper-se. Assim aconteceu logo depois de 7 de abril. Rapidamente a disciplina se afrouxou, a hierarquia militar se subverteu. "Indisciplinada, arrogante, tendo a espada como cetro da lei, crendo que tudo deveria decidir-se pelas armas, pela vontade dos soldados, orgulhosa por ver que desde 1821 satisfizera suas exigências e conspícuo papel representara nos negócios públicos, deixara a força militar de ser depositária da ordem, da tranquilidade pública. Debelava os cidadãos em vez de garanti-los, não era elemento da ordem, nem sustentáculo da lei, mas um corpo anárquico, que alçava a cabeça logo que havia um motim, quando não era o primeiro a atear o facho da rebelião. E tão desorganizada e dissoluta andava a corporação militar, que qualquer tribuno aliciava soldados, e levava-os de carabina ao ombro a cometer desatinos, a desrespeitar a lei, a perturbar o sossego e a levantar exigências que, quando não cumpridas, eram o cartel de desafio e a iniciação de sedições repetidas, perigosas e sanguinolentas."[86] Salvo o tom retórico, essa era a situação do exército em 1831.

---

86 Moreira de Azevedo, *O Brasil de 1831 a 1840*, págs. 23 e 24.

João Bráulio Muniz.
Coleção da Biblioteca Nacional

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça.
Óleo de G. H. Harlow. Grav. de H. R. Cook – 1811.
Reproduzido de *História do Império* – Tomo I, por Tobias Monteiro.

Que haviam de fazer, pois, os responsáveis pelo governo? Se falhava o instrumento principal da defesa da ordem pública, transformado em fator de anarquia, era mister criar outro, que o substituísse. Sem perda de tempo, cuidaram os moderados de instituir a Guarda Nacional.

Aberta a Câmara a 3 de maio, já na sessão de 4, José Bento Leite Ferreira de Melo, supõe-se que por sugestão de Vergueiro[87], propôs que se nomeasse uma comissão para que dentro de quatro dias apresentasse o plano da criação das guardas nacionais, sendo escolhidos Vieira Souto, Cunha Matos e Evaristo. A 9 de maio foi lido o projeto de lei organizado pela comissão, tendo sido relator Cunha Matos, primeiro signatário dele e oficial general do exército; e a 18 de agosto sancionou a Regência a lei a respeito, com 143 artigos, antes um regulamento pelas minúcias a que desceu.

O papel da nova instituição seria de grande importâcia na manutenção da ordem em todo o período regencial. As guardas nacionais deveriam constituir para Evaristo "a nação toda em armas", a "força cidadã", como ele a chamaria no artigo da *Aurora,* de 15 de fevereiro de 1832, comentando a revista geral realizada a 12 do mesmo mês. Nesse dia, formaram 2.000 homens da infantaria[88] e 400 da cavalaria e "o jovem imperador, a cavalo, com a farda da guarda nacional, correu as fileiras". A ideia da criação das guardas nacionais não era original; mais uma vez copiávamos os modelos francês e norte-americano: "fruto da revolução liberal de França e dos Estados Unidos", dizia Evaristo. Na França sobretudo, a Guarda Nacional constituiria o melhor instrumento de defesa da burguesia ávida de tranquilidade para enriquecer.

Dificil empresa a do governo nesses primeiros tempos depois do 7 de Abril! A situação do Rio era da maior intranquilidade. Todos os dias os distúrbios se sucediam, e os exaltados, cada vez mais irritados pela orientação conservadora que manifestavam os moderados, tornavam as ruas da cidade intransitáveis, em explosões anárquicas. Mas nem assim Evaristo e os seus companheiros de feição moderada perdiam o sangue-frio. Embora evitando o caminho da reação de caráter absolutista, esquivando-se a violências e fugindo

87. Djalma Forjaz, *O senador Vergueiro*, pág. 411.

88. O instrutor-geral da infantaria da Guarda Nacional da Corte era o major Luís Alves de Lima, o futuro Caxias.

aos precedentes dos dias do Primeiro Reinado, sentiam a necessidade de fortalecer o governo, organizá-lo sob moldes liberais, sem reduzi-lo à impotência.

Organizar o governo e formar uma opinião esclarecida, criar núcleos de resistência e órgãos que sistematizassem as aspirações médias do país, tal foi o trabalho imenso a que Evaristo se entregou. Preliminarmente, cumpria assegurar a ordem material, o sossego nas ruas. "A polícia da cidade, eis a grande questão", dizia pela *Aurora,* de 15 de junho, um missivista que se assinava "Um carioca amigo de sua terra". Enquanto não se ultimava a votação da lei da Guarda Nacional, e não se adestrava o Corpo de Guardas Municipais[89], os adeptos do governo espontaneamente se arregimentavam nas diferentes paróquias para a defesa comum.

Era mister regularizar a situação da Regência, dando-lhe um estatuto legal. Este veio com a lei de 7 de junho, elegendo-se a primeira Regência permanente a 17, sendo escolhidos Francisco de Lima e Silva, único mantido da Regência provisória, Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, ambos moderados, ambos homens ricos, o primeiro fadado a uma carreira mais longa e representando o Centro-Sul do país, o segundo representando o Norte. A lei de 7 de junho de 1831, pelo espírito excessivamente liberal que predominou na sua elaboração, não foi a que as circunstâncias exigiam. A grande preocupação dos idealistas da época era desarmar o poder, impedindo que ele se transformasse em órgão de opressão. Num exagero de governo popular, transformada a Câmara numa espécie de Convenção, negou-se à Regência o direito de dissolvê-la. Estabelecia-se assim a onipotência do Poder Legislativo, fechando-se toda e qualquer saída em caso de conflito da Câmara com o governo. Acentuando também as tendências republicanas de então, vedava-se à Regência a concessão de títulos, honras, ordens militares e distinções.

Ao preparo da lei de 7 de junho, Evaristo deu a maior colaboração. Durante o mês de maio, em que ela ocupou a atenção da Câmara, falou quase todos os dias, fazendo às vezes três, quatro e cinco discursos na mesma sessão, como aconteceu nas de 19 e 25. Mais objetivo que a maioria dos seus companheiros de política moderada, bateu-se longamente pela faculdade de

89. Do Corpo de Guardas Municipais Permanente, que tão grandes serviços prestou à ordem pública durante a Regência, foi comandante Luís Alves de Lima e Silva.

dissolução da Câmara dos Deputados, numa atitude de grande coragem, pois que contrariava o pensamento liberal do momento: "a questão apresenta um lado impopular, mas empenhado unicamente no bem da nação e superior a considerações humanas, voto conforme a minha consciência"[90]. Porque não o ouviram, estariam os governos sob a Regência fadados à esterilidade quase completa.

Em meio aos embates das paixões de uma sociedade que se transformava sob vários aspectos de um modo artificial, por força da adoção de estilos de vida e instituições mal ajustadas às condições da população e de sua cultura, o governo deixava de corresponder aos fins de sua missão. Impunha-se a criação de um outro instrumento de ordem, de disciplina social, de orientação política, e aos homens do feitio de Evaristo pareceu indispensável a formação de um órgão que suprisse as deficiências do Estado, estendendo a sua ação até onde a do governo não alcançava. Tal foi o papel da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada no Rio de Janeiro em 19 de maio de 1831[91].

---

90. *Anais* da Câmara, 1831, tomo I, pág. 103.

91. Em Santos, no dia 4 de abril de 1831, antes portanto da revolução de 7 do mesmo mês e ano, fundou-se a "Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional". A ata de fundação foi assinada por cento e trinta e três sócios e está publicada no livro *Contribuindo,* de Martim Francisco, pág. 167. A associação instalada no Rio, a 19 de março de 1831, inspirou-se na congênere paulista e teve por iniciador Antônio Borges da Fonseca, redator de *O Repúblico,* como deixa claro o nº 59, de 28 de abril de 1831, desse jornal. Para acompanhar os primeiros movimentos e a fase inaugural dessa sociedade, é indispensável a consulta da coleção do periódico do então jovem e trêfego jornalista paraibano, que tão grande papel exerceu nos acontecimentos políticos cujo desfecho foi a abdicação de d. Pedro I. Da leitura de *O Repúblico* verifica-se que no começo a agremiação do Rio de Janeiro também se chamava – "Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional" [nº 59, de 28 de abril, nº 64, de 10 de maio, nº 66, de 17 de maio de 1831]. No nº 67, de 19 de maio, o título da notícia a respeito do grêmio aparece como "Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional", mas no corpo da notícia se diz que a reunião efetuada foi para a fundação da – "Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional". "Defensora", como prevaleceria e não "Defensores". Instalada a associação, passou a chamar-se oficialmente, a despeito da relutância de Borges da Fonseca, "Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional", como já constou da convocação para a reunião do Conselho Diretor, feita a 4 de junho, pelo então secretário Domingos Lopes da Silva Araújo [*O Repúblico,* nº 72, de 4 de junho de 1831].

As primeiras reuniões da Sociedade Defensora realizaram-se na casa nº 406, da Rua de São Pedro, residência de Antônio Borges da Fonseca, em cujo jornal, *O Repúblico,* foram publicados os nomes de todos os sócios fundadores. Se a "Defensora" não foi de iniciativa de Evaristo, dela se tornou imediatamente o mais ardoroso adepto. De 1831 a 1835, as páginas da *Aurora Fluminense,* a tribuna da Câmara e a Sociedade Defensora foram os três centros de sua ação de todos os dias. Da "Defensora" fizeram parte para logo regentes, ministros, deputados, senadores, militares, comerciantes, banqueiros, advogados, médicos, funcionários públicos e no primeiro Conselho Diretor, constituído de 24 membros, figuraram Odorico Mendes, Manuel da Fonseca Lima e Silva, Evaristo, Limpo de Abreu, Batista Caetano, Monteiro Ferreira, Silva Araújo, Antônio Borges da Fonseca, José Bonifácio, Soares de Meireles, Xavier de Carvalho, Antônio João Lessa, Henriques de Resende, Paula Sousa, José Joaquim de Lima e Silva, Otaviano Rosa, Jacinto Rodrigues Pereira Reis, Juvêncio Pereira, José Bento, Costa Carvalho, Luís de Sousa Lobo, Luís Valdetaro, Manuel Valadão Pimentel e Carneiro da Cunha[92].

Nem todos ficaram muito tempo nos quadros da "Defensora". Com as divisões partidárias que se foram acentuando, dela se desligariam, por exemplo, José Bonifácio, que se inclinaria para a Sociedade Conservadora, e Juvêncio Pereira, um dos fundadores da Sociedade Federal. O Conselho Diretor era renovável de três em três meses e as suas reuniões começaram a efetuar-se no edifício da Câmara Municipal. Evaristo foi sempre reeleito, contentando-se com o posto de secretário.

Com a "Defensora" adquiriram os moderados um grande e dúctil instrumento de ação, que se irradiava por todas as províncias através das sucursais fundadas não só nas capitais como em numerosas outras cidades. Disse Abreu Lima[93], com algum exagero, que a "Defensora" verdadeiramente governou o Brasil pelo espaço de quatro anos; "foi em realidade outro Estado no Estado, porque sua influência era a que predominava no gabinete e nas Câmaras; e sua ação, mais poderosa que a do governo, se estendia por todos os angulos do Império".

---

92. *Aurora Fluminense*, nº 489, de 27 de maio de 1831.

93. *História do Brasil*, edição de 1882, pág. 271.

Esse "Estado no Estado", formando e orientando a opinião, atuando sobre o governo e o Parlamento, sofria, mais do que outro qualquer, o ascendente de Evaristo. Sucedâneo, ou melhor, ensaio de um partido político organicamente constituído, a "Defensora" evitava os processos subalternos de que padecem de ordinário as agremiações partidárias. Certamente, nas suas reuniões traçava-se o plano das campanhas políticas, procurava-se criar a disciplina e a harmonia entre os seus aderentes, visando a uma ação homogênea no governo e nos debates da Câmara, que era onde afinal todas as questões iam ter desfecho e solução; mas no seio da "Defensora" havia respeito pela opinião de qualquer membro da sociedade, prevalecendo não raro o ponto de vista daqueles que não exerciam cargos de governo ou postos de representação nacional. As propostas em tal ou qual sentido, na mais ampla liberdade se sucediam, e se Evaristo era em verdade o orientador máximo, mais de uma vez o seu parecer deixou de ser seguido.

O grande elemento de ação da "Defensora" eram as representações, já endereçadas à Câmara, já ao governo, e publicadas nos principais jornais do partido moderado. A primeira delas foi a de 1 de junho de 1831 pedindo à Câmara dos Deputados a criação das guardas nacionais, seguindo-se numerosas outras sobre a construção da Casa de Correição, sobre os sucessos políticos de Pernambuco, sobre os manejos dos restauradores e absolutistas tendentes a anular os efeitos da revolução de 7 de abril, sobre a necessidade de andamento do projeto da reforma constitucional, etc., ao lado de votos de graças e congratulações com o governo, com a Câmara, com Feijó.

Mas não foi só por intermédio da "Defensora", instituição de natureza puramente política, que Evaristo procurou influir sobre os acontecimentos. A vitória da revolução de 7 de abril, com o seu cunho nativista e num sentido de liberdade, teve como consequência a expansão de múltiplas iniciativas de ordem intelectual e social. Várias foram as sociedades e agremiações fundadas no Brasil nos anos de 1831 e 1832 e a quase todas Evaristo se vinculou, animando-as e procurando colocá-las sob o signo de sua orientação política. Assim é que ele foi um dos fundadores da Sociedade de Instrução Elementar, da Sociedade Amante da Instrução e da Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, visando a fins culturais e de cujo conselho diretor fez parte juntamente com Martim Francisco, Araújo

Lima, Manuel José de Oliveira e João Paulo dos Santos Barreto e de que eram sócios políticos e homens de letras, como Antônio Carlos, José Martiniano de Alencar, Aureliano Coutinho, Bernardo de Vasconcelos, Torres Homem, Cairu e Montalverne.

Luta incansável foi a de Evaristo nos dias incertos que se seguiram ao 7 de Abril. Luta tanto mais perigosa quanto se travava duma época propícia aos excessos. Luta por vezes desanimadora para quem escolhera posição de meio-termo, de árbitro, forçado a divergir de uns e de outros, no afã de não trair a si mesmo. Como lhe seria mais cômodo se se deixasse pender para um dos extremos! Mas guiava os passos tendo em vista as circunstâncias, mutáveis e imprevistas, procurando não perder a cabeça e caminhar equilibrando-se entre os abismos. Maior foi o seu mérito, prodigiosa a sua coragem, porque não desertou a ação no momento em que só parecia haver lugar para os exaltados de um e outro extremo. Ação onímoda, vigilante, infatigável. E não cuidava apenas do aspecto meramente político das questões, não era o simplista que acreditava no milagre das leis. Por isso se deu à Sociedade Defensora, à Sociedade de Instrução Elementar, à Sociedade Amante da Instrução, à Sociedade Filomática; por isso continuou à frente do seu jornal. Não lhe bastava o texto legal consagrando os belos princípios do seu amado liberalismo; queria preparar os espíritos, elevar o nível moral e intelectual do país para que as leis sábias não fossem apenas letra morta; pretendia criar uma consciência coletiva à altura de praticá-las.

De Evaristo disse Nabuco que ele quis exercer no Brasil a ditadura de sua opinião[94]. Ditadura de uma opinião desinteressada e lúcida, ditadura do bom senso. Bom senso, isto é, juízo isento, serenidade, senso de medida e de proporções, nunca tiveram, por exemplo, os Andradas, principalmente Antônio Carlos e Martim Francisco, sempre apaixonados e presumidos. Entre eles e Evaristo cedo se deu a separação, que culminaria em inimizade.

De começo, dir-se-ia que o período aberto com a abdicação do primeiro imperador seria um novo ensejo aos Andradas de predomínio político, tal como nos dias da Independência. De um lado, José Bonifácio nomeado tutor de d. Pedro II, num documento que muito o enaltecia, estaria dentro do Paço e de lá influiria sobre os acontecimentos; de ou-

94. *Um estadista do Império*, 1ª edição, tomo I, pág. 31.

tro, inaugurando-se no Brasil o governo de opinião, Antônio Carlos, tido como dos maiores oradores do tempo, e Martim Francisco, seriam líderes, guias na Câmara e fora dela. Outro, entretanto, foi o rumo dos acontecimentos. A Câmara anulou a nomeação feita por d. Pedro I e deu-a como ato da representação nacional[95]. José Bonifácio irritou-se profundamente, sentindo que a sua investidura mudava de caráter, ficando ao sabor da maioria da Câmara. Quanto a Antônio Carlos, seus desejos de figurar na Regência não foram satisfeitos; e Martim Francisco, dado o seu feitio intransigente e combativo, não seria ministro.

Sem demora os Andradas alistaram-se entre os descontentes e entraram a solapar o trabalho de construção política e de apaziguamento social iniciado pela gente do partido moderado, indispostos com Evaristo, de cuja "mocidade e inexperiência" passaram a escarnecer. Porque não temia e estava sempre na primeira linha, na *Aurora,* na tribuna da Câmara ou pelas representações da "Defensora", tornou-se o alvo preferido de todos os ataques, vítima de todas as calúnias, numa época em que os jornais, com raríssimas exceções, eram pasquins ignóbeis.

Durante a Regência, os jornais pulularíam, multiplicando-se, no Rio e pelas províncias. Aos que já existiam antes do 7 de Abril, vieram juntar-se novos, quase todos agressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas gerais do que com as pessoas, espalhando a confusão e sem o menor respeito pela vida privada de ninguém.

Em julho de 1831 já era profunda a divisão dos liberais e já se afirmava a audácia dos elementos que tinham caído com a abdicação de d. Pedro I. Na sinceridade liberal de sua conduta os responsáveis pela nova ordem de coisas haviam repelido a ideia da concessão de poderes extraordinários ao governo. As medidas tomadas, como as que proibiam ajuntamentos noturnos de cinco ou mais pessoas (lei de 6 de junho de 1831), a supressão de fiança em caso de flagrante delito, a faculdade concedida ao governo de suspender os juízes de paz negligentes ou prevaricadores, eram insuficientes para a defesa da ordem pública e aos distúrbios das ruas iam suceder os motins dos quartéis, a tropa insubmissa, refletindo a agitação geral.

95. Aliás, o próprio d. Pedro I, em carta dirigida de bordo da *Warspite*, em 10 de abril de 1831, à Câmara dos Deputados, pediu a "confirmação" da nomeação de José Bonifácio.

José da Silva Lisboa, visconde de Cairu.
Da *Galeria dos Brasileiros Ilustres,* de Sisson.

Rio de Janeiro. Frontispício do Palácio Real, Capela Real e Capela dos Terceiros.

Para enfrentar a anarquia próxima, sentiram os moderados a necessidade de colocar na pasta da Justiça um homem enérgico; e assim foi Feijó nomeado a 5 de julho. Desconhecendo o seu valor ou para prová-lo, os exaltados uma semana depois, na madrugada de 12, deflagraram a primeira rebelião, com o levante do batalhão 26 de infantaria aquartelado no mosteiro de São Bento. Feijó dominou-a com 600 guardas municipais que reunira, fazendo embarcar a 14, para a Bahia, o batalhão revoltoso. Mas na noite desse mesmo dia, novo levante se verificou, agora numa parte do Corpo de Polícia.

Na Câmara, no dia 15, ecoou imediatamente a notícia, levada por José Martiniano de Alencar, seu presidente, que abriu a sessão mais cedo. Tinham falado alguns deputados – Odorico Mendes, Martim Francisco, Vasconcelos, Carneiro da Cunha e Ferreira França – fazendo sugestões, quando foi lido um ofício de Feijó, comunicando a revolta do Corpo de Polícia e coisa ainda mais grave: toda a tropa da capital estava reunida no Campo da Honra e fazia ao governo "exigências extraordinárias". Dizia mais o ministro da Justiça que "as guardas municipais recolheram-se amedrontadas e porque se achavam mal armadas e sem disciplina, não puderam servir para restabelecer a ordem".

Parecia uma situação perdida: – parte do Corpo de Polícia revoltado; a tropa bífida da capital fazendo "exigências extraordinárias" ao governo; os guardas municipais, desertando, amedrontados e sem disciplina. Como resistir, sem polícia, com o exército em atitude insubmissa – exigindo a soltura dos soldados presos por ocasião do levante do dia 12, a supressão dos castigos corporais e ameaçando o governo com novas reclamações – e com os guardas municipais amedrontados? Nem assim, porém, faltou energia ao governo ou decisão à Câmara, que ficou em sessão permanente de 15 a 20 de julho.

O primeiro elemento de resistência foi a força moral do governo e dos seus amigos na Câmara. Remodelou-se imediatamente o Ministério, para o qual entraram Lino Coutinho, como ministro do Império, Bernardo de Vasconcelos, da Fazenda, Rodrigues Torres, o futuro Itaboraí, da Marinha, e Manuel da Fonseca Lima e Silva, da Guerra. Por seu lado, a Câmara não hesitou nas providências a tomar: se não se podia contar nem com o exército, nem com a polícia, cumpria fortalecer a guarda municipal,

armá-la quanto antes, dar-lhe um comandante que a soubesse conduzir. E foi o que se fez, sem demora. Por proposta de Evaristo ficou o governo autorizado a nomear esse comandante-geral, recaindo a escolha em Sebastião do Rego Barros, deputado por Pernambuco e oficial do exército.

A firmeza e a coragem de Feijó e seus companheiros, a serenidade da Câmara, e também do Senado, deliberando com "a cidade submergida no terror", arrefeceram o ardor subversivo da tropa reunida no Campo da Honra. No dia 20 de julho estava dominada a insurreição com a vitória dos moderados. Seguiram-se medidas da maior energia: os corpos do exército e da polícia que se tinham rebelado foram dissolvidos, presos muitos dos oficiais responsáveis pelo levante e deportados outros para a Bahia e Pernambuco.

A todas essas providências deu Evaristo o seu apoio, indefectível ao lado de Feijó, já na Câmara, já pela *Aurora Fluminense.* Sem embargo, por senso político e pelo seu feitio tolerante, já a 20 de julho proclamava a necessidade de reformas na Constituição "hoje unanimemente reclamadas por todos os brasileiros"[96], acrescentando que antes não as aceitava "porque não queria reformas por um poder tirânico". Mas era preciso ordem, submissão à lei: "não há forma de governo, ainda a mais democrática, que possa subsistir com revoluções de 15 em 15 dias"[97]. Ordem, num regime de tolerância: "um dos maiores inconvenientes das revoluções e partidos políticos é que os homens pela maior parte se tornam injustos para com aqueles que professam opinião diferente das suas". Estaria aí uma advertência a todos, inclusive ao governo, que acabava de publicar a *Exposição de Princípios do Ministério,* de autoria de Vasconcelos e que lhe parecia o "credo político de qualquer governo de um país livre".

Nos começos de agosto, Evaristo adoeceu e ficou impedido de escrever toda a *Aurora*: "Uma gastrite que nos tem afligido estes últimos dias, agora nos impede de todo de escrever para o público."[98] Por isso, saía o jornal com repetidas transcrições de artigos de outras folhas moderadas ou de trechos de escritores franceses de sua predileção.

---

96. *Aurora Fluminense*, nº 508, de 20 de julho de 1831.

97. *Aurora Fluminense*, nº 511, de 29 de julho de 1831.

98. *Aurora Fluminense*, nº 514, de 5 de agosto de 1831.

Vencida a grande tormenta de julho, procurava o governo realizar o seu programa. Mas os embaraços eram quase insuperáveis. Continuava a indisciplina militar, cada vez se extremava mais a separação entre moderados e exaltados. A *Nova Luz,* o *Tempo,* o *Curioso* atacavam Evaristo, apontavam contradições em todas as suas atitudes, chamavam-no de "vira-casaca". Suas respostas eram calmas e sobranceiras: não queria a anarquia; queria ordem, respeito à lei; abominava a vingança; desejava uma política de "perdão e generosidade"; entendia que o governo devia ser enérgico, sem que adotasse o lema – "quem não é por nós é contra nós". Semeadura em terreno impróprio, palavras de um homem de sangue-frio a uma multidão de agitadores. "Estamos ainda numa terrível anarquia de ideias", concluía melancólico[99].

Sucediam-se dias inquietos. Na noite de 20 para 21 de agosto, nova ameaça de subversão promovida por militares mineiros. Como não havia telefones, nem rádios, soaram as matracas convocando os defensores da ordem pública e acorreram cerca de 2.000 cidadãos armados. A 25 de setembro repetiram-se os distúrbios; grupos circularam pelas ruas centrais dando vivas à república e morras aos "chumbos", ao ministro da Justiça. Na noite de 28 do mesmo mês, conflitos no teatro. E continuavam as sublevações dos quartéis. Na *Aurora,* Evaristo verberava "o estado de insubordinação dos corpos militares, a desmoralização da soldadesca e o espírito faccioso de alguns oficiais"[100]. A 7 de outubro verificou-se o levante da artilharia da Marinha, na ilha das Cobras e em outras fortalezas da baía. Mais uma vez o governo saiu vitorioso, reunindo para sufocar a bernarda a Guarda Nacional, o Corpo de Municipais e o batalhão composto só de oficiais, que se formara, batalhão de oficiais-soldados, o "batalhão sagrado" ou como o chamou a *Aurora* – batalhão "Bravos da Pátria".

Aumentava sempre o prestígio de Evaristo, chefe por consenso geral do partido moderado. E ele acudia a tudo com o seu conselho, multiplicando-se, vigilante e imperturbável. Moço, com 32 anos, atraía o apoio dos moços, como por ocasião dos sucessos de julho, em que os alunos da Escola Médico-Cirúrgica, por seu intermédio, se prontificaram a defen-

---

99. *Aurora Fluminense*, nº 528, de 9 de setembro de 1831.
100. *Aurora Fluminense*, nº 550, de 31 de outubro de 1831.

der o governo: "flor da mocidade, em cujas veias ferve o sangue, e apesar disso querendo a liberdade com a ordem", dizia na Câmara, lendo a representação dos estudantes e saudando-os sem temor ao lugar-comum. Mas, numerosos, eram também os moços que se deixavam levar pela campanha exaltada e queriam a república, a federação. Em fins de 1831, lançava-se no Rio de Janeiro a moda dos chapéus de palha para homens, feitos de taquaruçu. Os rapazes da facção exaltada fizeram para logo desses chapéus uma espécie de distintivo, usando-os de preferência.

Evaristo continuou com o seu "chapéu redondo" e satirizou a nova moda: "pelo que respeita aos meninos mimosos, aos 'petimetres' de bom-tom, que se penteiam à francesa e vestem à inglesa, nesses o chapéu de palha é apenas um contraste burlesco [....]"; e ainda: "parecem-nos muito mal apropriados para casarem com uns sapatinhos lustrosos, uma calça fina e um casaco de pano de doze mil-réis o côvado"[101].

A despeito dessa indumentária requintada, os exaltados se chamavam a si mesmos de "farroupilhas", o que parecia a Evaristo "uma cópia servil dos *sans-culottes*, dos revolucionários de 1793". "Farroupilhas" e "jurujubas" seriam com o tempo os exaltados; "chimangos" ou "chapéus redondos" os moderados, "caramurus" os restauradores.

Em meio de tantas lutas e nesse ambiente de intranquilidade, o partido moderado ia realizando alguma coisa, dentro do seu programa liberal. Transpondo dificuldades, a Câmara, sem descuidar-se dos preparativos da reforma constitucional, trabalhou seriamente, votando matéria importante, não obstante certo abuso oratório.

Além das leis sobre a Regência, criação da Guarda Nacional, pronta administração da justiça e punição de criminosos (lei de 6 de junho de 1831), várias outras resultaram da atividade legislativa do primeiro ano regencial, quase todas marcadas do espírito liberal do momento, com as transações impostas pelas circunstâncias: ficou proibida a concessão de loterias; criaram-se numerosíssimas escolas; fixaram-se as atribuições do tutor do imperador menor; o exército, com a dissolução de vários corpos, reforma nos que foram mantidos e novas disposições no tocante ao tempo de serviço, ficou reduzido a proporções mínimas, talvez a uma quarta parte

101. *Aurora Fluminense*, nº 555, de 7 de novembro de 1831.

do que era no tempo do Primeiro Reinado; o Tesouro Nacional (lei de 4 de outubro de 1831) recebeu uma organização de cujas linhas mestras ainda perduram, na sua fisionomia atual, vários traços característicos; votou-se o orçamento, que sofreu longos debates na Câmara, com a presença de todos os ministros, esclarecendo cada um as necessidades de sua repartição; estabeleceram-se regras para a contabilidade municipal; os cursos jurídicos tiveram estatutos; finalmente, pela lei de 7 de novembro, foram declarados livres os escravos africanos vindos de fora do Império.

Trabalho considerável, tendo-se em vista o estado de perturbação geral do país, o Rio em sobressaltos, as sedições, os levantes, as arruaças sucedendo-se. A toda essa reforma na legislação, Evaristo acompanhou, dando a sua colaboração em discursos na Câmara e em artigos no jornal. Indo direto aos assuntos, pensando, falando e escrevendo com clareza, ninguém lhe descobrirá sutilezas de sofista, declamações de retor, vaidades de literato. Polido, cortês, tolerante, soube ser corajoso nas suas opiniões, embora pudesse isso criar-lhe desafetos.

"Nobreza ridícula com bem poucas exceções", "aristocracia inteiramente gótica", dizia ele dos marqueses e condes improvisados por d. Pedro I. Inimigo das sinecuras, dando o exemplo, pois que nunca exerceu função pública a não ser a de deputado, sem solicitações, por uma província que só conheceria meses antes de morrer, clamava na Câmara: "Eu creio que os empregos foram instituídos para proveito e boa organização da sociedade e não para que estes ou aqueles indivíduos os desfrutassem em benefício e lucro seu particular [....] não julgo que a nomeação a favor de um indivíduo para qualquer emprego seja uma garantia, e creio que só poderá ser assim considerada quando o empregado cumpre os seus deveres".

Defensor de Feijó e dos seus companheiros de Ministério, convencido de que o ministro da Justiça era "homem probo e reto", "homem próprio para tempo de revoluções", repelia indignado as insinuações de Luís Cavalcanti, que o apontava como "gente do ministro": "Eu não careço do governo para nada, não sou homem de ninguém, o governo não me fez benefício algum, e se quiser fazê-lo eu o rejeito. Vendo livros em minha casa e disto recebo uma subsistência honrada."[102]

102. *Anais* da Câmara, 1831, tomo II, pág. 227.

Num meio social que vira implantar-se a "nobreza ridícula" e a "aristocracia gótica", estigmatizada pelo puritanismo democrático de Evaristo, havia quem falasse com desdém no balcão do livreiro e zombasse da sua falta de elegância física. "Vendo livros na minha casa", dizia com ufania na tribuna da Câmara. Com certo orgulho satisfeito, tornava ao assunto em artigo da *Aurora:* "O nosso balcão! Ele nos tem dado para viver honestamente, sem andarmos a fazer cortesias e indignidades a quantos sobem ao poder, para não carecermos de avaliar tudo a dinheiro e de mendigar perpetuamente o que é da Nação."[103]

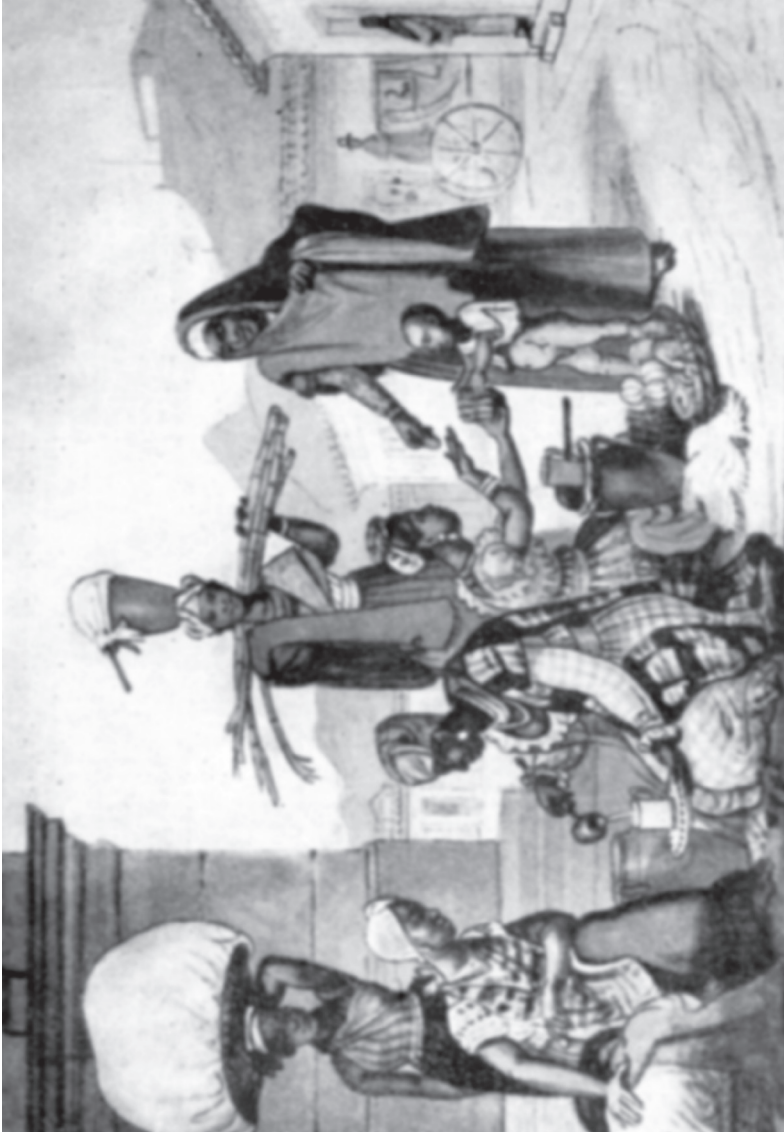
De estatura abaixo da mediana, Evaristo, de hábitos sedentários, não primava pela esbelteza. May, redator da *Malagueta,* fazia disso motivo de chacota. Mas a réplica não tardava: "A nossa estatura! Quem não dirá que o Sr. May seja algum elegante *fashionable!* Nem todos, porém, podem ter uma figura bela, amável e prazenteira como a do nosso colega que excita logo a hilaridade em qualquer círculo onde se apresente."

A Malagueta não se limitava a achar Evaristo feio e a menoscabar a sua profissão de livreiro: no tom pérfido e reticente, muito usado no momento, lançava-lhe suspeitas de desonestidade, a propósito da compra de uma casa. Vinha a resposta esmagadora: "Compramos por 11 contos a propriedade que habitamos. Seria assombroso que um homem que negocia com honra há mais de oito anos, que começou com algum capital herdado, que tem além disso os produtos do seu jornal e o estipêndio de deputado, houvesse acumulado 11 contos de réis para comprar o edifício em que tem todo o seu estabelecimento? Parece-nos que não; e todavia desses vinte e sete mil cruzados devemos ainda a maior parte a pessoas de nossa amizade." Evaristo comprara o prédio da Rua dos Pescadores, nº 49, onde estava instalada, na loja, a sua livraria, e em cujo sobrado morava com a família.

Não foi só de desonesto a acusação; também quiseram ver nele um poltrão, porque era moderado, tolerante, inimigo de bravatas: "Nós, vil poltrão! Digam-no aqueles que em março nos ultrajaram, digam-no os que nos ouviram em julho, quando a nossa cabeça era pedida por loucos fanáticos que dispunham da força!"

---

103. *Aurora Fluminense*, nº 580, de 13 de janeiro de 1832.

Rio de Janeiro. A praça do Mercado no cais atrás da Alfândega, a Alfândega e a Igreja da Santa Cruz.

Vendedoras de aluá, limão-doce e arroz fermentado, refrescos usados no Rio de Janeiro durante o verão.
Aquarela de J. B. Debret.

Crescia o ódio contra Evaristo, contra Feijó, contra Vasconcelos, contra todos os que se opunham aos planos revolucionários e queriam realizar reformas dentro da ordem. Em louvor de Feijó, dizia a *Aurora,* salientando os costumes simples, quase rústicos e ao mesmo tempo o destemor do padre duro de Itu: "Um ministro que franqueia a sua casa, que é acessível a todo o mundo, que não ostenta sinal algum de distinção, que passeia a pé." Todas as armas pareciam legítimas aos jornalistas contrários ao governo; de tudo lançavam mão, explorando ódio de raças e luta de classes, fazendo "a intriga das cores tão terrível no Brasil" e procurando "desacreditar os que pregavam doutrinas de ordem e não desejavam promover um choque violento entre os proprietários e os que nada possuíam"[104]. E ainda alimentando a indisposição contra os portugueses que o 7 de Abril exacerbara.

Novos jornais, novos pasquins surgiam todos os dias. Uns duravam semanas, meses; outros vingavam. Os que morriam, ressurgiam às vezes com nome mudado, mas sempre animados do mesmo espírito de intriga, da mesma vocação para a calúnia. Em princípios de 1832, havia cerca de cinquenta jornais no Brasil, muitos com as denominações as mais estranhas. Ao lado da *Malagueta,* da *Mutuca,* do *Jurujuba,* aparecia o *Filho da Terra,* o *Republicano da Sempre-viva,* o *Caramuru* e o *Carijó,* os dois últimos francamente restauradores e obedecendo à inspiração de Martim Francisco e Antônio Carlos.

Os campos partidários estavam perfeitamente delimitados e eram três as facções em luta – moderados, exaltados e "caramurus". Para contrabalançar a influência realmente imensa da Sociedade Defensora, os exaltados fundaram no começo de 1832 a Sociedade Federal, instalada simultaneamente no Rio e na Bahia, com o programa de "propalar ideias claras e exatas acerca da organização social federativa". Pouco tempo depois, os caramurus inauguravam a Sociedade Conservadora ou Militar.

Tantos jornais, tantas agremiações partidárias, só poderiam aumentar a confusão política, que se agravava com as mais estranhas notícias, como a da chegada próxima de d. Pedro I, trazido por uma esquadra

---

104. *Aurora Fluminense*, nº 555, de 7 de novembro de 1831.

inglesa. A princípio, a possibilidade do reaparecimento do ex-imperador não assustou os moderados. Evaristo não lhe deu crédito. O mal, para ele, eram "as nossas paixões, ambições, divisões intestinas e o espírito de partido intolerante e perseguidor. O inimigo está acastelado dentro de nossos corações"[105]. Mas pouco depois já o considerava coisa importante e fazia profecias: "o sentimento de saudade" de d. Pedro, ou melhor "a restauração seria ensanguentada, horrível, efêmera, nunca firmada no consentimento do país e fatal aos mesmos que a procuravam; a república virá talvez, mas não a única da França de 1793, nem a federal da América do Norte; porém, a multíplice, nominal, regida por inumeráveis pequenos chefes militares"[106].

Passageiro, entretanto, era o seu pessimismo: venceria a "moderação", a cujo lado estavam "proprietários, fazendeiros, industriosos, capitalistas e pessoas ilustradas, prudentes, dadas à reflexão e ao estudo do regime social" ou, por outras palavras, o elemento conservador da sociedade, proprietários urbanos, fazendeiros, altos funcionários, gente da classe média. Solidário com Evaristo estava Borges da Fonseca, redator de *O Repúblico* e figura de primeiro plano nos dias da abdicação, que defendia a mesma causa, mas em "linguagem áspera e violenta", como notava a *Aurora* de 6 de fevereiro de 1832, transcrevendo-lhe um artigo.

Sem embargo da investida libertária dos exaltados e das tentativas restauradoras, o governo continuava a trabalhar, Vasconcelos administrava a Fazenda Pública, Feijó mantinha a ordem. Como sinal de melhoria da situação geral, de restabelecimento da confiança, Evaristo assinalava a alta "dos fundos públicos que subiram rapidamente de 44 a 47 por cento". Acusavam o Ministério de "medíocre", e difícil era em verdade realizar qualquer coisa no estado permanente de ameaças e incertezas que reinava no país. O governo sofria da esterilidade natural aos regimes provisórios, e Evaristo, sempre honesto, reconhecia: "os benefícios da atual administração são mais passivos do que ativos: se não tem feito grandes bens, tem evitado grandes males"[107].

---

105. *Aurora Fluminense*, nº 585, de 27 de janeiro de 1832.

106. *Aurora Fluminense*, nº 587, de 1 de fevereiro de 1832.

107. *Aurora Fluminense*, nº 596, de 22 de fevereiro de 1832.

A partir de março de 1832, os restauradores pareciam mais perigosos que os exaltados. O *Carijó* e o *Caramuru* iniciaram audaciosa ofensiva contra o governo, vendo na revolução de 7 de abril a origem de todas as desgraças e procurando explorar as suscetibilidades dos remanescentes do exército, com a acusação de que os moderados eram os algozes da classe militar. Evaristo não deixou sem resposta a intriga: "o ex-imperador queria um exército aparatoso, muito superior aos recursos do país, elevando a força de terra a um pé incompatível com o estado de nossa população e com o cômputo das rendas nacionais".

Em abril, dois golpes foram tentados, um a 3, outro a 17, em que se misturaram, no seu ódio ao governo, elementos do partido exaltado e caramurus. A intentona de 17 teve um caráter nitidamente restaurador e foi chefiada pelo barão de Bulow, nela tomando parte empregados do Paço, reunidos no próprio pátio da Boa Vista. "É agora manifesto ainda aos olhos mais míopes que existe no Rio de Janeiro um partido restaurador", dizia Evaristo[108], ao mesmo tempo que declarava que os revoltosos de 17 de abril se tinham atrevido "a proclamar d. Pedro I".

Feijó, esgotado por tantos meses de luta, atingia ao auge da impaciência. A reforma constitucional arrastava-se, graças à má vontade do Senado, e a própria maioria da Câmara, posto que "moderada", parecia-lhe pouco solícita em conceder-lhe as medidas julgadas indispensáveis. E ele ameaçava abandonar o governo. Convencido da conivência de José Bonifácio na conspiração do intitulado barão de Bulow – se não foi conivente, foi inepto, disse no relatório do Ministério da Justiça lido à Câmara a 10 de maio – fez questão fechada da destituição do grande Andrada do lugar de tutor de d. Pedro II e de suas irmãs. Daí ia resultar uma das mais graves crises da época regencial, cujo desfecho se daria com o malogrado golpe de Estado de 30 de julho de 1832.

O grupo caramuru, com a abertura das Câmaras, redobrara de atrevimento e de espírito combativo. Martim Francisco, irritado, tomando a defesa de José Bonifácio, aceitava o desafio de Feijó, dizendo com ênfase bem andradina: "vós ouvistes o ministro da Justiça: está bem; novos Lafayettes, nós nos entregamos de boa vontade à voracidade de um seme-

---

108. *Aurora Fluminense*, nº 620, de 25 de abril de 1832.

lhante abutre e seus comparsas; nós confundiremos a calúnia, e qualquer que seja o êxito, o mundo civilizado, os contemporâneos imparciais e a posteridade, nos farão justiça". Nesse "seus comparsas" visava de preferência a Evaristo. Pelo *Caramuru* agredia-o, chamando-o de "livreiro mal-encarado, com olhar de porco". "Somos livreiro", redarguia o mercador da Rua dos Pescadores, "mal-encarado, temos olhar de porco. Da primeira acusação as provas estão patentes; da segunda e terceira, igualmente. Nunca presumimos de Adônis, nem de ter olhos bonitos"[109].

Membro, juntamente com Alves Branco e Honório Hermeto, da comissão de resposta à Fala do Trono, Evaristo fez, em sessão de 12 de maio, um dos seus mais longos discursos. Desprezando as notas que levava, falou de improviso, com aquela eloquência "mais que fácil, fluentíssima, monótona", numa "voz sonora, mas aflautada, que do princípio ao fim se fazia ouvir indefectivelmente no mesmo tom"[110]. Repelindo a pecha de agitador e revolucionário dos ataques do *Carijó* e do *Caramuru,* declarou que sua maior preocupação fora sempre evitar uma "revolução violenta". Quem desejava essa revolução era o partido restaurador, não uma quimera, mas coisa real, com "sangue, vida, carne e osso".

Assim pensava também Feijó e, cuidando que a permanência de José Bonifácio no lugar de tutor facilitaria a ação dos saudosistas de d. Pedro I, estabeleceu o dilema: ou a destituição do Andrada ou a sua retirada do Ministério. Durante vários dias, dois assuntos principais ocuparam a atenção da Câmara: a resposta à fala da Regência e a remoção do tutor. Martim Francisco defendeu com denodo o sogro e irmão. Vale a pena ler os discursos que fez, tocados por vezes de uma eloquência, ora verdadeira, ora grandíloqua, alcandorada, retumbante.

Honório Hermeto, membro da comissão que propôs a destituição do tutor, participou ativamente dos debates, como que anunciando o ascendente que iria ter em sucessos próximos. Evaristo, servindo-se da "Defensora", enviou às Câmaras um ofício de felicitações pela "harmonia de ação com o governo", no propósito certamente de estimular os deputados e senadores em favor da medida que constituía questão vital para os

109. *Aurora Fluminense*, nº 638, de 6 de junho de 1832.
110. J. M. Macedo, *Anuário biográfico.*

moderados. O *Carijó,* obediente a Antônio Carlos, chamava-o de "sanefa da Pátria, hidrópico do Brasil, sabugo versicolor da *Aurora*", do mesmo passo que afirmava: "creio que o mal da revolução, grande como é, é preferível ao mal da obediência passiva a um governo atroz".

No dia 10 de julho, a Câmara aprovou a destituição do tutor por 45 votos contra 31, logo em seguida a um discurso de Evaristo, em que, fazendo justiça ao valor intelectual de José Bonifácio, nada teve de ameno sob outros aspectos: "Não falarei nas veneráveis cãs do ancião tutor; seriam elas mais credoras do nosso respeito, se ele próprio mais as respeitasse. Quanto a seus conhecimentos reconheço a erudição e noções vastas que adquiriu durante as suas viagens e estudos, em diferentes ramos dos conhecimentos humanos a que se dedicou. Mas bastarão essas noções e estudos para constituir o bom tutor, o bom político? Têm os conhecimentos metalúrgicos e filosóficos relação estreita com o senso forte e regrado, com o juízo prudencial que cumpre haver para bem administrar uma casa, para bem cuidar da educação de um menino tão interessante, como aquele de que se trata?" Estava sem dúvida a paixão do momento levando Evaristo a praticar uma injustiça contra o homem verdadeiramente superior a quem o Brasil em grande parte devia a sua Independência processada sem prejuízo da unidade nacional; José Bonifácio não era apenas o cientista, o intelectual: era o político brasileiro de mais larga visão dentre todos os seus contemporâneos.

O certo, entretanto, é que o Andrada eminente procedera mal por ocasião dos movimentos de 3 e 17 de abril e por seu feitio apaixonado não parecia o tutor ideal. Além disso, o facciosismo de seus irmãos muito o comprometia. O dissídio entre os Andradas e Feijó e Evaristo já passara para o terreno pessoal, numa troca de palavras e conceitos irritantes, criando ressentimentos e quase ódio. Evaristo tachava o estilo de Martim Francisco de altissonante; como resposta o seu era acoimado de "baissonante", ao que treplicava: "confessamos que a nossa frase é pouco sublime: somos do povo e escrevemos para o povo: basta-nos clareza e verdade".

Qual seria a atitude do Senado em relação à remoção do tutor? Acompanharia a Câmara? Nesse sentido, foi grande o esforço desenvolvido; a "Defensora" fez uma de suas habituais representações; houve forte pressão sobre o ânimo dos senadores. Mas o resultado da votação do dia

26 de julho contrariou os planos do partido moderado: por um voto de maioria caiu a resolução da Câmara.

Feijó tornou imediatamente efetiva a sua ameaça e pediu demissão. Um grande nervosismo assaltou os moderados, parecendo-lhes que o 7 de Abril ia ser cancelado, que a restauração estava vitoriosa e d. Pedro I dentro em pouco de novo sentado no trono. Os defensores da ordem, os sustentadores da legalidade, os homens que vinham desde a abdicação freando o "carro revolucionário", julgaram a situação perdida e pretenderam, por um ato de força, superar as dificuldades do transe em que se encontravam. O ministro da Justiça, que fora até então o homem da resistência à anarquia, quis antecipar-se à revolução dos caramurus, fazendo outra, vinda de dentro do governo. Um golpe de Estado, golpe de Estado desfechado pelo Parlamento. Depois das combinações na casa do padre José Custódio Dias, na mesma chácara da Floresta, que fora o ponto de reunião dos liberais em março de 1831, ficou decidido levar avante a empresa na sessão da Câmara de 30 de julho. O plano consistia na demissão do Ministério e renúncia da Regência, transformando-se a Câmara em Assembleia Nacional, que votaria por aclamação a reforma constitucional consubstanciada na chamada Constituição de Pouso Alegre. A "cabeça fria" de Honório Hermeto e a lentidão, a incrível lentidão da Comissão Especial nomeada pela Câmara para propor as medidas necessárias, fizeram gorar o golpe.

Como procedeu Evaristo? Estava na conjuração? Apoiou-a? Pelo que se pode concluir dos discursos que pronunciou na ocasião e tendo-se em vista o seu feitio, a sua formação, o seu temperamento, as suas atitudes anteriores, uma afirmativa se impõe: Evaristo não teve nenhuma iniciativa, nenhum entusiasmo, não deu para logo ao projetado golpe a sua adesão formal e menos ainda o seu assentimento íntimo. Cumpre, entretanto, não esquecer que, malgrado a sua grande serenidade, de qualquer modo participava das paixões do momento que tinham impelido à decisão extrema tantos dos seus melhores companheiros. Por outro lado, recorde-se que o golpe era desejado por Feijó e em Feijó ele confiava plenamente, tendo-o como o homem necessário, quase providencial, "homem para tempo de revolução", como já dissera. É mais que provável que Evaristo tenha discordado do plano do golpe, quando em roda de amigos e companheiros lho comunicaram; mas, verificando a aquiescência da maioria, acabasse por conformar-se.

Bastante significativa foi a sua conduta na Câmara. Conhecido o ofício de renúncia da Regência, fez-se a nomeação da Comissão Especial, para alvitrar as medidas exigidas pelas circunstâncias, declarando-se a Câmara em sessão permanente. Houve aí longa pausa até ser lido o parecer redigido por Paula Araújo, em que se propunha, de acordo com o que ficara resolvido na chácara da Floresta, que a Câmara se convertesse em Assembleia Nacional. Pretendeu-se que o parecer fosse desde logo votado sem discussão, e alguém requereu o adiamento para o dia seguinte. Nem uma nem outra coisa prevaleceu: a Câmara começou a discuti-lo.

Oferecia-se a grande oportunidade àquele que se julgasse o verdadeiro condutor de homens. Os deputados, em sua maioria, estavam indecisos, à espera do toque de vara do pastor para tomarem rumo. Quem primeiro falasse com autoridade, com convicção, com audácia, arrastaria a Câmara. Era o momento de Evaristo levantar-se e pedir a palavra. Não o fez, ficou silencioso, pensando talvez em seu amigo Feijó, tolhido, inibido.

Falou Honório Hermeto, "cabeça fria", opondo-se fortemente à proposta do parecer e conseguiu arrefecer as "cabeças escaldadas". Estava quebrado o ímpeto revolucionário: nenhuma medida extrema seria mais possível.

Depois de Honório Hermeto é que Evaristo subiu à tribuna. Para quê? Para corroborar as palavras apaziguadoras do futuro marquês do Paraná, para apoiá-las? Não. Sem se pronunciar expressamente sobre o mérito da questão, sem tomar partido, Evaristo declarou o seu voto contrário a qualquer adiamento, querendo uma decisão imediata: "Voto contra o adiamento, porque por mais dias se não pode prolongar a posição em que estamos. Quantos dias, senhor Presidente, havemos de dar o espetáculo que estamos dando de vacilação e suspeitas mútuas? Deixaremos a capital entregue à dor, ao susto? Havemo-nos de separar nestas circunstâncias? Deixaremos passar esta noite em ansiedades e temores? Não devemos recear mesmo que neste intervalo perigoso excessos possam perturbar a ordem pública? *É preciso que se tome uma decisão sobre o parecer que se acha na Mesa. Decidamos esta questão nesta noite, tomemos definitiva deliberação sobre a sorte da Pátria. Adotemos uma medida salvadora e justa, seja qual for [....].*"[111]

111. *Anais* da Câmara, 1832, tomo II, pág. 129.

Quando Honório Hermeto já se manifestara com a maior franqueza contrário ao golpe, contrário a "que se ferisse a legalidade", Evaristo instava por "uma medida salvadora e justa, seja qual for". Evidentemente, estava preso a um compromisso de não contrariar "uma medida salvadora e justa", fosse ela a sugerida pelo parecer da Comissão Especial. O seu cuidado em não mencioná-la expressamente significava que com ela apenas se conformara por solidariedade com seus correligionários, por dedicação a Feijó; e enquanto não se desvaneceu de todo a possibilidade do bom êxito do golpe projetado, guardou a mesma reserva. Reserva que não implicava nenhum cálculo mesquinho, nenhum móvel inferior, mas era uma acomodação entre o seu ponto de vista íntimo, a sua convicção pessoal e a decisão tomada por seus amigos e encarada por Feijó como "a medida salvadora e justa".

Às 11 horas da noite do dia 30 de julho terminava a sessão da Câmara sem que uma resolução definitiva tivesse sido adotada. Não havia mais dúvidas quanto ao malogro do golpe e, ao abrir-se a sessão, na manhã de 31, era a própria Comissão Especial que vinha fazer *amende honorable*, alvitrando entre outras coisas – que se dirigisse uma mensagem à Regência, convidando-a a permanecer no seu posto.

Evaristo, ao findar da sessão de 30, apresentara uma emenda substitutiva ao primeiro parecer da comissão, propondo que fosse aceita a demissão da Regência, com agradecimentos por seus serviços, e se convidasse o Senado para a eleição da nova. Para sustentar essa emenda, pediu a palavra. Já agora, num longo discurso, abandonava a reserva da véspera e abria o seu coração. Bem se sente que era o temor, o quase desespero de ver Feijó deixar o governo, que o tolhia. Ao Ministério demissionário, e sobretudo ao ministro da Justiça, entoava um hino entusiástico: "Um Ministério da escolha da Regência, da confiança da maioria da Câmara, um Ministério da confiança pública demitiu-se, não que tivesse perdido essa confiança" [....] "os fatos hão de subsistir e quando as paixões estiverem acalmadas, justiça há de ser feita especialmente ao homem probo, ao digno patriota sr. Diogo Antônio Feijó, de quem me honro de ser amigo, proclamando-me tal ainda quando daí me resulte grave perigo ou risco de vida".

Era a demonstração mais completa de sua solidariedade com Feijó, na hora mesma em que o padre paulista deixava o poder e contra ele

os ódios se alçavam. Mas Evaristo, divergindo da maioria de ocasião que as circunstâncias tinham formado na Câmara, não concordava em que se recusasse a renúncia da Regência, e, defendendo a emenda que apresentara, apreciou lucidamente a situação política, expôs os perigos da restauração de d. Pedro I, deu o seu ponto de vista exato acerca da reforma constitucional e concluiu, depois de aludir ao estado de divisão e dúvida a que ficara reduzida a maioria da Câmara com a demissão do Ministério e a renúncia da Regência: "Pela minha parte, estava persuadido que convinha investir o poder de força para resistir às facções; *não com os meios lembrados pela Comissão, mas com os que cabem no quadro da lei fundamental.*"[112]

Nesse instante já não havia a mais remota possibilidade de vingar o golpe planejado para 30 de julho e, por isso, Evaristo podia revelar o seu pensamento íntimo, a sua convicção verdadeira, sem risco de prejudicar-lhe o bom êxito; cessara o seu compromisso de não lhe criar dificuldades, com a evidência de que o ambiente da Câmara não o comportava mais. É do próprio Evaristo a confissão: "*Depois, porém, de ter ouvido* os discursos que se pronunciaram por um e outro lado e *vendo a repugnância que havia em prestar as medidas necessárias em tal crise* (as medidas preconizadas no primeiro parecer da Comissão), *decidi-me a enviar a emenda que está sobre a mesa.*"

Dias depois, pela *Aurora Fluminense,* deixava mais claro ainda o seu pensamento, referindo-se ao plano de transformação da Câmara em Assembleia Nacional: "supomos que um tal meio, além de revolucionário, era em extremo perigoso, e nos persuadimos que estas desviações da lei para evitar males maiores, são sempre o último de todos os recursos."[113]

Malogrou-se o golpe, Feijó e os outros ministros saíram do governo, mas a Regência continuou, a despeito da emenda de Evaristo. No turbilhão dos acontecimentos dessas horas agitadas, escapou-lhe das mãos o bastão de líder. Estaria a minguar o seu prestígio? O *Carijó,* que o odiava, escrevia com todas as letras: "Evaristo está morto".

112. *Anais* da Câmara, 1832, tomo II, pág. 137.
113. Nº 663, de 13 de agosto de 1832.

. . . .

Capítulo VI

EVARISTO E A REFORMA CONSTITUCIONAL

EVARISTO ESTARIA MESMO MORTO para a política? Teria sido assim tão grande o desastre? Cessaria de repente a sua influência, cortada uma carreira tão cedo cheia de vitórias? O *Carijó* enganava-se da maneira mais completa. Certo, o novo Ministério, organizado a 3 de agosto de 1832, com Holanda Cavalcanti nas pastas do Império e da Fazenda, com Araújo Lima na Justiça e Estrangeiros e Bento Barroso Pereira na Guerra e Marinha, não era de amigos de Evaristo e, sob certo aspecto, representava uma reação contra o Gabinete Feijó-Vasconcelos, que ainda lhe merecia elogios como este: "o Brasil prestes a ser arrastado pela violência do espírito militar, mudou de face como por encanto e teve, em vez de soldados sem subordinação e mercenários, uma força cidadã que servia de barreira a um tempo à anarquia e ao despotismo."[114]

Mas ao Ministério de 3 de agosto faltava fibra para enfrentar a hora difícil: em quarenta dias estaria no reino das coisas passadas. Revidando às palavras do *Carijó,* Evaristo afirmava, mal passada a tormenta de 30

114. *Aurora Fluminense*, nº 715, de 28 de dezembro de 1832.

de julho: "Evaristo é o mesmo homem que era, deputado livre, jornalista defensor da ordem pública, e homem da classe industriosa, vivendo do seu trabalho. Nunca aspirou, nem procurou o poder"[115]. Não estava morto; não se extinguira a sua influência.

A 13 de setembro subia ao poder novo Ministério com Vergueiro nas pastas do Império e Fazenda, Honório Hermeto na Justiça, Bento Lisboa nos Estrangeiros, e Antero de Brito na Guerra e Marinha. Evaristo, pela *Aurora,*[116] exultava: "O partido nacional reconquistou enfim a posição que a debandada parlamentar de 30 de julho lhe fizera perder." Estavam de novo no poder os moderados e quem mais influiu para essa rápida mudança foi Costa Carvalho, a acreditar-se em João Loureiro, português de má língua, antipático ao Brasil, que esteve no Rio a serviço de interesses lusos e, em correspondência para o conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, fazia verdadeiras crônicas políticas do Brasil de então: "O mais enérgico regente Costa Carvalho, com a esperteza de baiano, conservou as suas relações com os reformadores brasileiros e deitou abaixo os que outro dia o sustentaram, para repor os que tinham caído [....]."[117]

Dos componentes do Ministério de 13 de setembro, dizia Loureiro, na sua sátira habitual: "Justiça e Segurança Pública, que agora aqui faz de primeiro-ministro o bacharel deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, boa moral, bom caráter, muita presunção, pouco saber, Império e Fazenda interino, Vergueiro, que todos conhecemos, Estrangeiros, Bento da Silva Lisboa, bom moço, honrado, e alguma experiência de oficial maior, Guerra, Marinha interino, Antero José Ferreira de Brito, homem de meia honra, insignificante em todos os sentidos".

Vergueiro tinha certamente prestígio e o seu nome dava importância ao Ministério; mas a escolha mais significativa era a de Honório Hermeto, que se impusera como chefe na confusão dos últimos dias de julho. Caramurus e exaltados sentiram bem que Feijó tinha agora um substituto, que havia no governo um homem enérgico e pugnaz e por isso voltaram contra ele as baterias. Um jornal novo, o *Catão*, atacou-o com

---

115. *Aurora Fluminense*, nº 663, de 13 de agosto de 1832.

116. *Aurora Fluminense*, nº 678, de 21 de setembro de 1832.

117. *R.I.H.G.B.*, tomo 76, parte 2ª, pág. 402.

fúria. Evaristo defendeu-o e, sem negar-lhe o "gênio impetuoso", apontou-o como "bom amigo, bom pai de família, juiz probo, firme defensor da ordem e liberdade públicas."[118]

Dissipado o pânico para que concorrera em parte o pessimismo de Feijó, a situação política oferecia perspectivas menos sombrias. Por um fenômeno tantas vezes verificado, do malogro do golpe de Estado de 30 de julho ia resultar a vitória do ideal que o insuflara. Entre agosto e princípios de outubro reduziram-se as divergências que pareciam insuperáveis entre a Câmara e o Senado no tocante à reforma constitucional; de 17 a 28 de setembro realizaram-se sessões conjuntas, a requerimento de Evaristo, e chegou-se afinal à transação de que resultou a lei de 12 de outubro de 1832, com as bases da reforma. Cedeu a Câmara em muitos pontos; cedeu o Senado em outros. Assim, por exemplo, o Poder Moderador, suprimido na proposta da Câmara, foi mantido, bem como a vitaliciedade do Senado. Não prevaleceu também o cunho nitidamente federalista que a Câmara pretendia imprimir à reforma. Em compensação, o Senado conformou-se com a abolição do Conselho de Estado.

Pessoalmente, Evaristo era contrário a qualquer reforma. Na sessão de 30 de julho, manifestara de maneira explícita o seu pensamento: "Sou sincero amigo e entusiasta da Constituição; admito as reformas porque desejo sempre sacrificar o meu voto particular ao desejo e vontade nacional, mas não porque entenda que a Constituição tal qual está não possa fazer a ventura do Brasil, dando às províncias a soma de liberdade que desejam. Porém, o voto contrário se tem pronunciado geralmente e eu estou pronto a ceder de minhas opiniões individuais para acompanhar o que parece desejo nacional."[119]

Sempre modesto, entendendo que, num regime de opinião, não lhe era possível opor-se aos reclamos gerais, cedeu, conformou-se. E fez, como jornalista e como deputado, campanha em prol da reforma constitucional, procurando, de um lado, evitar explosões revolucionárias, inevitáveis a seu parecer, caso não se realizasse a reforma e, de outro, encaminhá-la, atenuá-la tanto quanto possível, dar-lhe feição conservadora. Grande, pois, deve ter sido a sua satisfação com a lei de 12 de outubro de 1832; e

118. *Aurora Fluminense*, nº 679, de 24 de setembro de 1832.

119. *Anais* da Câmara, 1832, tomo II, pág. 137.

satisfação, em última análise, com a resistência do Senado a certos excessos reformistas. Não eram suas as palavras "quero mostrar que sou mais tímido e pacato do que o Senado na reforma da Constituição?"[120]

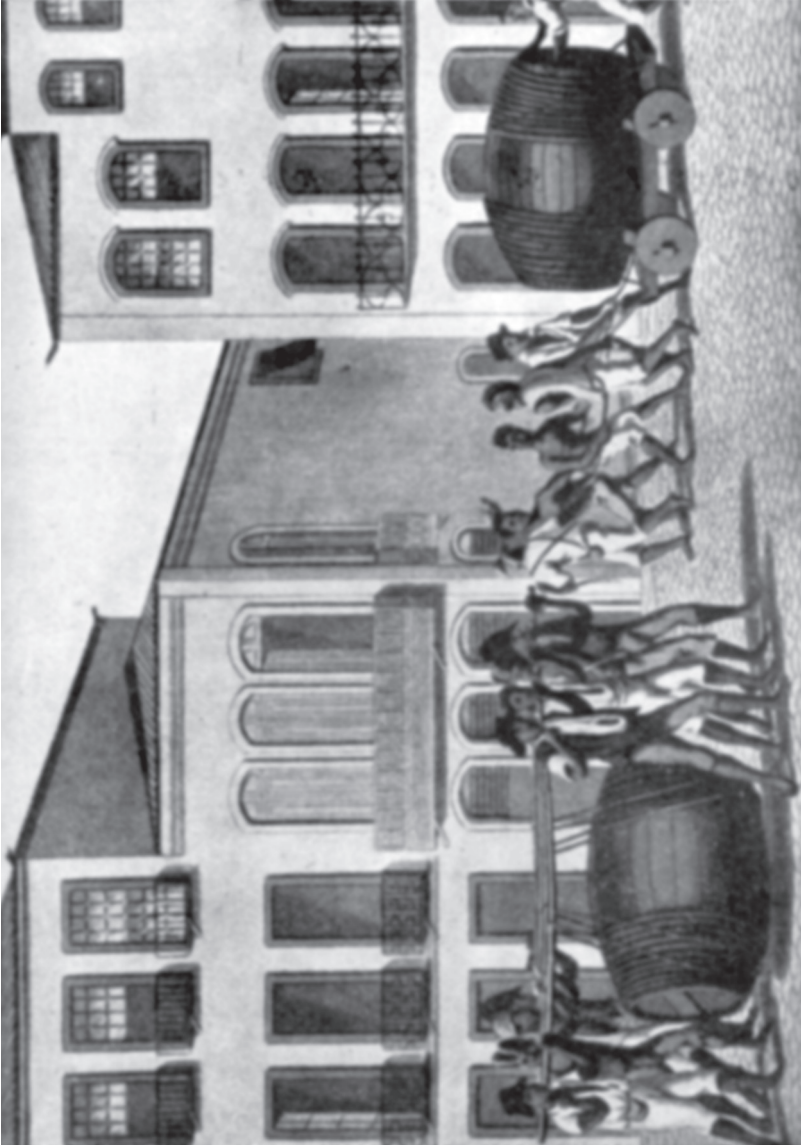
Essa atitude e outras, reveladoras de sua vocação de homem público, se lhe asseguravam um prestígio crescente, uma influência verdadeiramente excepcional sobre os homens e os acontecimentos do seu tempo, não deixavam de suscitar-lhe ódios e inimigos. O combate que lhe moviam os jornais adversos assumia por vezes um caráter extremamente pessoal; o *Caramuru,* o *Carijó,* o *Catão,* a *Trombeta,* o *Clarim,* o *Diário do Rio* procuraram expô-lo à antipatia pública, desfigurando-o por completo. Porque em sua casa recebia, como era naturalíssimo, amigos e camaradas políticos, chamavam-na de clube. O "clube da Rua dos Pescadores". E afetando um ar de grande escândalo: "Os clubes! Os clubes nos governam; os membros da Regência vão a clubes; nos clubes é que se fazem os ministros e se decidem os negócios da Administração Pública."[121]

Contra um homem fundamentalmente pacifíco, o ódio gerado pela inveja e pelo despeito chegou aos limites do delírio. Houve quem premeditasse eliminá-lo. Tinha Evaristo o hábito de, ao anoitecer, depois do jantar, ir até a livraria de seu irmão João Pedro da Veiga, na Rua de São Pedro, esquina de Quitanda. Lá se reuniam para conversar alguns amigos, ficando entreaberta uma das portas. Na noite de 8 de novembro de 1832, palestravam Evaristo, João Pedro, o padre Cândido Martins da Costa, o negociante Engrácio José Dias, Fernando Máximo de Sousa, caixeiro da livraria e algumas outras pessoas, quando de surpresa foi Evaristo alvejado por tiros de pistola, ficando com o rosto picado por um pequeno pedaço de chumbo perto do olho esquerdo. A descarga da pistola feriu também sem gravidade o padre Martins Costa, Engrácio Dias e o caixeiro da loja. A detonação fez afluir gente à porta da livraria. Evaristo não perdeu o sangue-frio. A princípio, pensou que o olho tivesse sido atingido; pediu um livro, leu-o e exclamou: "Bom, não estou cego; ainda posso ler" [122]. Depois, dirigiu-se para a rua e gritou: "Não me farão calar com estes argumentos".

---

120. *Anais* da Câmara, 1832, tomo III, pág. 215.

121. *Aurora Fluminense*, nº 701, de 23 de novembro de 1832.

122. Félix Pacheco, *O publicista da Regência*, pág. 126.

Rio de Janeiro. Pretos de ganho.
Chamberlain, 1819-1820.

Capas em palha de arroz, usadas pelos negros em dias de chuva.
Rio de Janeiro, 1823.

A notícia causou grande alarme e, ao "clube" da Rua dos Pescadores, o Rio de Janeiro, pela sua gente mais representativa, afluiu para felicitar Evaristo. Foram mais de mil visitas, desde regentes, ministros de Estado, senadores, deputados, até negociantes e pessoas do povo. Atentado político? Simples vingança de algum desafeto? Ato de um louco?

As paixões do momento atingiam ao paroxismo e Evaristo era em verdade o obstáculo mais forte aos planos dos caramurus. Mas terá o criminoso agido sob a inspiração dos maiorais do partido restaurador, obedecendo a ordem ou sugestão de algum deles? O criminoso era um Joaquim José, sapateiro e morador no Saco do Alferes, em casa do tenente Luís Pinto, do extinto batalhão 21, de Minas, tendo confessado que fora aliciado para matar Evaristo pelo mesmo Luís Pinto, em nome de "um coronel, alto, morador na Rua do Alecrim, próximo do Campo de Honra", identificado como sendo o coronel Ornelas. Esse Ornelas era amigo de José Bonifácio e o mesmo indivíduo que em setembro anterior[123] espalhara pela cidade o boato do assassínio do jornalista da *Aurora Fluminense.*

Evaristo viu no caso um atentado político e aludiu expressamente ao nome de Martim Francisco: "Apesar de que o nome do sr. José Bonifácio fosse pronunciado pelo réu, apesar das relações de amizade que há entre o coronel Ornelas e esse cidadão, queremos acreditar que o sr. José Bonifácio não interveio no crime: não o temos por feroz e perverso. Supomos antes que o seu nome foi empregado para removerem do ânimo do assassino quaisquer temores, fazendo-o contar com essa proteção, e que se lhe encheram os ouvidos do alto poderio que tem servido de capa para tantos atentados! *Mas o sr. Martim Francisco cuja alma rancorosa todos conhecem, temos mais de uma razão para suspeitá-lo.*"[124]

Suspeitas – e as que Evaristo enumerou em seguida eram realmente fracas, baseadas em simples coincidências – não autorizam a considerar-se Martim Francisco envolvido no crime. O certo, porém, é que os jornais restauradores, – particularmente o *Caramuru,* de Davi da Fonseca Pinto, muito ligado a Martim Francisco – tinham largo quinhão de culpa na formação desse ambiente de ódios e exaltação de sentimentos

123. *Aurora Fluminense*, nº 699, de 19 de novembro de 1832.
124. *Aurora Fluminense*, nº 699, de 19 de novembro de 1832.

inferiores propício a toda a sorte de excessos. O *Caramuru* chegou à infâmia de justificar o crime, declarando que "parece observar-se em quase toda a população um geral sentimento em se não haver cumprido o assassínio, e se tem até desenvolvido indignação contra os que prenderam o assassino". Segundo um regime bem brasileiro, foi aberto inquérito, instaurado processo; o desembargador Japiaçu, o mesmo dos sucessos de São Paulo por ocasião da morte de Líbero Badaró, foi o advogado do coronel Ornelas; houve grande barulho nos jornais e tudo ficou em pouco tempo esquecido.

O fato, em si, era sintomático do estado de indisciplina e exaltação a que se chegara. E nenhum elemento mais desbragado, mais agressivo do que o restaurador. Pelos fins de 1832, justamente na ocasião em que se verificou o atentado contra Evaristo, os caramurus, irritados com a solução favorável que lograra o problema da reforma constitucional, tinham redobrado de audácia e iam do artigo de jornal, da verrina pasquineira à ação direta nas ruas. À noite, certos lugares eram perigosos para os transeuntes conhecidos por seus pendores liberais, que se viam perseguidos por vaias, palavrões, assobios, toda a espécie de provocação, por parte dos "valentões caramurus", reunidos em "grupos de quatro a oito desordeiros". "O café Neuville em frente do Paço é o seu quartel-general", dizia a *Aurora.*[125]

Atentado, ameaças, calúnias, nada disso intimidava Evaristo, disposto a não recuar, dando sempre novas provas de sua coerência. Assim é que tendo sido um dos adeptos mais entusiásticos da criação da Guarda Nacional, para prestigiá-la, tomou parte na formatura de 2 de dezembro de 1832, marchando nas fileiras da "força cidadã". Fizeram disso e de outros fatos de sua vida motivo de zombaria, a que ele sacudiu os ombros, glosando o artigo do jornal inimigo com outro intitulado – "Nossos últimos crimes": "Recebemos um tiro, demos uma queda, marchamos nas fileiras da Guarda Nacional em o dia 2 de dezembro e entramos em uma Ordem Terceira!"[126]

Com o ano de 1833 recrudesceu a campanha da imprensa, empenhada num acontecimento realmente de grande importância – as eleições para a legislatura de 1834 a 1837, para a Câmara que, em virtude da

125. Nº 702, de 26 de novembro de 1832.

126. *Aurora Fluminense*, nº 711, de 19 de dezembro de 1832.

lei de 12 de outubro de 1832, teria poderes para realizar a reforma constitucional. A *Aurora Fluminense* sofria modificações na sua parte tipográfica, deixando de ser impressa pela oficina de R. Ogier, Rua do Ouvidor nº 188, substituída pela Tipografia Americana, Rua Detrás do Hospício nº 160, "cujo diretor ficava encarregado de toda a direção da folha", conforme declaração de Evaristo feita no número de 24 de dezembro de 1832. Jornais antigos reapareceram, como o *Brasileiro* e o *Nacional,* ambos moderados, surgiram novos como o *Independente,* dirigido por Sales Torres Homem e o *Sete de Abril,* das simpatias de Bernardo de Vasconcelos. Quanto ao *Sete de Abril,* a *Aurora,* noticiando o seu aparecimento, deu-lhe conselhos de decência na linguagem, de moderação nos julgamentos: "Se o *Sete de Abril* nos permite um conselho desculpável em quem por 5 anos de ofício adquiriu já um certo jus de os dar ao jornalista que começa, desejaríamos que fosse mais comedido na sua linguagem"[127].

A despeito disso, houve quem visse grandes semelhanças entre o *Sete de Abril* e a *Aurora Fluminense* e chegasse a afirmar que ambos eram escritos na Rua dos Pescadores. Evaristo contestou a suposição, apoiando-se em argumentos de ordem literária: "Para darmos cabal resposta a tão mal armada intriga, basta rogarmos ao público que leia um e outro jornal e decida se há no estilo dos dois semelhança que os confunda, e no da *Aurora* variedade tal que a possa fazer supor de diversas penas."[128] Ficava aí a confissão de que a *Aurora* toda era de sua exclusiva autoria, como redator único. E a *Aurora* mantinha a mesma linha dos anos anteriores, chamando agora a atenção do público para "o espetáculo grande, magnífico, formidável nos seus resultados", que o país ia dar, com a próxima batalha eleitoral.

O prestígio de Evaristo aumentava todos os dias e, como um avesso necessário, crescia o despeito dos que não o suportavam, dos que sentiam nele um dos obstáculos mais fortes ao triunfo da restauração ou da anarquia.[129] No rol dos seus detratores alistara-se o general Abreu Lima

---

127. *Aurora Fluminense*, nº 717, de 4 de janeiro de 1833.

128. *Aurora Fluminense*, nº 732, de 8 de fevereiro de 1833.

129. Um dos maiores acusadores de Evaristo era então Paula Brito, nos versos publicados na *Mulher do Simplício.* Retratou-se, porém, em 1837, na "Elegia" publicada no *Diário do Rio*, de 12 de junho desse ano.

que, pela *Torre de Babel,* o chamava de "ignorante", "indigesto", "sem nome" e "sem família". Tudo isso e "cheio de ambição e avareza". Evaristo, metodicamente, respondia, defendendo-se: "Somos livreiro, e portanto aos olhos do intitulado general Lima, abjeto e vil." A pecha de ambicioso o feria fundamente: "Qual é o emprego que havemos alcançado, qual é o lucro que arranjamos para nós, quer antes, quer depois da revolução? Somos ainda hoje o que éramos antes de 7 de abril: livreiro, profissão de que não nos envergonhamos e que nos tem dado honesta subsistência; jornalista e deputado. Temos sacrificado o nosso repouso, os nossos cuidados, os gozos da existência doméstica que apreciamos, e que trocamos por uma vida agitada, semeada de dissabores, de profundas aflições [....]". As acusações, de tão repetidas e injustas, eram afinal o reconhecimento de sua importância na vida política do país, da situação eminente a que rapidamente chegara, "sem nome", "sem família". Governava o Brasil do balcão da livraria, diziam. "Do nosso balcão governamos o Brasil. Mas a que título governamos nós? Como deputado e jornalista. A nossa preponderância é toda moral e pode ser exercida por qualquer outro cidadão."[130]

A imprensa caramuru, ativa, multiforme, inescrupulosa, conseguia aliciar adeptos, a que se juntavam os descontentes, os desiludidos do milagre do 7 de Abril e os saudosistas do Primeiro Reinado. No Rio de 1833 os moderados não tinham o prestígio de dois anos antes e a prova se verificou nas eleições para a legislatura de 1834-1837, em que foram batidos em todas as paróquias, menos na de São José. Na sua própria paróquia, que era a de Santa Rita, Evaristo não conseguiu ver vitoriosa a chapa do partido moderado e, no dia 3 de março, quando entrava na igreja para levar a lista da eleição de deputados, foi recebido com uma vaia preparada pelos caramurus, aos gritos de – "Fora! Fora Evaristo! Fora o republicano, o jacobino, o malvado, o sanguinário!" Aos seus amigos diziam: "Fora mamados! Fora evaristeiros!"[131]

Pior do que isso foi a perfídia do juiz de fora de Santa Rita, José Rodrigues Ferreira, que representou a Honório Hermeto, ministro da Justiça, dizendo que "constava que o cidadão Evaristo Ferreira da Veiga

---

130. *Aurora Fluminense*, nº 739, de 27 de fevereiro de 1833.

131. *Aurora Fluminense*, nº 742, de 6 de março de 1833.

pretendia invadir a mesa eleitoral da freguesia". Evaristo comentou esse ofício, sem perder o humor: "Eis-nos, portanto, cidadão tranquilo, moroso, sedentário, e pouco dado a façanhas guerreiras, convertido em valentão, espadachim!"[132]

Mas a campanha caramuru, se de qualquer modo causara impressão no Rio, fazendo prosélitos, nada conseguira no interior do país, nas zonas rurais. Em fins de março começavam a chegar os primeiros resultados da eleição e já se podia prever uma sólida vitória dos moderados. Na corte os candidatos da oposição caramuru e exaltada conseguiram boa votação; mas, no conjunto do país, os sufrágios favoreceram de preferência os nomes dos moderados, sendo de notar o apoio que lhes deram na província do Rio, os então chamados "eleitores do campo". Nessa votação da zona rural fluminense estaria o núcleo inicial da futura predominância política da província do Rio de Janeiro em quase todo o período imperial, com a sua culminância no fastígio dos "saquaremas". Iniciava-se o grande surto da lavoura do café e já em 1833 havia fazendeiros com fortunas entre 40 e 400 contos de réis, constituindo o "partido dos jacarandás". Apuradas todas as eleições, menos as de Mato Grosso, fazia a *Aurora*[133] uma estatística da nova Câmara, dando 66 deputados aos moderados e 34 entre exaltados e gente de "opinião desconhecida e vacilante". Manifestou o país pelo elemento que tinha voz e voto político os seus desejos de ordem e tranquilidade e Evaristo podia dizer parodiando a resposta dada pela Câmara da França ao rei – "a França está fatigada de conspirações, tem horror ao despotismo e à anarquia" – "o Brasil também, o Brasil não quer conspirações, nem conspiradores".[134]

Nem assim os caramurus desanimavam e o ano de 1833 seria todo de inquietações, de temores acerca da restauração do ex-imperador. Evaristo continuava a vítima predileta das agressões mais violentas e sobre ele os epítetos se sucediam – "*Sans culotte,* leão da floresta, livreiro, fera infernal, tirano, monstro, demônio encarniçado, sanguissedento, eunuco da Floresta, homem venal, judas, sevandija livreiro"[135]. Tais as injúrias dos

---

132. *Aurora Fluminense*, nº 746, de 15 de março de 1833.

133. Nº 801, de 2 de agosto de 1833.

134. *Aurora Fluminense*, nº 752, de 1 de abril de 1833.

135. *Aurora Fluminense*, nº 751, de 29 de março de 1833.

pasquins que surgiam e desapareciam – o *Par de Tetas,* o *Pai José,* o *Caolho,* a *Lima Surda,* e os que tinham vida menos efêmera – o *Catão*, o *Carijó,* o *Caramuru* e o antigo *Diário do Rio,* que de jornal de anúncios, de *Diário da Manteiga,* passara a servir à política caramuru, publicando grandes artigos do visconde de Cairu, sob o pseudônimo de "Jurista", hostis a Evaristo.

Incontestavelmente, a campanha caramuru repercutia na opinião e o ambiente do Rio de Janeiro lhe era em grande parte favorável. Nas sessões da Câmara, as galerias interrompiam com pigarros, gritos e arrastar de pés os discursos dos deputados moderados; e entre os simpáticos à restauração se contavam muitos moços cariocas, aqueles "jovens inexpertos" a que se referia Evaristo num discurso[136.] Pode dizer-se sem exagero que todo o ano de 1833 se consumiu na expectativa da volta do duque de Bragança. Correram no Rio abaixo-assinados de adesão ao ex-imperador e a Sociedade Conservadora, transformada em Militar, agrupando numerosos militares (nunca menos de 300, segundo os cálculos da *Aurora Fluminense)*[137]*,* se fez baluarte da propaganda restauradora.

Da Europa, os diplomatas brasileiros lá acreditados denunciavam os manejos dos amigos de d. Pedro; para lá partira Antônio Carlos com a missão de com ele entender-se a respeito; e um jornal de Liverpool, o *Albion,* assegurava que lorde Palmerston e Talleyrand cogitavam dos meios tendentes a restaurar o ex-imperador. Os boatos mais estranhos ganhavam corpo. Assim, por exemplo, os caramurus espalhavam a balela do rapto do menino imperador, planejado pelos liberais: queriam apoderar-se de d. Pedro II, retirá-lo do Rio de Janeiro. A Ucharia e o Café Neuville eram os centros de irradiação dessas e de outras novidades lançadas pelos restauradores e a que se procurava dar visos de verdade com a publicação, pelo *Correio Oficial*,[138] de documentos comprobatórios.

Por seu lado, os liberais não descansavam, preparando-se para enfrentar os caramurus em qualquer terreno. Ia ressurgir mais forte e, desta vez, com pleno êxito, a campanha para a remoção de José Bonifácio da tutoria. Além de sua conivência com os restauradores, afirmada desde co-

---

136. *Anais* da Câmara, 1833, tomo II, pág. 24.

137. Nº 834, de 28 de outubro de 1833.

138. *Correio Oficial,* de 25 de setembro de 1833.

meços de 1832, por ocasião das tentativas de golpe de 3 e 17 de abril, muito se insistia acerca da falta de compostura do grande Andrada para o exercício do cargo de tutor. A *Aurora* comentava desfavoravelmente dois bailes dados por José Bonifácio no paço da Boa Vista, censurando-os pela falta de etiqueta e até de decoro: gente suspeita, rabecas desafinadas, ditérios do tutor, falando na sua linguagem solta diante das próprias princesas. Má língua e palavrões seriam calúnias a propósito de José Bonifácio, que nunca teve fama de discreto ou comedido. Irritado, então, como devia estar, não se continha. A respeito dos três membros da Regência era conhecida a sua opinião: "Dois são camelos [Francisco de Lima e Bráulio Muniz] e um é velhaco [Costa Carvalho]"[139].

Evaristo estava convencido de que a trama restauradora constituía sério perigo, que devia ser combatido. E pôs-se em ação, sem receios, numa de suas campanhas mais memoráveis, embora tivesse estado doente quase todo o mês de agosto de 1833, conforme declaração que fez na *Aurora* de 28 desse mês e ano – "apenas entrado na convalescença, depois de vencida uma perigosa enfermidade [....]"

O ministro dos Estrangeiros, Bento da Silva Lisboa, em mensagem dirigida à Câmara, em nome da Regência, transmitia as notas que recebera dos representantes do Brasil na Europa a respeito da projetada restauração do duque de Bragança e, dando-lhes todo o crédito, pedia providências urgentes. Reuniu-se a Câmara em sessão secreta, sendo ouvidas as Comissões da Constituição e Diplomacia, e estas, embora tomando em consideração a mensagem da Regência, emitiram um parecer de que divergiu, num voto separado, o deputado Costa Ferreira. O parecer das Comissões falava em "reprimir qualquer atentado contra o sistema constitucional e o trono do sr. d. Pedro II, que só podem fazer a felicidade do Brasil"; o voto de Costa Ferreira, mais incisivo, mais enérgico, mencionava a necessidade de sustentar não só o sistema constitucional, o trono de d. Pedro II, como "a revolução de 7 de abril", a fim de se evitar "o opróbrio de uma restauração"[140].

---

139. *Aurora Fluminense*, nº 765, de 3 de maio de 1833.

140. *Anais* da Câmara, 1833, tomo I, pág. 297.

Longa e apaixonada foi a discussão a respeito e Evaristo, em discurso na sessão de 1 de julho, mal podendo conter a exaltação, declarou-se contra o parecer das Comissões e a favor do voto separado de Costa Ferreira; queria manifestação "expressa", "explícita", "franca", "firme", "decidida", e "nada de circuitos". As galerias da Câmara, cheias de gente simpática aos caramurus, procuravam perturbar a discussão. Evaristo clamou enérgico: "Exijo dos espectadores o decoro e o respeito, não respeito à minha pessoa, mas a este lugar e reunião augusta; exijo, não por mim, que nada temo [....]", e deu todas as razões que o levavam a acreditar nos perigos da restauração, investindo contra a audácia dos restauradores que "crescia a cada hora". Cantou depois a glória do dia 7 de abril, mostrando como, nesse mesmo dia, fora ele, o revolucionário, quem defendera a monarquia constitucional, quando os restauradores de agora estavam sepultados no silêncio e no medo e os exaltados queriam proclamar a república. E advertiu que se enganavam os audaciosos da propaganda caramuru com a popularidade que julgavam desfrutar no Rio de Janeiro: se a revolução [de 7 de abril] "sucumbir no Rio de Janeiro, o Brasil não seguirá a sorte da capital do Império!"

Uma semana depois, na sessão de 8 de julho, teve Evaristo a maioria da Câmara a seu lado com a rejeição do parecer de autoria de Miguel Calmon e a aprovação do voto separado de Costa Ferreira, com as emendas de Honório Hermeto e Henriques de Resende, visando à proibição da volta do duque de Bragança ao Brasil "sob qualquer título". Para dar à deliberação da Câmara maior relevo, por proposta de Evaristo, ficou resolvido que a resposta ao governo fosse levada por uma deputação.

Era uma atitude, essa de Evaristo, que não podia deixar de acarretar-lhe novos ataques dos adeptos da restauração. O visconde de Cairu, embora beirando os oitenta anos, guardava um grande ardor nos ataques àquele a quem chamava de "retalhista que se vangloriava de ser livreiro da Quitanda". A resposta do livreiro vinha sem azedume: "Trinta e quatro anos ousam bater-se contra 77, um rapaz que não foi a Coimbra contra um erudito ancião, poço de literatura; um peão, plebeu de quatro costados, contra um fidalgo desses que o sr. d. Pedro I enfiou nas suas listas de despachos, em horas de bom humor! Que sinais mais evidentes de que a Revolução de 7 de abril é uma funestíssima catástrofe!"[141].

---

141. *Aurora Fluminense*, nº 849, de 4 de dezembro de 1833.

Discutindo com Cairu – o "Jurista" do *Diário do Rio* –, Evaristo não perdia a noção clara dos acontecimentos e sentia que, ou os moderados, os que estavam com a revolução de 7 de abril, se dispunham a uma ação positiva e concreta, ou os restauradores continuariam a ganhar terreno, senhores que já eram das simpatias de muita gente no Rio de Janeiro, manejando uma imprensa de extraordinária combatividade e com franco apoio de grande número de oficiais, membros da Sociedade Militar. Cumpria adotar "medidas fortes" contra a propaganda restauradora, tomar a ofensiva, expelir os caramurus dos redutos que ocupavam. Em 27 de outubro de 1833, a "Defensora", por iniciativa de Evaristo, dirigiu uma representação ao governo, pedindo as mais enérgicas providências; e pela *Aurora*[142] aconselhou-o a suspender José Bonifácio do lugar de tutor: "O governo está obrigado a fazê-lo sob a sua estrita responsabilidade moral. A Assembleia decidirá depois entre o tutor e o governo." Em face da ameaça da volta de d. Pedro I, era mister não perder tempo. Desse perigo se capacitaram também os exaltados, os que se abrigavam no seio da Sociedade Federal e desta partiu igualmente uma representação contra os restauradores.

As polêmicas da imprensa e as representações das sociedades políticas repercutiriam em distúrbios da praça pública. Nos primeiros dias de dezembro, uma provocação caramuru perturbou a ordem da cidade: a Sociedade Militar, que tinha sede no Largo de São Francisco de Paula, afixou em sua fachada um retrato que parecia ser o de d. Pedro I. O povo apedrejou a Sociedade Militar, o mesmo fazendo às casas de vários de seus diretores e atacou as tipografias que imprimiam os jornais caramurus. O arrojo da Sociedade Militar, exibindo a efígie do ex-monarca (seria mesmo dele?), num momento em que a propaganda restauradora chegava a todas as audácias, produziu entre os moderados uma irritação profunda.

Que não poderia acontecer depois disso? Mais do que nunca o pavor da restauração se apoderou do governo e este afinal se decidiu à "medida forte" da suspensão do tutor, a seus olhos instrumento dos saudosistas de d. Pedro I. Segundo afirmou Rodrigues Torres, em discurso na Câmara, "o governo teve certeza de que dentro do Paço Imperial se reuniam soldados para um novo 17 de abril; que no mesmo quarto do monarca se guar-

142. Nº 829, de 16 de outubro de 1833.

dava cartuchame embalado e armamento; que os conspiradores tinham tentado seduzir alguma tropa e mesmo alguns guardas nacionais [....]"[143]. Isso descobriu o governo no dia 15 de dezembro de 1833. Sem mais hesitar, por decreto da mesma data, foi José Bonifácio afastado do cargo e substituído interinamente pelo marquês de Itanhaém. Pelo menos do ponto de vista intelectual o jovem d. Pedro II perdia consideravelmente: ao invés da companhia de um grande homem teria a de um bom homem. Por que, porém, o grande homem havia de ser tão pouco sereno?

Na proclamação que a respeito do fato publicou a Regência, assinada também pelo ministro do Império Chichorro da Gama, tachava-se José Bonifácio de "centro e instrumento dos facciosos". O triunfo era em grande parte de Evaristo, e a *Aurora* celebrou o acontecimento num estilo de comunicado militar: "O principal reduto em que confiava o partido restaurador, a fortaleza e torre de refúgio de todos os conjurados da retrogradação, caiu por terra no dia 15 de dezembro."[144] Na noite da queda da "fortaleza" houve passeatas liberais, ao som de bandas de música. "Fortaleza" para Evaristo; "colosso" para Aureliano Coutinho, ministro da Justiça, que assim classificou o maior dos Andradas, em carta a d. Mariana de Verna: "Parabéns, minha senhora, custou, mas demos com o colosso em terra." Homem, em verdade, de têmpera resistente, mais uma vez José Bonifácio a provou ao ser notificado do ato de sua suspensão da tutoria: resistiu quanto pôde, dando trabalho ao juiz de paz João Silveira do Pilar, incumbido da missão de receber o "órfão imperial" para conduzi-lo ao paço da cidade, e só cedendo à força material.

Conforme a praxe, a "Defensora" dirigiu-se ao governo agradecendo a suspensão do tutor, satisfeita com a vitória obtida. E assim, com o "golpe mestre" de 15 de dezembro, encerraram os moderados o ano de 1833 mais tranquilos quanto à sorte dos destinos da revolução de 7 de abril.

Começando o de 1834, em que se reuniria a nova legislatura para a realização da reforma constitucional, Evaristo, que não descansara e fora o guia supremo da política brasileira, queria coroar o "golpe mestre"

---

143. *Anais* da Câmara, 1834, tomo I, pág. 95.
144. Nº 855, de 18 de dezembro de 1833.

com outras medidas que assegurassem um ambiente de ordem; e reclamou a punição dos militares envolvidos na trama restauradora[145].

Ao lado disso, fiel ao seu programa liberal e a despeito do contingente poderoso dos fazendeiros da província do Rio para a vitória moderada nas eleições de 1833, fez a "Defensora" representar ao governo contra as violações constantes e grosseiras da lei de 7 de novembro de 1831, que pretendera extinguir o tráfico africano. Ao contrário de Vasconcelos, não era "negreiro", não se conformava com a perpetuidade da escravidão e, além da representação da Sociedade Defensora, fazia com que esta oferecesse um prêmio de 400$000 ao autor da melhor memória contra o tráfico africano e a favor do trabalho livre.

Os moderados acusavam José Bonifácio de manter o menino imperador num regime de reclusão e a *Aurora,* por ocasião dos ataques nervosos de que o mesmo fora vítima, em outubro de 1833, filiava-os "à viciosa educação do augusto menino, temperamento débil, cercado de pavores reais ou imaginários, não se atrevendo o tutor a levar o menino a passear"[146]. Agora, o sistema de educação era outro. O menino saía, punha-se em contato com o povo, tomava ar, visitava os navios de guerra surtos no porto. E a *Aurora,* radiante, comentava: "Éassim que os 'chimangos' roubam o menino."

No dia 7 de abril de 1834, a "Defensora" comemorou a data com um grande baile em sua sede. Grande baile, pelo número de convivas: mais de 700, entre sócios, diplomatas e oficiais de navios estrangeiros, além de perto de 150 senhoras "vestidas com donaire e riqueza". Houve música, danças, cânticos, e "a presença de S. M. o Imperador [um menino de 9 anos] e de suas irmãs que se dignaram de romper o baile dançando uma gavota."[147] Festa comprida: começou às 8 e meia da noite com a entrada do imperador e só terminou às 4 horas da madrugada. E não se dispensou um discurso, feito pelo presidente da Sociedade, João Silveira do Pilar.

Seria exagero afirmar que a situação se esclarecera, que tudo se normalizara. Quando muito, diminuíra a tensão política, já se respirava

---

145. *Aurora Fluminense*, nº 862, de 13 de janeiro de 1834.

146. Nº 828, de 14 de outubro de 1833.

147. *Aurora Fluminense*, nº 896, de 11 de abril de 1834.

com menos desassossego. Mas a confusão perdurava, as ambições colidiam. Em carta a José Domingos de Ataíde Moncorvo, cunhado de Aureliano Coutinho, datada de 22 de janeiro de 1834, Evaristo dizia: "Quanto às intrigas está isto uma babel: uns querem pastas, outros querem postos; daí o barulho todo."[148] Porque não queria pastas, nem disputava postos, guardava a sua excepcional influência.

Como quer que fosse, entretanto, passara o momento de maior tensão. Havia ao menos tranquilidade nas ruas. Os valentões do Café Neuville já não assustavam os transeuntes "chimangos". Tudo prometia melhorar. Anunciava-se uma fase de progressos materiais, com o surto da máquina a vapor. Projetos e mais projetos se sucediam de barcas a vapor do Rio a Campos, de barcas a vapor para Niterói e ilhas, de barcas a vapor no rio das Velhas. Havia no Rio um novo jornal inglês – *The Rio Packet.* Falava-se de minas de carvão em Santa Catarina, de criação de cavalos de raça feita pelo inglês Jorge March na serra dos Órgãos (futura Teresópolis), do estabelecimento da indústria do bicho-da-seda. A Caixa Econômica tinha em depósito 1.083:228$175. Evaristo, bom burguês, extasiava-se diante de sinais tão positivos de civilização e progresso material e não se continha no comentário: "E ainda havia estúpidas saudades do regime passado!"[149]

Foi sob tais auspícios que se abriu a Câmara e se deu começo à discussão da reforma constitucional: "Ides tocar na arca santa da lei fundamental. A voz do Brasil o exige; de uma extremidade a outra as províncias reclamam as reformas da Constituição" – dizia a "Defensora", na sua representação aos deputados. A Câmara que ia elaborar o Ato Adicional compunha-se de noventa deputados, dos quais 46 novos, predominando os padres e os magistrados – 23 e 22 respectivamente. O resto era de militares, funcionários, agricultores e jornalistas. Dentre os últimos estavam os redatores da *Bússola*, do *Tempo,* do *Diário da Bahia,* do *Universal,* da *Tolerância,* do *Astro,* do *Homem Social,* do *Independente* e da *Aurora Fluminense.*

Logo na sessão de 5 de maio, o padre Henriques de Resende requereu a imediata eleição da Comissão Especial para "a redação das reformas". Por alvitre de Evaristo ficou a escolha adiada para o dia seguinte,

148. Ms. da coleção da Biblioteca Nacional.

149. *Aurora Fluminense*, nº 899, de 18 de abril de 1834.

sendo então eleitos Vasconcelos, Limpo de Abreu e Paula Araújo. A Comissão, cujo relator foi Vasconcelos, levou um mês organizando o projeto, lido na sessão de 7 de junho.

Nesse intervalo, a Câmara passou o tempo ouvindo a leitura dos relatórios ministeriais, discutindo o projeto de Henriques de Resende que proibia a entrada de d. Pedro I em território brasileiro e o ato do governo suspendendo José Bonifácio da tutoria. Evaristo foi dos mais veementes, manifestando-se extremado partidário de ambas as medidas. Quanto à primeira, não hesitou em afirmar que "d. Pedro era um estrangeiro, um homem alheio à Nação brasileira", negando, com visível parcialidade, ele sempre tão justo e medido, o que o Brasil devia ao primeiro imperador. Mas era um arroubo passageiro, uma injustiça que repararia solenemente, meses depois, ao chegar a notícia de sua morte. Quanto à aprovação do ato de remoção do tutor, o discurso de Evaristo, na sessão de 4 de junho, foi um libelo contra José Bonifácio, acusando-o de persuadir o seu tutelado de que os regentes queriam assassiná-lo, a ponto de o menino imperador "estremecer todo" à aproximação de qualquer deles, convencido também de que os "chimangos" tinham o mesmo plano e, por isso, na festa da igreja da Cruz, a que comparecera, não quisera sequer "tomar um doce"[150].

No dia 14 de junho entrou em discussão o projeto de reforma da Constituição. Uma questão de direito constitucional foi para logo suscitada por Holanda Cavalcanti: a quem competia fazer a reforma? Só a Câmara dos Deputados, ou o Senado também devia intervir? Não era um simples tema jurídico que o trêfego Holanda propunha, nem mero debate acadêmico capaz de pôr em prova os dons de dialética de alguns deputados dispostos a se exibirem: era um problema político da maior relevância. Vencedora a opinião de que ao Senado cabia tomar parte na reforma, a própria essência desta e o seu rápido andamento estariam talvez comprometidos. O ambiente do Senado era pouco simpático ao espírito da revolução de 7 de abril, e a lei de 12 de outubro de 1832, preparatória da reforma constitucional, só se tornara possível depois da ameaça do golpe de Estado de 30 de julho. Reconhecer à Câmara Alta competência para colaborar na reforma equivaleria a criar obstáculos quase insuperáveis à sua marcha.

150. *Anais* da Câmara, 1834, tomo I, pág. 99.

Questão realmente séria, que ameaçava anular todos os resultados obtidos ao cabo de três anos de luta, Evaristo enfrentou-a com decisão, declarando de início que dava graças aos que a levantavam, por entender que não convinha que "assunto de tanta transcendência passasse sem ser discutido". E sustentou que só a Câmara tinha atribuições para fazer a reforma constitucional, única que recebera do eleitorado poderes constituintes, mandato especial. Seu discurso foi realmente o de um grande argumentador, em que o autodidata que não frequentara Coimbra, que não era doutor em leis, que aprendera tudo nos livros da loja paterna e da sua, rivalizou com os magistrados, bacharéis e canonistas da Câmara. Triunfou por enorme maioria, 69 votos contra 15, a opinião defendida por Evaristo e o projeto da reforma foi aprovado em 1ª discussão na sessão de 18 de junho.

A 2ª discussão começou na sessão de 23 e terminou na de 22 de julho, ultimando-se a 3ª num só dia, a 29 seguinte, e a redação final a 6 de agosto. Foi durante a 2ª discussão que o projeto sofreu mais minucioso exame. Depois de Vasconcelos, seu autor, ninguém mais do que Evaristo o estudou, falando todos os dias, discutindo artigo por artigo, e sustentando sempre o trabalho da Comissão Especial, numa grande identidade de pontos de vista, contrário às emendas que pretendiam dar à reforma um sentido excessivamente federalista e democrático. A culpa de qualquer mal que ao Brasil tenha feito o Ato Adicional dificilmente poderá ser imputada a Evaristo, que soube ser prudente, objetivo, realista. Com a maior franqueza, definiu a sua posição: "*Devo declarar aqui altamente que por meu voto não se tocaria na Constituição*. Quando pela primeira vez se falou em reformar a Constituição fui eu que fiz a mais forte oposição porque entendia que haveria grande perigo em alterar a lei fundamental do Estado; hoje que se tornou geral o desejo de reformas, conheço que é uma necessidade e seria uma imprudência de parte da Câmara deixar de fazê-las: o que desejo é que nós façamos a reforma com prudência e não vamos de salto; estabeleçam-se as reformas que vão dar às províncias aqueles benefícios que elas reclamam, mas não despedaçar o Brasil."[151]

---

151. *Anais* da Câmara, 1834, tomo I, pág. 182.

Contrário, em princípio, à reforma, cedia à opinião geral, às aspirações autonomistas das províncias, mas não esquecendo nunca os interesses superiores da unidade nacional. Na confusão que se estabelecera então a respeito do regime federativo, na superficialidade das opiniões emitidas no correr dos debates, Evaristo se destacou pela segurança com que expôs as suas ideias, demonstrando, ao lado do seu invariável bom senso, de sua constante lucidez, de sua notável serenidade, o comércio com os melhores tratadistas e expositores de direito público da época e um conhecimento realmente digno de nota das instituições norte-americanas, através do processo de sua elaboração e da doutrina dos seus comentadores. E tudo isso sem sombra de pedantismo, sem citações fastidiosas, com a naturalidade de quem assimilara as leituras feitas e não perdia de vista as condições particulares do Brasil.

Foi ele dos primeiros a assinalar os caminhos inversos seguidos pela América do Norte e pelo Brasil para atingir a solução federativa: lá o centripetismo, os Estados, separados, buscando a união, a reunião, integrando-se; aqui o centrifugismo, as províncias fundidas pela presença da corte portuguesa entre nós, pela elevação do Brasil à categoria de reino, pela Independência à sombra do trono de d. Pedro I, diferenciando-se, de qualquer sorte se separando. E porque temesse o desmembramento, o Brasil retalhado, a separação, só cedia ao "desejo geral da reforma" com cautelas, "num meio-termo entre o governo da América do Norte e os governos especiais europeus".

Opondo-se aos exageros federalistas, bateu-se Evaristo contra os que queriam outorgar às Assembleias Provinciais verdadeiro poder constituinte, qual fosse a faculdade de fixarem elas mesmas o número de seus membros, o arbítrio de se organizarem como bem quisessem, não concordando também com a divisão em duas Câmaras. Firme na sustentação do projeto feito por Vasconcelos, salientou em longo discurso a necessidade de excluir a capital do Império da autoridade da Assembleia Legislativa da província do Rio, segundo o modelo norte-americano. Outro aspecto da reforma que mereceu seu estudo foi o relativo ao veto às resoluções das Assembleias Provinciais, que, no seu entender, devia caber aos presidentes das províncias, sem resvalar em excesso federalista, porque esses presidentes eram de nomeação do Poder Nacional.

Questão importante, que suscitou largo debate, foi o da forma de eleição do regente. Dividiram-se as opiniões, uns querendo a eleição, como prescrevia a Constituição de 1824, pela Assembleia Geral, outros pelas Assembleias Provinciais, e outros ainda dando a cada província um voto único, resultasse esse voto único de uma eleição pela maioria dos eleitores provinciais ou da escolha feita pelas Assembleias. Os que propendiam para a terceira solução já se deixavam impressionar pela desigualdade das províncias, temendo a hegemonia das grandes.

A Evaristo, deputado por Minas Gerais, o argumento parecia improcedente e, a prevalecer na lei essa igualdade geométrica, que a realidade não conhecia, "medindo-se as províncias grandes e pequenas pela mesma bitola", o corolário lógico seria no seu entender a fixação de uma igual contribuição das províncias para as despesas do Governo Nacional, o mesmo número de soldados para o serviço militar, etc. Passou afinal a eleição do regente, sem se levar em conta a população das províncias, mediante pleito a que concorreriam "os eleitores da respectiva legislatura", em escrutínio secreto, sendo votados dois cidadãos, um dos quais não nascido na província a que pertencessem os colégios eleitorais.

O projeto da Comissão Especial estabelecia que o regente seria permanente, isto é, uma vez eleito, governaria enquanto durasse a menoridade do imperador. Contra isso se rebelou o espírito democrático da Câmara, querendo a temporariedade da função. E o que triunfou foi "um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos". Evaristo foi voto vencido juntamente com os três membros da Comissão – Vasconcelos, Limpo de Abreu e Paula Araújo.

Os argumentos que apresentou pareciam basear-se numa estrita interpretação da lei de 12 de outubro de 1832, que não autorizaria a reforma com tal latitude; mas do seu discurso bem se depreende que o pensamento era de quem queria fortalecer o Poder Executivo. Respondendo a um deputado que acoimava de pouco liberal o texto do projeto, Evaristo declarou que não entendia por liberal desmantelar o Poder Executivo e investir de atribuições exorbitantes o Legislativo. Além disso, era naturalíssimo que os homens responsáveis pelos destinos e pela orientação do governo desde 7 de abril de 1831 quisessem ver resolvido de uma vez o pro-

blema da Regência até a maioridade de d. Pedro II, ao invés de renová-lo dentro de quatro anos. Venceu, porém, a corrente favorável à limitação do prazo do mandato regencial, por 50 votos contra 34. Foi destarte a Câmara mais liberal do que Evaristo, Vasconcelos, Limpo de Abreu e Paula Araújo, estabelecendo no Brasil uma verdadeira república provisória.

Terá Evaristo ficado satisfeito com a reforma constitucional, malgrado as modificações feitas no projeto de Vasconcelos? A julgar pelas felicitações enviadas pela "Defensora" à Câmara e pela mensagem aos membros da Comissão Especial, é fora de dúvida que ficou. Os cumprimentos à Câmara excederam até os limites da moderação habitual de Evaristo, na adesão à "obra sublime" realizada.[152]

Obra sublime não seria, mas ao partidário da revolução pacífica, das reformas sem subversão da ordem, devia parecer imenso o alcance do passo que se dera. Era quase um milagre que, no meio de tantas tormentas, de lutas tão apaixonadas, de uma tão profunda divisão dos espíritos, se pudesse ter chegado à transação do Ato Adicional. Das glórias desse feito a maior parte cabia sem sombra de dúvida ao jornalista da *Aurora Fluminense,* ao deputado por Minas Gerais, ao livreiro da Rua dos Pescadores, grande guia político, que vencera apoiado nas três virtudes máximas que o distinguiam – firmeza, moderação e desinteresse.

152. *Aurora Fluminense*, nº 943, de 11 de agosto de 1834.

. . . .

Capítulo VII

MODERAÇÃO E REGRESSO. EVARISTO E VASCONCELOS. A ELEIÇÃO DO REGENTE ÚNICO.

AS MAIORIAS PARLAMENTARES que sustentaram os governos no período entre 1831 e 1834 foram sempre diminutas e instáveis e só pelo prodígio da influência de um homem como Evaristo elas se mantiveram. Mas não houve nunca coesão nem disciplina partidária. A relativa facilidade com que se votou a reforma constitucional teve em boa parte explicação no pavor da volta de d. Pedro I. Ultimado o Ato Adicional, e morto a 24 de setembro de 1834 o primeiro imperador, a desagregação dos moderados, que constituíam as maiorias da Câmara, se processaria com grande rapidez. Mas, das três correntes de opinião que disputaram a primazia logo depois do 7 de Abril – moderados ou chimangos, restauradores ou caramurus, exaltados ou farroupilhas – a que se esgotou mais depressa foi a última.

Na *Aurora* de 14 de julho de 1834, respondendo a um artigo de Borges da Fonseca, em *O Repúblico,* Evaristo dizia: "o que os chimangos querem é no fundo a república sem o nome de republicano, dentro

do regime estabelecido [....]" "os republicanos mais sensatos pensam hoje deste modo e não desejam brigar por palavras [....]" "na grande questão que nos ocupa na peleja de vida e morte, não há senão dois partidos no Brasil: chimangos ou amigos da revolução [de 7 de abril], caramurus ou inimigos dela". E em discurso na Câmara, na sessão de 25 de setembro, aludia a novas tentativas restauradoras (o duque de Bragança morrera na véspera!), a um recrudescimento de atividade por parte dos caramurus que espalhavam aterradores boatos pela cidade, como fossem a deportação de todos os brasileiros adotivos e o apunhalamento de vários senadores.

Mas o espantalho caramuru desapareceu de um golpe com a notícia da morte de d. Pedro, chegada ao Rio nos primeiros dias de dezembro de 1834. A atitude de Evaristo diante dessa notícia foi mais uma prova de sua retidão de sentimentos. Ele que atacara com tanta rudeza o ex-monarca, que meses antes o chamara de "estrangeiro" e, com evidente injustiça, amesquinhara a sua parte na Independência, já agora o julgava com serenidade: "o ex-imperador do Brasil não foi um príncipe de ordinária medida; existia nele o germe de grandes qualidades, que defeitos lamentáveis e uma viciosa educação sufocaram em parte [....]" "Se existimos como corpo de nação livre, se a nossa terra não foi retalhada em pequenas repúblicas inimigas, onde só dominasse a anarquia e o espírito militar, devemo-lo muito à resolução que ele tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independência [....]"[153]. Era um julgamento exato acerca do homem a quem combatera e tanto mais valioso quanto vinha na hora em que as paixões ainda estavam em grande exaltação.

Desaparecia automaticamente o dilema chimango/caramuru, e "os republicanos mais sensatos" já não "brigavam por palavras", sofrivelmente satisfeitos com o Ato Adicional. Que devia fazer-se então? Esperar pacientemente que as instituições, com o apoio do tempo, fossem dando os frutos desejados, como queria Evaristo?[154] Nem todos tinham a mesma confiança. O mal-estar dos três últimos anos perdurava, a execução da reforma constitucional enchia de temores a muita gente e as ambições e

---

153. *Aurora Fluminense*, nº 987, de 3 de dezembro de 1834.

154. *Anais* da Câmara, 1834, tomo II, pág. 292.

os ressentimentos continuavam a manifestar-se, influindo na conduta dos homens públicos. Esgotara-se acaso o programa do partido moderado? Havia risco de que os seus adeptos se deixassem dominar pelo contágio de um surto "exaltado", pela ânsia de reformas mais ousadas, uma vez que para contê-los já não existia mais o partido restaurador?

Não se tratava de um perigo imaginário. Evaristo, pouco antes da morte de d. Pedro, dissera: "não temo que o Brasil se despotize, temo que se anarquize; temo mais hoje os cortesãos da gentalha que aqueles que cheiram a capa ao monarca."[155] Quem assim pensava, não se atiraria a aventuras inovadoras, máxime quando com a própria reforma constitucional realizada, apenas se conformara, aceitando o que lhe parecera ser a aspiração geral das províncias. Nestas condições, não estaria para ele terminada a missão dos moderados, missão que se lhe afigurava de caráter permanente no jogo dos interesses e das paixões que agitavam o país, missão em ultima análise dos partidos políticos que, não descurando do progresso, defendem intransigentemente a ordem.

Os moderados tinham prestado serviços imensos, preservando o país da anarquia resultante da "insubordinação da tropa, da ousadia imoral da imprensa periódica, da corrupção dos magistrados, dos vícios da lei e do atraso da civilização,"[156] "com a dissolução do exército, com a criação da milícia nacional, com o desenvolvimento das forças que a ordem pouco a pouco desdobrara"; e assim procederam procurando realizar "progressos na ordem". Mais do que nunca, na fase que se abria ao Brasil, com a experiência descentralizadora do Ato Adicional, era necessária a ação dos moderados, sob pena de se dissolverem os laços ainda frágeis da unidade nacional, pela influência dos mesmos fatores de desagregação operando ativamente desde 1831 e agora encontrando ambiente mais propício; à execução da reforma constitucional devia presidir um espírito de circunspecção e prudência.

O certo é, porém, que o partido da moderação, mal se votou a reforma constitucional, entrou em crise de dissolução, ou melhor, de transformação, tomando-o de início o estado de "apatia", causador do

155. *Anais* da Câmara, 1834, tomo II, pág. 198.

156. *Novo Farol Paulistano, apud Aurora Fluminense*, nº 1083, de 19 de agosto de 1835.

"melancólico descontentamento", a que se referiu Evaristo[157]. Estavam os moderados nessa espécie de sono letárgico, quando sobreveio a notícia da morte do ex-imperador. De súbito desaparecia uma forte e aguerrida facção e numerosos chefes e elementos políticos, alguns de grande valor, ficavam sem programa e em completa disponibilidade.

Nesse momento, o homem de mais alta inteligência entre os moderados, e que acabara de prestar ao partido os melhores serviços na confecção do Ato Adicional, teve prontamente a noção do rumo a seguir e da ação a desenvolver. Esse homem foi Bernardo de Vasconcelos. Conservador desde a *Exposição de Princípios* do Ministério Feijó, conservador por temperamento e convicção, animou-o sem dúvida o desejo de fazer "parar o carro revolucionário"; mas agiu também ao impulso de ressentimentos por não ter sido escolhido senador, nem nomeado ministro na hora em que entrava em execução a reforma constitucional.

Entre os moderados a harmonia já não fora perfeita na votação do Ato Adicional, destacando-se as atitudes divergentes de Honório Hermeto e Rodrigues Torres. A ocasião parecia oportuna à fundação de um novo partido, que congregaria os descontentes do partido moderado, os principais elementos do extinto partido caramuru e outras figuras, como Araújo Lima, que se tinham mantido equidistantes ou neutras nas lutas dos últimos anos. "Terceiro partido", ou "partido do regresso", núcleo do futuro partido conservador do Segundo Reinado, tal foi o plano de Vasconcelos, a cuja realização se entregou com toda a aspereza do seu temperamento de solitário, indo direto aos fins visados, sem se preocupar muito em manter coerência formal com certas atitudes recentes, sem resguardar suscetibilidades de antigos companheiros. E assim, quase de repente, Evaristo e Vasconcelos, tão solidários ao tempo do Ministério de Feijó, tão unidos durante a discussão do Ato Adicional, desentenderam-se, separaram-se, opuseram-se como adversários e até como inimigos.

Em verdade, eram dois homens profundamente diferentes. Em Vasconcelos, à inteligência poderosa e lúcida não correspondia a sensibilidade;

---

157. *Anais* da Câmara, 1834, tomo II, pág. 292.

Vol. 8. *Rio de Janeiro, Quarta feira 30 de Dezembro de 1835.* N. 1136.

Aurora Fluminense.

Publica-se ás segundas, quartas, e sextas feiras na Typ. e Livraria de R. OGIER, rua do Ouvidor n. 188, onde se recebem as assignaturas 4,000 reis em papel por semestre, pagos adiantados: os numeros avulsos vendem-se nas lojas do costume.

Pelo Brazil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independencia
He a nossa obrigação.

Ao terminarmos a nossa carreira como jornalista, depois de oito annos de huma jornada em que não nos faltárão desgostos, encommodos e perigos, parece proprio que lâncemos as vistas sobre o caminho que percorremos. Cumpre tambem dár conta ao Publico cujos interesses nos propozémos a servir, do que fizemos nesse periodo de tempo, para que elle, comparando a nossa exposição, com o conhecimento que tem dos factos, avalie e nos julgue. Em Dezembro de 1827, começámos com a redacção da *Aurora Fluminense*. Nessa epocha, as desordens de hum Governo que em vão hoje se intenta justificar, e a exageração que taes desordens ou tinhão feito nascer ou alimentavão, parecião haver dividido os jornalistas em dois partidos igualmente irritados, e ao que se nos afigurou, igualmente desviados dos limites do justo. Em huns, o dezejo de vestirem a nossa monarchia com as galas e velhos atavios que o regimen gothico legou áos Povos Europeos, em outros, a idea da republica que se enfeitava com as nobres cores da liberdade, manifestavão-se com pequeno disfarce, e quanto a nós, comprommettendo do mesmo modo a prosperidade e os destinos do Brazil. Escasso era o numero dos que buscavão o justo meio, condemnando quér as visões do republicanismo, quér os sonhos não menos absurdos, da monarchia aristocratica. A esses poucos soldados veio a *Aurora Fluminense* reunir-se. Reflectindo sobre o Brazil, examinando, segundo cabia em nossas debeis faculdades, as instituições patrias, bem como o estado e progressos da intelligencia e da industria de seus habitadores, entendemos que o Governo mais conveniente para nós, era o Monarchico Constitucional Reprezentativo, em que os dons da liberdade podem ser melhor saboreados, no remanso da paz que elle offerece, contidas as facções com o prestigio da Realeza. Mas não podémos vêr a necessidade de que essa Monarchia no Brazil, tivesse de ser arreada com todos os pezados enfeites que a Meia idade e o atrazamento da civilização lhes prendeo nas Nações antigas. Hum Governo cujo Chefe seja hereditario, para impôr silencio ás ambições mais formidaveis, cujos subditos não estejão divididos em castas inimigas e com interesses diversos; huma Monarchia reprezentativa, fundada sobre as bazes da industria, da economia e da vontade nacional, pareceonos problema facil de resolver-se no Brazil, e o sistema politico que a nossa Constituição creara. Neste intuito, nós tratámos de dár honra ás profissões uteis que o desdem de huma fidalguia improvisada feria de plebeismo; elevámos a seus proprios olhos a industria, a agricultura, e o commercio, fazendo notar que não só os funccionarios do Governo são merecedores de consideração, que estes vivem do producto das rendas, dos impostos pagos pelas classes industriaes. Esforçámo-nos por combater as insidias com que se trabalhava por estabelecer no Brazil huma nobreza privilegiada, e por manter hum exercito colossal, muito superior aos nossos meios e recursos. Ao furor dos empregos publicos que temos como huma chaga aberta no Corpo social, oppozémos as doutrinas que chamão os cidadãos ao amor do trabalho e das profissões independentes a que os preconceitos vulgares assignavão hum gráu inferior nas jerarchias. Se hum exercito numerozo, tal qual então se anhelava e se pertendia sustentar, attacava a prosperidade do paiz, as tentativas para plantar aqui a fidalguia Europea, não serião menos funestas, ou fosse que, chegando a favoravel exito entorpecessem o progresso da industria e desviassem por huma senda erradia a actividade dos espiritos, ou que, como era mais natural, servissem apenas para excitar odioza emulação e huma lutta que convinha muito poupar ao paiz. Não he huma Monarchia conquistadora, e radiante do esplendor de orgulhoza nobreza, que póde firmar-se no Brazil e fazer a sua felicidade.

Porém se a *Aurora Fluminense* não cedeo aos vottos de huma desastroza imitação com que se quiz copiar n'um paiz novo, institui-

O derradeiro artigo de Evaristo na *Aurora Fluminense*

ções de que as mesmas Nações velhas se vão desfazendo cada dia, não póde ella pactuar de modo algum com o phrenesi que ameaçava toda a ordem social, e que a pár dos principios do regimen do Estado abalava os da Moral. He a este titulo que o nome de *moderado* nos foi imposto, como hum estigma afrontozo. Taxou-se de servilidade o nosso aferro ao sistema monarchico constitucional, e a *Aurora Fluminense* começou a acharse nesse passo difficil em que de dois extremos oppostos soffreo dura guerra, aonde as accusações de huns podião ser outras tantas apologias, em resposta ás accusações dos outros. Finalmente, os erros do Governo e seus excessos, o enthuziasmo e inexperiencia do Povo levárão o paiz áquella doloroza situação em que elle se vio no mez de Março de 1831. De hum lado o Monarcha — do outro a Nação: — a escolha da *Aurora* não podia ser duvidoza, tanto mais que era, pondo-se da parte da Nação, que podia contribuir para salvar a monarquia constitucional, e com a monarquia, o Brazil. Não avaliemos esse estado de coisas, pelas ideas que hoje parecem preponderantes, nem julguemos que as mesmas impressões, os mesmos preconceitos então dominavão. Transportemo-nos áquelle tempo, pezemos com imparcialidade as circunstancias, as mutuas suspeitas e as disposições dos animos, e confessaremos, a querermos ser sinceros, que a revolução era inevitavel, porque o Monarcha e a Nação se tinhão divorciado, depois de huma serie de acontecimentos que devem de estar prezentes á memoria de todos e que escusamos enumerar. A linguagem energica que a *Aurora Fluminense* ergueo nos dias de Março, tem sido acremente censurada, desde que a exageração mesma dos resentimentos trouxe após si a acostumada reacção; estava ella comtudo a pár das exigencias da crise, e para tornarem-a odioza, forçozo foi aos nossos detractores, truncarem nossas palavras e dár-lhes hum sentido muito diverso do que lhes pertencia. Mas o nosso fim não he agora assoprar o fogo de mal extinctas rivalidades, e passaremos rapidamente á epocha immediata á da exploção revolucionaria. As paixões enthuziasticas havião occupado o lugar dos conselhos prudentes; huma perseguição desordenada, e o regimen de exclusões funestissimas promettião ao Brazil a subversão. A popularidade mostrava-se inherente á manifestação de sentimentos e de principios, analogos á effervescencia de hum patriotismo destruidor. Não duvidámos prescindir da popularidade, e empregando os meios que tinhamos ao nosso alcance, puzémos mãos á obra, e curámos sem demora de conter a torrente que trasbordava e que hia innundar tudo. O nosso maior cuidado foi o de firmar as verdadeiras ideas de liberdade, condemnando toda a especie de injustiça, e de exterminio, embora tivesse por pretexto vingar as injurias da Nação. As injurias da Nação só se vingão com a lei e observados os seus dictames. Apontárão-nos como hum traidor, como inimigo de nossos proprios patricios, como homem vendido aos interesses do estrangeiro: supportámos essas injurias, esperando que não tardaria a raiar o dia da razão. Hoje que passou a febre, contamos que se fará justiça, ao menos ás nossas intenções. Muitos prejuizos fataes forão destruidos ou desacreditados complettamente; o patriotismo tomou feições mais doces, e os homens que n'uma revolução querião vêr a justificação de todas as outras, aprenderão a desenganar-se. A *Aurora Fluminense*, nessa crise importante que esteve a decidir de nossos destinos, prestou algum serviço á ordem publica, visto que sobre ella então desabou com furor desmedido, a colera dos anarchistas e dos homens illudidos, ou enthuziastas.

Deixou de ser hum misterio, que se tentou, que se trabalhou e muito para que D. Pedro 1.º voltasse ao Brazil, querendo-se que na qualidade de Tutor, na de Regente durante a menoridade de seu Augusto Filho, ou a qualquer outro titulo, elle governasse outra vez o Imperio. Alguns tinhão talvez em vista, ao entrarem nessas tentativas, a consolidação da monarchia que julgavão vacillante, outros e em muito maior numero, procuravão satisfazer os vottos da sua ambição, ou tomar por este meio vingança das novas, aborrecidas influencias. Então, tratou-se sistematicamente de desaccreditar o Governo estabelecido, de arrancar-lhe a mesquinha força que lhe restava, de suscitar-lhe embaraços que empecessem á sua marcha regular, e nas hesitações e erros que provinhão desses mesmos embaraços, achavão os descontentes pretexto para erguerem altos clamores, e para dispôrem a opinião em favor da idea que reputárão salvadora. Nós não podémos vêr nessa idea senão hum principio destruidor que dissolveria o Império, depois de ter aviltado o paiz. Supponde mesmo que D. Pedro 1.º viesse com os melhores designios, decidido a esquecer o passado, e a cuidar no futuro, a condição do Brazil nem por isso seria melhor. He nos sentimentos do partido reactor que tinha elle de appoiar-se, e os partidos reactores sempre implacaveis não se accreditão seguros, sem sacrificarem muitas victimas. Nem comprehendemos que D. Pedro 1.º podesse governar o Brazil, tranquillo, e sem encontrar a cada passo em varios pontos resistencia armada, sem ser perturbado o seu dominio por amiudadas conspirações e levantes em diversas provincias. Para subjugá-las, para impôr freio aos que na restauração vissem o opprobrio dos Brazileiros, forçozo fôra lan-

çarmo-nos outra vez nas exagerações do apparato militar, com os dispendios enormes que ellas nos custárão; e o unico fructo a colher desses sacrificios, seria por hum lado a oppressão de hum Poder desconfiado e receozo, por outro lado, os horrores da guerra civil. O redactor da *Aurora Fluminense* julgou-se obrigado a combater com todos os seus recursos o partido restaurador. Não era huma linguagem molle e cortez que convinha empregar na peleja, tendo em frente huma facção que ganhava a todas as horas terreno e ouzadia, que apparecera já com as armas na mão, e que aproveitando as circunstancias, o ardor e a inquietação natural dos espiritos, depois de huma transição revolucionaria, recrutava soldados numerozos em todas as classes da sociedade. Não disfarçámos aos nossos olhos os perigos que hiamos correr, os odios que hiamos suscitar, a tempestade que vinha formar-se sobre a nossa cabeça; mas a nossa posição e principios, nos impunhão hum dever a que não faltámos. O Brazil, a maioria da Nação applaudio aos esforços dos patriotas que não desesperárão então da sorte do paiz e que em huma lutta incessante, contra o adversario que tomava todas as figuras, segundo a occurrencia, desfizerão constantemente os planos da retrogradação. Quanto mais o partido se afanava por derribar o Governo, por minar-lhe a fragil baze em que se sustinha, tanto mais nos cumpria empenharmo-nos na sua sustentação e defeza. Ao redor do Governo legal, se reunião os defensores da ordem estabelecida, tanto os que acreditárão na necessidade da revolução de 7 de Abril, — como os que, sem a terem acreditado, não entendêrão que novas revoluções fechassem o passo que a primeira tinha aberto. Nessas fileiras combateo a *Aurora Fluminense*, se com algum successo, digão-o os seus adversarios, e certamente ella o fez com vontade limpa, com o dezejo sincero de poupar ao paiz a afronta e as desgraças que se lhe preparavão. Não; nós não eramos o cortezão dos ministerios que se succedêrão depois de 7 de Abril, como se quiz inculcar, e muito menos fomos o seu director, arbitro, e principal conselho. Julgámos porêm, no precipicio em que estivemos, que valia mais disfarçar-lhes alguns erros, do que cahirmos nas mãos de quem suspirava manifestamente pelo regresso de D. Pedro 1.°, e pelo regimen da reacção. Na calma das paixões, em tempos tranquillos, esperamos que os nossos mesmos detractores concordem comnosco a esse respeito. No fundo de seus corações talvez já hoje muitos o reconhecem.

Mas a *Aurora Fluminense* tem sido arguida de contradictoria; tem-se notado que ella, combatendo as exagerações republicanas, pouco depois travára peleja contra as exagerações monarchicas; será isto com effeito huma contradicção? Evitámos os dois extremos; e semelhante procedimento mostra que havemos trilhado o caminho medio, igualmente desviado de ambos elles. Não duvidamos comtudo que, no decurso de oito annos, entre as agitações em que a patria esteve proxima a succumbir, a *Aurora Fluminense* tenha considerado sob diversos pontos de vista, as mesmas questões, e que na escola da experiencia aprendesse a reformar algumas de suas opiniões e doutrinas; mas o seu fim tem sido sempre o mesmo — a maior liberdade do paiz que fôr compativel com a ordem, — os seus principios politicos — os do Governo monarquico representativo, sem a liga do elemento aristocratico. — Ella tem sido tambem taxada de parcialidade nos seus juizos, na maneira porque julgou as pessoas e os acontecimentos. Quem, que homem póde ser isento de semelhante culpa? No trato commum, nas relações intimas da amisade, nas circunstancias ordinarias da vida somos impressionados mais ou menos, pelas prevenções, pelas simpathias, e os nossos juizos se ressentem dessa dispozição do nosso espirito. O que diremos daquelles que se lanção no golphão tempestuozo das contestações politicas, em epochas difficeis e que tem de misturar-se na lutta dos partidos? Exigir delles que nunca franqueem a linha da imparcialidade, e que em todas as suas opiniões escriptas, ou de outro modo emittidas mantenhão a balança ourofio, seria exigir o impossivel. O bem publico mesmo obriga muitas vezes a callar algumas coisas e sem trahir á verdade, a dizer dos cidadãos que figurão sobre a scena politica, só aquillo que convêm ao paiz. Mas se os nossos juizos, huma ou outra vez tem sido inexactos ou apaixonados, nunca, (e em voz alta o dizemos) nunca tivemos a intenção de calumniar ainda os nossos mais rancorozos inimigos; jamais descemos a lançar mão desse meio abominavel, e que nenhumas circunstancias justificão. Nas polemicas que contra a *Aurora Fluminense* se tem sustentado, a nossa vida privada, os nossos habitos externos, as nossas relações mais queridas forão dilaceradas por hum modo indigno e que não podia deixar de exacerbar o coração mais frio. Nunca pagámos na mesma moeda, e o recinto da caza do cidadão foi sempre para nós hum sanctuario que não era dado violar. E oxalá que por vezes, no cuidado da defeza propria, não tivessemos sido arrastrado a pôr de parte os negocios publicos e as grandes questões sociaes, para tratarmos da apologia da nossa conduta e para retribuirmos a nossos detractores, apontando na carreira da sua existencia publica, os erros ou crimes com que se manchárão! Mas sirva-nos de escusa a perfidia mesma, o furor com que havemos sido attacado, a arte insidioza pela qual, mistu-

[4276]

fando-se mentiras e verdades, e confundindo-se tudo estudadamente, se procurou deshonrar-nos na opinião de nossos compatriotas, bem como a precisão em que nos vimos, de fazer apparecer em toda a sua luz, a perversidade dos calumniadores. Se démos á polemica maior espaço do que cumprira, se em varias occaziões, ella imprimio nos artigos da *Aurora Fluminense* huma côr de personalidade que aborrecemos, trabalhámos sempre para que nessas mesmas discussões fossem expendidas verdades uteis e bons principios, e nos esmeràmos em guardar linguagem decente, apezar das provocações ignobeis dos nossos adversarios. Infelizmente, não erão doutrinas e crença politica o que elles querião dilucidar, nem as opiniões da *Aurora* o que elles examinavão: tratava-se de abater, de ultrajar, de desconsiderar hum homem, importuno ás facções, porque o encontravão no seu caminho e lhes retardava o passo. Em consequencia disso, as contestações entre a *Aurora Fluminense* e os seus antagonistas, tomárão a miudo hum aspecto que nos contristava, ainda achando desculpa na natureza das aggressões que se nos dirigirão.

Deitando os olhos pelo passado, e recordando o que nos diz respeito, nesses oito annos que correrão desde Dezembro de 1827, o redactor da *Aurora Fluminense* não tem a lembrar só contratempos, injustiças e aggravos. O Publico, por mais de huma vez honrou o nosso jornal com benevolo accolhimento, que poderão grangear-nos apenas bons dezejos, e alguma coragem no desempenho da empreza começada. Elogios de muito preço para o coração bem formado, attenta a origem de que emanavão, vierão suavizar o amargor de tantas injurias, de tantos ultrajes, de tantas torturas moraes com que fomos atormentado. Nossos mesmos inimigos, occupando-se em varias epochas, quasi exclusivamente com a *Aurora Fluminense*, e attribuindo-lhe a mais vasta influencia, contribuião para desfazer nos espiritos, a impressão que suas acerbas censuras podião ter feito nascer. Se a *Aurora Fluminense* fosse o que dizião; se ahi a moralidade, os principios, o decoro, a razão a cada passo se vissem pizadas a pés, impossivel seria que exercesse alguma preponderancia e que achasse graça entre tantos de nossos concidadãos. Deixemos porêm de parte essas disputas e fruições do amor proprio: não he pelos elogios ou pelas offensas que recebeo durante a sua existencia, que a *Aurora Fluminense* será julgada pela Razão desprevenida. Fez ella algum serviço ao paiz? Trabalhou com o seu acanhado contingente, na causa da ordem, e dos melhoramentos sociaes? Contribuio com hum grão que fosse, para esse deposito de ideas sans que o povo recebe, e que constituem pouco a pouco a educação nacional? — Certamente nós não podemos ser Juiz neste processo, mas se o amor proprio de todo nos não engana, cremo-nos habilitado para dizer que sim. Se havemos feito guerra ás exagerações de qualquer genero, se constantemente desapprovámos os excessos e a violencia, se alentámos com a nossa debil voz o homem industriozo, nas suas fadigas e trabalho, se repellimos as suggestões de hum patriotismo feroz, se procurámos anniquillar as phantazias da nobreza e da conquista, a *Aurora Fluminense* ganhou algum titulo, para que o julgamento do seu paiz, pezadas todas as coisas, a final lhe seja favoravel. Ao menos lisonjeamo-nos com essa esperança; e ella foi sempre para nós o mais firme appoio em qualquer contrariedade. Não que entendamos que temos sido livre de erro, ou que o nosso jornal póde ser aprezentado como modelo aos que houverem de escrever no Brazil. Deplorariamos a condição da nossa patria, se dentro de algum tempo, não avultasse ahi o numero dos que preencherão a tarefa, mais habilmente e melhor. Mas na epocha em que a *Aurora Fluminense* principiou a sua carreira, o exemplo que deo, talvez foi util, porque era menos commum que huma folha liberal deixasse de pender para os precipicios da democracia, e hum jornal da opposição para os excessos anarchicos. Sobre os motivos que podémos ter para acabar agora com a redacção do periodico que escrevemos, talvez não interessão elles ao Publico. Diremos comtudo que não o teriamos feito, se julgassemos precizo ainda o sacrificio do nosso repouzo, e da paz e tranquillidade do nosso espirito, no afan de jornalista. Mas pareceo-nos que era chegada a epocha em que podiamos retirar-nos da arena, sem labéo para nós, e sem detrimento para a causa publica. As tentativas da restauração frustrárão-se com a morte de D. Pedro 1.º, os sonhos da republica esvaecem-se de todo; o homem da confiança da maioria da Nação está occupando a cupula do Edificio social, no segundo quatriennio da menoridade do Sr. D. Pedro 2.º; e huma notavel mudança que se opera nos espiritos, parece conduzir a população para os cuidados da paz, da industria, e dos melhoramentos. Os vottos do redactor da *Aurora Fluminense* estão pois em grande parte preenchidos, e o que resta a fazer, he mais obra do legislador do que do jornalista.

—O Redactor da *Aurora Fluminense*
Evaristo Ferreira da Veiga.

Roga-se aos Srs. Assignantes da *Aurora Fluminense*, que ainda devem a sua assignatura, o obzequio de mandarem pagá-la nesta Typographia, visto terem sido procurados varias vezes, para o mesmo fim, e não ter sido possivel encontrá-los.

Rio de Janeiro. 1835. — Typ. de R. OGIER, rua do Ouvidor n. 188.

faltava-lhe ternura humana e aquela delicadeza – ou tibieza – moral que inibe certos homens de chegar às últimas consequências de uma convicção ou de um ato, que os impede de assumir a atitude despojada de hesitações, escrúpulos e compromissos que seria o cinismo grego. Por isso ele não teve constrangimento em abandonar os melhores companheiros da véspera, condenando-os por feitos e ações de que fora partícipe, desde que se persuadira da necessidade de seguir outro caminho. Em Evaristo, ao lado de uma inteligência clara e ágil, havia doçura, havia um coração sensível, um grande temor de passar por incoerente ou versátil, um maior apego às suas amizades. Vasconcelos era um realista frio, conformado com as circunstâncias; Evaristo mais idealista, inclinado a subordinar a realidade a princípios superiores.

Bem consideradas, porém, as coisas, nenhuma divergência substancial os dividia: o "regresso" de Vasconcelos não contradizia a "moderação" de Evaristo: era apenas uma evolução, uma transformação. O "regresso" consolidava por assim dizer a obra da "moderação", uma vez que, sem pretender cancelar a reforma constitucional, procurava incorporar ao partido da ordem os bons elementos caramurus e obter a colaboração de outros que se tinham conservado neutros ou indiferentes. Não era tão largo, pois, o dissídio entre Evaristo e Vasconcelos. O fortalecimento da autoridade que o segundo ia preconizar, constituía para o primeiro uma necessidade por ele apregoada em todas as suas campanhas desde o 7 de Abril e mais uma vez ainda por ocasião dos debates acerca do Ato Adicional: "Governos de sua natureza fracos, instituídos de maneira que não possam servir para coisa alguma, melhor é que não hajam."[158] Mas o que os separava, além das diferenças de temperamento, eram as paixões do momento, as inclinações ou simpatias por este ou por aquele indivíduo, os ressentimentos e as queixas, os processos e os meios para atingir o mesmo fim.

Uma grande questão surgia, a ser resolvida no estrito terreno pessoal: a escolha do regente único, de acordo com os artigos 26 a 29 do Ato Adicional. Desde logo as preferências de Evaristo se manifestaram: o seu candidato era Feijó, o forte, o probo ministro da Justiça de 1831. Na

---

158. *Anais da Câmara*, 1834, tomo II, pág. 198.

Aurora de 19 de setembro de 1834, já aludia ao grande susto, que se apoderava dos "anarquistas", toda a vez que se lhes falava na eleição de Feijó: "o medo é grande de o verem elevado à dignidade de regente".

É curioso como Evaristo, homem de tato, com altas qualidades de condutor político, não via os defeitos do padre paulista, a sua falta de ductilidade, a sua incapacidade para um posto em que a atitude habitual deveria ser a de árbitro das correntes de opinião, fiel de balança no jogo dos interesses opostos. Mas o que ele temia acima de tudo era a desordem, a insegurança, a anarquia. Por outro lado, dentre os políticos filiados à moderação, não havia grande escolha. Não tendo jamais pensado no próprio nome, não podendo cogitar de um Honório Hermeto ou de um Rodrigues Torres, com menos servicos que Feijó e dissidentes na hora do Ato Adicional, desencantado de Bernardo de Vasconcelos, só mesmo o mantenedor da ordem em 1831-1832 se lhe impunha.

Mais arraigado ficou nessa convicção, à vista da candidatura de Holanda Cavalcanti, que surgiu, com probabilidades de vitória. Holanda para Evaristo era um "homem reconhecidamente arrebatado, frenético, cuja inabilidade política a experiência demonstrara, com fumos de fidalguia, suspeito de separação, pouco afeito às instituições ultimamente decretadas"[159]. Dos outros nomes falados, Araújo Lima parecia-lhe pouco simpático à revolução de 7 de abril, e Caravelas, sem probabilidade de triunfo. Quanto a Costa Carvalho, que foi objeto de sérias cogitações, só poderia vencer se não se tivesse verificado a cisão entre os moderados. Restava Francisco de Lima e Silva, mas a experiência já feita não aconselhava a sua recondução no posto. O homem era mesmo Feijó; e, assim persuadido, Evaristo fez a campanha para realizar o que vaticinara em 1832, logo depois do malogro do golpe de Estado de 30 de julho: "A regência deve ser exercida por um só homem. Diogo Feijó vai para São Paulo e dentro em breve há de voltar como regente do Império."[160]

Campanha cheia das mesmas agruras que as anteriores, em que não lhe faltariam injúrias e apodos. A *Aurora* encontrava agora pela frente o *Sete de Abril,* inspirado por Vasconcelos, e o *Pão de Açúcar, ó*rgão da candidatura de Holanda Cavalcânti. Rivalizando com a *Gazeta do Brasil,* com a

159. *Aurora Fluminense*, nº 1.034, de 1 de abril de 1835.

160. Egas, *Diogo Antônio Feijó*, pág. 161.

Nova Luz, com o *Caramuru,* o *Sete de Abril* e o *Pão de Açúcar* atacavam Evaristo, sem maiores escrúpulos, sem respeitar coisa alguma. Acompanhar hoje com isenção os escritos desses jornais contra a *Aurora Fluminense* é verificar a invariável má-fé, a inteira falta de probidade com que se conduziam.

Torcer, truncar tudo quanto dizia Evaristo, interpretar malevolamente as suas intenções mais transparentes, emprestar-lhe móveis subalternos, foi a empresa desses adversários implacáveis. Mais do que isso: ao homem desinteressado que não quis nunca ser ministro, que desdenhou invariavelmente o poder, que jamais exerceu qualquer emprego ou função pública, a não ser a de deputado por Minas Gerais, continuando modestamente com a sua loja de livros nos tempos de maior prestígio, acusaram de ser um ambicioso, e um gozador, de ter-se aproveitado da revolução de 7 de abril e acumulado "assombrosa fortuna", à custa de felizes negócios como o da compra da casa da Rua dos Pescadores, nº 49, feita ao "bom marquês de Jundiaí por menos da metade do seu valor."[161]

Serenamente, sem de longe servir-se das mesmas armas, Evaristo respondia, desafiando que dessem a mais leve prova: "éramos deputado, jornalista e livreiro antes da revolução; livreiro, jornalista e deputado somos ainda hoje. Podemos dizê-lo com ufania: a revolução não aumentou nem um ceitil a nossa medíocre fortuna". E repetindo mais uma vez a história de sua vida, mostrava os recursos de que podia dispor, provenientes da sua casa comercial: "desde 1823 temos um estabelecimento de livraria e não tão pequeno, como ao grande gênio do *Sete de Abril* pareceu: ao menos no Rio de Janeiro não haveria maior". Precisaria um homem de costumes sóbrios, que tinha o subsídio de deputado, a renda do seu jornal, com assinaturas no Brasil inteiro, e mais que tudo era dono da maior livraria do Rio de Janeiro, entrar em cambalachos com o marquês de Jundiaí para comprar-lhe uma casa por menos da metade do custo?

Também a Aureliano Coutinho o *Sete de Abril* acusou de se ter deixado subornar, como ministro da Justiça, pelo mesmo marquês. A defesa de Aureliano foi cabal e o que dela se depreende é que Jundiaí[162] era real-

---

161. *Aurora Fluminense*, nºs. 1.125 e 1.131, de 27 de novembro e 14 de dezembro de 1835.

162. Joaquim José de Azevedo. – Antes de ser marquês de Jundiaí fora barão e visconde do Rio Seco. Português de nascimento.

mente, na simplicidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, uma espécie de nababo. Jundiaí emprestara a Aureliano Coutinho móveis e alfaias para dois bailes que dera, como fizera com todo o mundo, desde o tempo de d. João VI. Para as festas da coroação de d. Pedro I, para as do casamento deste com d. Amélia, para o baile em regozijo pelo restabelecimento do imperador depois do acidente de carro, na Rua do Lavradio, em 1829, sempre as alfaias tinham sido as do rico marquês[163]. Na carta deste, defendendo Aureliano e contando com a sua ponta de vaidade todos os obséquios que fizera, cumpre destacar um trecho em abono dos escrúpulos de Evaristo e é o que diz respeito às festas promovidas pela Sociedade Defensora. Só para essas festas o marquês de Jundiaí não emprestara suas alfaias: "à exceção das da Sociedade Defensora, para todas as demais se tem servido das alfaias da minha casa".

Oito anos de vida pública já tinham habituado Evaristo a suportar animosamente misérias tais. Ferido embora em sua sensibilidade moral, nem por isso mudaria de atitude. No momento, o que o interessava acima de tudo era a eleição do regente, a eleição de seu amigo Feijó.

A 7 de abril de 1835, em todo o Brasil, votaram os eleitores, num total de cerca de 6.000, cada um com direito de sufragar dois nomes. Votos pouco numerosos, mas disputados, votos para cuja obtenção os políticos e a imprensa se esforçaram num trabalho esfalfante. Na véspera do pleito, a *Aurora* antecipou o seu pensamento todo de ordem e de respeito à lei: "Qualquer que seja o eleito o dever dos bons cidaddos é defender a sua autoridade legal contra as facções.[164] Escrevendo essas palavras, Evaristo afirmava a necessidade de acatar o resultado da eleição, fosse embora contrário aos seus desejos. E não o fazia em vão, advertindo a amigos seus menos inclinados a tanta paciência civica.

Francisco de Lima e Silva, regente desde 1831, nas suas hesitações, pensava talvez em desobedecer à decisão das urnas. Em carta a Bento Gonçalves, dizia em 20 de janeiro de 1835: "Não pretendia escrever a V. S. sobre o negócio do regente, porque não só contava com a sua amizade, como para não parecer suspeito. Agora, porém, que chegou a mim a

---

163. *R I.H.G.B.,* tomo LXVI, parte 1ª, pág. 362.
164. Nº 1.036, de 6 de abril de 1835.

notícia de um modo terminante e decisivo que o marechal Barreto [Sebastião Barreto Pereira Pinto], comandante das Armas do Rio Grande do Sul, traidora e perfidamente procura aliciar eleitores dessa província para nomearem Pedro de Araújo Lima, homem inimigo constante das coisas de 7 de abril, do que tem dado sobejas provas até traindo a Regência quando foi seu ministro nos quarenta dias, tudo isso induzido e aconselhado daqui por José Carlos de Almeida Torres e Galvão, autores de toda essa cabala, dirijo-me a V. S. para que ponha todo o seu esforço, a fim de malograr o obscuro enredo do tal marechal, certificando a V. S. que se por desventura aparecer tal homem para regente, não só não lhe entregarei a Regência, como lhe farei sempre toda a oposição: não foi para ver o Brasil perdido que eu e minha família nos sacrificamos em 7 de abril."[165]

Dias antes, em carta a Costa Carvalho, seu companheiro de Regência que se retirara para São Paulo, Francisco de Lima convidava-o a reassumir o seu posto e, falando nas dificuldades oriundas das "exigências de partidos" e na "pouca firmeza do Bráulio Muniz", declarava: "[....] certificando por esta ocasião a V. Exª que ou abandono este lugar que tenho, porque não sei infringir a Constituição, ou tomarei uma atitude inteiramente militar e verei se assim posso salvar-me com dignidade."[166] Eram ameaças de um golpe de Estado e de uma ditadura militar, que não escapariam a Evaristo e que cumpria evitar a todo transe.

Quem fora eleito a 7 de abril?

Com as dificuldades de comunicações e deficiências dos meios de transportes, os resultados chegavam morosamente ao Rio. Grande era a ansiedade. "Cada correio de terra ou paquete do Norte é um alvoroço", notava a *Aurora.* Evaristo esperava a vitória de Feijó, solução ordeira e civil, que daria ao Brasil – ilusão desfeita em pouco tempo – o regente por ele pintado em artigo do seu jornal: "Uma probidade sem nota e sem suspeita, um desinteresse a toda prova, conhecida aversão a todos os hábitos de corrupção palaciana, simpatia cordial pelas instituições, força d'alma para não ser inferior às grandes crises, constância de caráter para

165. Sousa Docca, "Ideologia federativa na Cruzada Farroupilha", *R.I.H.G.B.,* vol. 166, págs. 715-716.

166. Sousa Docca. *R.I.H.G.B.,* vol. 166, págs. 715-716.

levar avante o que empreender no sentimento da utilidade pública [....]" "a principal ciência do regente deve ser a de estimar os homens pelo que valem [....]" "deve pertencer antes ao povo do que às classes que se julgam privilegiadas [....]."[167]

Solução ordeira e civil, em contraste com as comumente adotadas nas doze repúblicas da América, em que governavam sempre militares, mais ou menos generais, mais ou menos caudilhos, inclusive na América do Norte, governada pelo general Jackson. Evaristo queria para o Brasil o governo de um civil que já dera provas de algumas das qualidades do seu modelo de regente; queria Feijó.

No mês de julho, com as notícias recebidas das províncias, já se podia contar com o triunfo do candidato dos moderados. O partido "holandês", como foi denominada a corrente favorável a Holanda Cavalcanti, não estava em disposição de conformar-se pura e simplesmente com o resultado da eleição, cuidava de forçar uma terceira solução: a fim de impedir a posse do padre Feijó arquitetara o plano de antecipar a maioridade da princesa d. Januária e de confiar-lhe a regência do Império. Em carta de julho de 1835, Álvares Machado, maiorista ardente em 1840, contava a Costa Carvalho os pormenores da trama: "o partido holandês tendo perdido a batalha da urna eleitoral apela para a intriga: ele está em maioria na Câmara dos Deputados e quer servir-se desta maioria para dar um golpe de Estado, para fazer uma espécie de 30 de julho: querem fazer passar uma medida legislativa que julgue maior a princesa d. Januária e lhe confira a regência do Estado durante a menoridade do imperador [....] a nova regente governará com um conselho de três membros e esperam os holandeses governar a nação por meio de intrigas de palácio, uma vez que o não puderam fazer pelo voto nacional. A Câmara dos Deputados conta em seu seio 97 deputados; destes, 53 fazem a maioria holandesa, 44 são o núcleo da antiga moderação: e no entanto esses 44 esperam fazer recuar a maioria diante da discussão que será veemente, calorosa e de último interesse: estes 44 unidos em falange cerrada, fortes pela superioridade intelectual, escudados pela Constituição do Estado esperam derrotar aos facciosos e vencer, ou para melhor dizer, desaglomerar uma maioria vacilante, fraca, desunida

---

167. *Aurora Fluminense*, nº 1.036, de 6 de abril de 1835.

por pretensões particulares e composta de anarquistas, de republicanos e absolutistas [....] O Ramiro da Bahia levantará a lebre [....]."[168]

Vasconcelos, decidido a combater Feijó e Evaristo por todos os meios, não estava alheio à trama, tendo declarado mais tarde que havia "desejado a regência da augusta princesa imperial a senhora d. Januária, desejo que nunca excedeu os limites de um pensamento."[169] O plano, porém, ficou "nos limites do pensamento" dos "holandeses": faltou-lhes coragem, faltou-lhes decisão, embora contassem com a maioria da Câmara, segundo informava Álvares Machado e o próprio Evaristo confessava, respondendo a um artigo do *Pão de Açúcar:* "fomos o primeiro a declarar na tribuna e no jornal que a maioria parlamentar tinha passado este ano para o lado oposto."[170]

Em minoria na Câmara, nem por isso Evaristo esmoreceu, intervindo nas principais questões que se agitavam, desdobrando-se em artigos da *Aurora* e em discursos na Câmara. Nesta, ocupava-se de preferência com a iniciativa de Cornélio Ferreira França, concedendo anistia aos crimes políticos cometidos nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais e com os projetos relativos à suspensão de garantias no Pará e ao meio circulante. Sua atitude foi de apoio ao governo, já quanto à suspensão das garantias no Pará, batendo-se pela aprovação do projeto de Aureliano, já no caso da anistia. No tocante a este último, quis que a medida apaziguadora ficasse a critério do governo, com as exceções por ele julgadas necessárias, segundo as "diferentes circunstâncias".

A situação política do país dava sinais de persistência de espírito anárquico, de divisão, de indisciplina. A revolução no Pará era realmente alarmante e no Rio Grande do Sul começava a guerra civil fadada a durar um decênio. Evaristo deveria mais do que nunca ver em Feijó o homem para a ocasião; elevá-lo ao governo lhe parecia a primeira necessidade. A Regência trina estava reduzida a Francisco de Lima e Silva, pois que Costa Carvalho se obstinava em não voltar ao Rio e Bráulio Muniz tinha morrido; a apuração das eleições, feitas em 7 de abril, arrastava-se pela demora

168. João Batista de Morais, *Revolução de 1842*, pág. 47.

169. *Exposição sobre os memoráveis acontecimentos.*

170. *Aurora Fluminense*, nº 1.084, de 21 de agosto de 1835

na chegada das atas e papéis; e a Câmara estava prestes a encerrar a sessão sem que nada de positivo ficasse resolvido.

Os inimigos do padre paulista tentaram aproveitar-se desse estado de coisas, aumentando a confusão. E sustentaram a conveniência de preencher-se, mediante escolha das Câmaras, o lugar vago na Regência, sob a alegação de que não haveria tempo de terminar a apuração da eleição do regente único. Tudo dependeria de Francisco de Lima e Silva, propondo ou não a prorrogação da sessão legislativa. Não é difícil imaginar os esforços de Evaristo para obtê-la. Veio a prorrogação até 20 de outubro, ultimando-se na Câmara a votação de um projeto do Senado sobre a apuração das eleições do regente e, afinal, no dia 5 de outubro, começaram as reuniões conjuntas das duas Câmaras para esse fim.

O primeiro resultado apurado foi o do Rio Grande do Sul. Feijó na cabeça da lista, com 136 votos, seguido por Araújo Lima com 51, Holanda Cavalcanti com 49, Pais de Andrade com 45, e outros menos votados. Apurou-se depois São Paulo, onde Feijó triunfou também com 268 votos, contra 236 a Costa Carvalho, 190 a Holanda, 126 a José Inácio Borges e votos esparsos em numerosos outros nomes; e logo em continuação, Santa Catarina, em que Holanda Cavalcânti venceu com 58 votos, contra 49 a Feijó, 34 a Pais de Andrade, 23 a Araújo Lima.

No dia seguinte, 6 de outubro, procedeu-se à apuração de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Minas foi o baluarte de Feijó – 976 votos contra 533 a Vasconcelos, 95 a Holanda Cavalcânti, pulverizando-se o resto do eleitorado mineiro em algumas dezenas de nomes. Era a supremacia da opinião moderada, da corrente que sofria a influência de Evaristo. Em compensação, a província do Rio de Janeiro deu ganho de causa a Holanda – 277 votos, contra 257 a Feijó, 141 a Araújo Lima, 140 a Rodrigues Torres, 116 a Francisco de Lima e Silva e pequenas votações em vários outros nomes. Para a vitória de Holanda foi decisiva a contribuição da corte, "do colégio do Rio de Janeiro", onde obteve 146 votos, Araújo Lima 98, Lima e Silva 41 e Feijó apenas 39. Demonstrava-se assim a impopularidade crescente dos moderados, no Rio, patente desde as eleições gerais de 1833.

Nos dias 7 e 8, apuraram-se os resultados de Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Ceará, Maranhão e Pará. Feijó venceu ainda em Goi-

ás, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão; Holanda Cavalcânti em Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Paraíba; no Piauí o nome mais votado foi o de Francisco de Lima e no Pará o do arcebispo da Bahia, d. Romualdo.

No dia 9 fez-se a apuração geral e Feijó ficou em primeiro lugar com 2.826 votos, Holanda Cavalcanti em segundo com 2.251, Costa Carvalho em terceiro, com 847, Araújo Lima em quarto, com 760, Lima e Silva em quinto, com 629, Pais de Andrade em sexto, com 605, Vasconcelos em sétimo, com 595. Num eleitorado de cerca de 6.000 votantes, a vitória de Feijó, com pouco mais de 500 votos sobre Holanda, não se podia considerar brilhante e os resultados do pleito deixavam evidente a extrema divisão política do momento.

Não obstante, Evaristo pôde dizer que "pesadas todas as coisas o melhor cálculo é sempre ser homem de bem". O homem de bem era Feijó que, sem ser candidato e relutando até o fim em aceitar a investidura, estabelecendo condições que denunciavam um estado de espírito de lamentável depressão moral, chegava ao posto supremo. No dia mesmo da posse do novo regente, a *Aurora* fazia-lhe grandes elogios, e apontava-lhe o caminho a seguir:[171] o que o Brasil queria acima de tudo era paz, "a cessação da impunidade, o reinado da lei". A esse respeito constituía uma garantia "o caráter enérgico e firme do cidadão que acabava de ser elevado ao cargo de regente". E mais: "o novo regente, o sr. Diogo Antônio Feijó, é ainda o homem de 1831 e em redor dele reunidos todos os bons cidadãos, facilmente triunfarão do crime e de um insensato furor".

Evaristo errava. Feijó não era mais o homem de 1831: doente, uma semana antes da posse, sofrera um ataque de paralisia; e certamente por efeito da moléstia, deixara-se tomar por um incoercível pessimismo.

Estava no poder o regente, vitorioso nas urnas, e as manobras, as intrigas, as ameaças por terra, dominadas pelo espírito de ordem e moderação. O soldado, cuja ação fora decisiva na noite de 6 para 7 de abril de 1831 e que com isso ganhara um lugar na Regência trina, passara-o ao seu sucessor, um civil, um padre. Evaristo, com satisfação de quem via um conselho observado, de quem sentia a própria influência a produzir resul-

---

171. Nº 1.105, de 12 de outubro de 1835.

tados, não se esqueceu de louvar Francisco de Lima e Silva: "Sem violência, sem aparato de guerra, sem sombra de resistência, o Chefe de Estado foi substituído porque a lei o quis."[172] E lembrando o que acontecera no Peru, no México, na Colômbia, onde os militares que dirigiam esses países só constrangidos pela força material deixaram o governo, insistia: "Belo, honroso espetáculo demos às nações, belo, honroso espetáculo cuja glória em grande parte cabe ao sr. Francisco de Lima e Silva".

Glória que cabia ao ex-regente, que pensara em não obedecer à lei e acabara cedendo,[173] mas glória de Evaristo, de sua tenacidade e de seu destemor.

---

172. *Aurora Fluminense,* nº 1.106, de 14 de outubro de 1835.

173. Há no arquivo do castelo d'Eu, hoje no Museu Imperial, uma carta curiosa de Francisco de Lima e Silva a d. Pedro II (maço C, doc. nº 4.941), não do seu punho, mas com a sua assinatura verdadeira. Nesse papel menciona-se a data de – dezembro de 1835. Há evidente equívoco, parecendo que a data foi escrita por outra mão depois, inadvertidamente, visto que na carta se diz: "Entra V. M. I. a governar na idade de 14 anos, por ter a Assembleia Geral dispensado o resto da idade que lhe faltava para preencher a Constituição." Logo, o documento é posterior a 22 de julho de 1840, data da revolução da Maioridade. Por sua experiência pessoal ou servindo de instrumento a algum político mais lúcido, o antigo regente sugere ao jovem d. Pedro II as diretrizes do reinado a iniciar-se. São longos, minuciosos, e quase sempre sábios conselhos, inspirados num espírito verdadeiramente liberal e brasileiro. Vide no volume IX desta obra o estudo intitulado "A experiência de um regente".

Capítulo VIII

ÚLTIMOS TEMPOS. FIM DA *AURORA FLUMINENSE*. DESENGANOS E DECEPÇÕES. VIAGEM A MINAS. MORTE.

A ELEIÇÃO DE FEIJÓ fora sem dúvida alguma uma vitória de Evaristo, a última demonstração do seu enorme prestígio, numa luta que lhe devia trazer cansaço e mais do que cansaço – desgosto, enfado, saturação. Para cúmulo de aborrecimento, os seus adversários de agora eram alguns dos melhores companheiros da campanha liberal de 1827 a 1831 e da ação moderadora nos dias anárquicos de depois de 7 de abril. Afastado de Vasconcelos por dissídios profundos e agravos pessoais, separado de Honório Hermeto e de Rodrigues Torres, combatido pelos que tinham adotado a candidatura de Holanda Cavalcanti, e detestado pelos antigos elementos caramurus, estava-lhe ainda reservada a amargura de desavir-se com Feijó.

Havia oito anos que, pelo puro gosto de servir, ao invés de restringir-se ao círculo dos negócios de sua florescente loja de livros, de dedicar-se mais demoradamente à sua família, pai já de três filhas, de conservar-se na posição de mero espectador, descera ao torvelinho de uma vida de lutas e atribulações, nos três postos principais em que atuava – o jornal, o Parlamento, o clube político. Se lograra realmente elevar-se a uma situação eminente de puro ascendente moral, por isso mesmo atraíra desde

cedo o ódio de adversários pouco generosos e fizera inimigos implacáveis. Tantos ataques, tantas invectivas, tantas calúnias significavam afinal que não era uma mediocridade inofensiva. "Foi Evaristo", "é ideia de Evaristo", "é obra de Evaristo" diziam de tudo que se fazia, principalmente do que parecia mau ou censurável.

Feijó estava regente único. Culpa de Evaristo. Por conseguinte, era preciso redobrar de fúria contra o "livreiro" onipotente. O *Sete de Abril,* negando ao antigo companheiro de Vasconcelos qualquer valor intelectual ou moral, atribuía-lhe a autoria da revolução que levara d. Pedro I à abdicação, a tutela de todos os governos desde 1831, a escolha de regentes, ministros e presidentes de províncias. Ao cabo de pelejas tão rudes, Evaristo guardava ainda serenidade, bom humor e espírito crítico, e redarguia, notando que eram os inimigos que lhe construíam a glória: "os nossos adversários, com a sua única tática, com a encarniçada guerra que nos movem, dão de nós uma ideia que não corresponde à exiguidade dos nossos talentos, à mesquinhez dos nossos recursos intelectuais; são eles que nos fazem avultar aos olhos da população e que têm tido a bondade de criar-nos um nome no Brasil.[174] E repetia: "*Et je n'ai merité ni cet excès d'honneur, ni cette indignité.*"

"Um nome no Brasil" que andava de boca em boca, louvado por uns, incriminado por outros. Nome discutido, nome contestado. E no fundo, Evaristo, homem simples e modesto, sem nenhum pendor para admirar-se a si mesmo e julgar-se necessário ou providencial, aspirava a um pouco de paz e de recolhimento, sonhava com uma vida mais quieta. Já não o prendia mais à atividade política o temor da anarquia ou do despotismo. Com Feijó à frente dos destinos do Brasil, podia descansar um pouco, relaxar a vigilância constante a que se condenara, aliviar-se de um dos encargos mais onerosos – o jornal, esse jornal que lhe fizera provar as delícias da glória e ao mesmo tempo toda a maldade humana, sob as suas formas mais típicas – a inveja e o despeito.

Já se comentava no Rio de Janeiro o próximo desaparecimento da *Aurora Fluminense.* "Vai fechar o jornal porque está muito rico", diziam os inimigos. E "rico à custa da revolução", acrescentavam os mais rancoro-

---

174. *Aurora Fluminense,* nº 1.121, de 18 de novembro de 1835.

sos, os mais requintados no vezo de caluniar. Era verdadeira a notícia do fechamento da *Aurora:* a 30 de dezembro de 1835 saiu o último número [nº 1.136], ocupando-o todo um artigo de Evaristo, o único assinado desde a fundação do jornal. Artigo de despedida, que vale como a interpretação autêntica do pensamento que guiou a *Aurora Fluminense,* nos seus oito anos de existência, e que retrata, nos traços mais característicos, a personalidade de quem o redigiu. Feito o retrospecto de sua ação jornalística, relembrados os sucessos políticos dos últimos anos e expostos os móveis altos e generosos de sua intervenção neles, recolhia-se Evaristo a uma vida mais tranquila, de maiores lazeres, em que poderia cuidar melhor de suas três filhas – Joana, Leocádia e Edeltrudes – ao lado de uma nobre companheira, em ambiente de paz e contentamento, compensador do que chamou de "torturas morais" da vida pública.

A terminação do ciclo jornalístico era o primeiro passo para uma retirada definitiva e completa da atividade política? Talvez não fosse esse o seu propósito. E tanto não era que, no ano de 1836, aberta a Câmara, foi um deputado assíduo e, ao contrário do que afirmaram vários biógrafos, repetindo todos De Simoni, não "emudeceu na tribuna", falando pelo menos vinte e quatro vezes entre maio e setembro, participação ativa em muitas das questões importantes que então se suscitaram. Provavelmente, porém, pretendia retrair-se, ficar num segundo plano, ou talvez já fosse se convencendo de que Feijó não convinha à função de regente, já pelo próprio feitio, já pelo precário estado de sua saúde. Evaristo estava com 36 anos. Dentro de um quadriênio poderia aspirar ao meio repouso do Senado, a que chegaria moço, mas cheio de experiência.

Ter-lhe-ão agradado os nomes dos ministros escolhidos por Feijó? Um ou dois, talvez. Aliás, não era simples a tarefa do regente, com a arregimentação que se processava do "regresso", hostil à nova situação, criando obstáculos que Feijó não sabia contornar ou remover. Adaptar-se-ia Evaristo aos rumos novos que a política ia tomar? Embora querendo em essência o que queriam os "regressistas", não lhe seria fácil um ajustamento ao ritmo próximo dos sucessos partidários, nessa afirmação de espírito conservador, que era ao cabo o seu. Poderia abandonar o companheiro destemeroso de 1831-32, que, sem que ele o desejasse, ajudara a colocar no lugar de regente único?

Mano João

2ª

Fizemos hontem 4 legoas e meia
de caminho
e hoje trez e meia [illegible] Estamos por
conseguinte, pouco mais de 14 le-
goas longe do Rio de Janeiro, no
rancho do Teixeira. Os caminhos
com a chuva não estão bons, mas
estão m.to transitaveis. Vou ficar
de hum grande cavalleiro, ainda
que fora desarmado, isto he, sem
esporas. Da saude passo bem, e [illegible]
[illegible] já livre dos [illegible] encommodos
que soffria. Por aqui não se sen-
tem senão saudades, e alguma raiva
contra a lama que he impertinente.
[illegible] já andou mais de huma
legoa a cavallo, e mostra m.to animo
[illegible] que ella pede p.a dar á Mamãe
e á Mana Mariazinha. — Saudades,
recommendações, lembranças [illegible]
de todos p.a todos. Adeos
Rancho do [illegible] — 25 de Nov.[illegible] teu Mano e Am.o
[illegible]

Segunda carta de Evaristo ao irmão João Pedro.

Illmo. Sr.
João Pedro da Veiga
[illegible]
R. da Quitanda canto da de S. Pedro
Rio de Janeiro

Mano João

Villa da Campanha 23 de 10.bro 183[illegible]

7ª

Responderei p. pontos á sua carta de
10 do corrente. — Sinto que durem ainda
os encommodos da Mana Joaquina, e
eu, no seu caso, consultaria outros Pro
fessores, alem do Pinheiro, a ver o que
me acconselhavão. Nada ha mais triste
do que estar assim a padecer, sem encon
trar alivio nos remedios, e não tentar
outros meios de curativo. Affligio-me a
noticia do estado em que se acha a [illegible]
que apezar das ultimas melhoras, he
sem duvida em extremo perigo. — Na
da digo sobre o que resta ahi da minha
familia e á cerca d[illegible]
que a esse escrevo tambem p.º este Correio.

Vejo a conta exacta que Você de
sobre as encommendas dos papeis dos [illegible]
missões. Os livros que lá estavão de empr
[illegible], serão entregues a seu dono. —
Aceito a nomeação de socio da Sociedade Au
xiliadora da Industria. — [illegible]
[illegible] das Provincias podem lá ficar. —

Sétima carta de Evaristo ao irmão João Pedro.

Continue a remetter o Jornal do Commer-
cio ao Bernardo (q. este correio não [illegible])
com. [illegible] fará a respeito do Chronista, se hou
ver sido entregue. O Sette d'Abril tem se
occupado commigo? — Pelo Correio pro
ximo escreverei ao Parahiba agradecen
do-lhe o seu obsequio. — Agora passo a es
crever a meu Pae. Tambem incluo
cartas p.a o Dr Themaz, Cons.o Baret. e
p.a o Paulo Martins que me escreveo.
Nada direi quanto á politica da Corte,
porque me acho agora estranho a ella, mas en-
tendo que não tem soffrido mudança
desde que dahi fiz viagem. Duas pa
lavras sobre o estado actual da minha
familia nesta villa, e sobre o que ahi
tenho encontrado. — Temos gozado saúde,
apezar de que todo o mundo q. cá [illegible] pe
queixa de enfermidades, e a ouvir estas
[illegible], não seria isto mais do que
hum grande hospital. As doenças de ner
vos, e as hydropesias são communs; o q.
attribuo mais ao regimen que se observa

1

nas comidas do que a influencia do clima.
A villa terá cousa de quatrocentas casas;
as ruas são mal calçadas, tortas, em su-
bidas e descidas, e no tempo das chuvas he
preciso cuidado ao andar p.ª ellas, p.ª não
se escorregar. A gente em geral he polida
as fam.as que vi estão bem vestidas, como
as da Corte. Nas classes inferiores são com-
muns os papos; o uso da terra, e capa [illegible]
foi ainda abandonado p.ª ellas. – Quanto
ao que nos toca havemos sido m.to bem
acolhidos, posto que hoje se forme hum
partido, composto de algumas notabili-
dades do paiz, p.ª anullar a supposta
influencia de nossas manos. Entre os
personagens, o que predomina he o go-
vernismo; não deixa porém de haver
quem pense acertadam.e sobre a poli-
tica do tempo. – Temos sido visitados p.º
mais de hum cento de pessoas, e p.ª ora
não sei que começasse o jogo das in-
trigas contra mim.

19ª

Campo Bello, 2 leguas de Rezende; 26 de Abril, pelas 7 horas da manhan.

Escrita 16 dias antes de fallecer.

Décima nona carta de Evaristo ao irmão João Pedro.

Junto de Feijó não faltavam intrigas contra Evaristo por parte dos que se empenhavam em anular-lhe o prestígio, nem conselhos para que se descartasse da "súcia evaristeira", para que sacudisse o "jugo da sacra camarilha", para que sacrificasse o "secretário perpétuo da Defensora". Evaristo, que nada pretendia, fazia timbre em não influir, em deixar claro que não dirigia nem mandava. Mas não recusava o seu apoio ao governo, a braços com a guerra civil no Pará e no Rio Grande do Sul. Quis o Ministério dar anistia aos revolucionários do Rio Grande, embora estivessem ainda em armas. Evaristo sustentou a medida, em longo discurso, declarando que "estava acostumado a arrostar a impopularidade, a ser às vezes popular, sem se deixar levar pela popularidade do dia", nem fazer "corte aos partidos."[175]

Em outras ocasiões, deu o seu voto e falou em apoio de atos do governo, sobretudo no tocante à revolução rio-grandense, defendendo o ministro da Guerra, Manuel da Fonseca Lima e Silva, de conivência com os revolucionários. Ao contrário de Vasconcelos, que negava tudo à administração, Evaristo, transigente, afirmava que, ainda sem se ter confiança nos componentes do Ministério, não convinha negar-se-lhes os recursos necessários, a fim de não comprometer a paz e a ordem do país.[176] E com a maior atenção, acompanhou e tomou parte na discussão do orçamento, da reforma do Código do Processo, da fixação de forças, da concessão de um crédito de 2.000 contos e de outros projetos em andamento.

Transparecia, entretanto, nas suas intervenções nos debates, um certo constrangimento, um tom de desencanto, uma mal disfarçada melancolia. Se confiou a alguém, nesse momento, o seu pensamento secreto, terá sido sem dúvida para expandir a decepção de tudo e de todos que o tomará. O governo estaria em mau caminho; mas não seria bom o seguido pelos que o combatiam. Resultaria a ordem, o fortalecimento da autoridade, o prestígio da monarquia constitucional, de tantas desavenças pessoais, de ódios tão acirrados? Sem ser um sonhador, sem ser um ideólogo puro, chocava ao fundo terno e generoso de Evaristo o realismo algo cínico de que se fazia pregoeiro o grande homem do "regresso", o duro Vasconcelos.

---

175. *Anais* da Câmara, 1836, tomo I, pág. 56.
176. *Anais* da Câmara, 1836, tomo II, pág. 63.

O Rio de Janeiro, a sua cidade natal, onde fora menino e adolescente, onde estudara e cantara sob a inspiração arcádica e a influência de Elmano, onde fora caixeiro de livraria e livreiro, jornalista e figura central da política, onde se casara e tivera três filhas, o Rio de Janeiro que vira europeizar-se, de d. João VI aos tempos regenciais, ao contágio de ideias, modas, costumes e padrões de vida ingleses e franceses – enchia-o de tédio, parecia-lhe irrespirável. E se deixasse o Rio por algum tempo e fosse a Minas, que adotara dois de seus irmãos e o fizera três vezes deputado? Liberto do jornal, fechada a Câmara, não lhe bastavam, como ocupação, os encargos da Sociedade Amante da Instrução, embora assíduo às sessões do Conselho Diretor, às aulas, às distribuições de prêmios, a falar aos meninos uma linguagem cheia de ternura paternal.

Seu irmão Lourenço, estabelecido em Campanha, viera ao Rio e estava a voltar à terra mineira. Por que não acompanhá-lo? Era até um dever visitar a gente que o elegera três vezes deputado; visitaria também o outro irmão, Bernardo Jacinto, morador em Campanha desde 1818, redator da *Opinião Campanhense* e depois presidente da província; e mudaria de ares, com vantagem para a própria saúde, que não era das mais brilhantes. A vida sedentária fizera-o muito gordo, obeso. Um sobrinho, em Minas, ao vê-lo, perguntaria: "Que homem é esse tão barrigudo?"[177]. E Evaristo resolveu viajar, ir a Minas, deixar o Rio. A 22 de novembro, acompanhado da mulher, das três filhas e do irmão Lourenço, feitos todos os preparativos, fechou a casa da Rua dos Barbonos (hoje Evaristo da Veiga), e partiu.

Para um citadino, para um carioca que vivera até então no centro do Rio, da freguesia de Santa Rita para a de São José, tudo parecia aventura e novidade nessa peregrinação ao interior do país, por montes e vales, rios e estradas. Reconstituir essa viagem não seria difícil: Evaristo, em dezenove cartas[178], escritas ao irmão João Pedro, que ficara no Rio, contou-lhe os episódios de maior interesse, quase tudo o que sucedeu no percurso e durante a estada em Minas Gerais.

Logo na primeira carta, do dia seguinte da partida, dizia que estava arranchado num pouso adiante do Bangu. O sedentário iniciava-se

177. Ms. II – 29-36-1, Biblioteca Nacional.
178. Ms. II – 29-36-1, Biblioteca Nacional.

numa vida inteiramente nova, ao ar livre, e já se gabava de que seria dentro em pouco "um cavaleiro mestre". No percurso feito, encontrara o menino imperador, naturalmente de volta de Santa Cruz: "encontramos o imperador que, ao que parece, me conheceu e falei com o Paulo Barbosa, que ia na comitiva". D. Pedro II, nos seus 11 anos, não podia desconhecer um político e jornalista de tanta fama, ou Paulo Barbosa lhe disse que aquele homem gordo era Evaristo. De qualquer forma, a observação deixava transparecer certa vaidade.

As léguas vencidas iam dando a Evaristo uma impressão de segurança e de bem-estar. Dois dias depois, a 25, do Rancho do Teixeira, contava que os seus incômodos tinham desaparecido, queixava-se das chuvas e da lama nos caminhos, mas já campava de cavaleiro exímio: "vou ficando um grande cavaleiro". Numa terceira carta, escrita na manhã de 28 de novembro, no Rancho Novo, a 20 léguas da corte, repetia o auto-elogio de bom cavaleiro e louvava os caminhos secos e limpos.

A 2 de dezembro, chegava ao Rancho do Fabiano, distante meia légua de Resende. Era a metade da viagem. "Temos andado dez dias e estamos apenas em a metade da viagem". Positivamente, o livreiro carioca era o oposto de um bandeirante: o percurso do Rio a Resende levou-o a meditar sobre a vastidão do Planeta: "na verdade o mundo é muito grande"! Mundo grande percorrido agora no lombo de uma "bestinha excelente", que lhe dera o amigo Camargo e cuja oferta lhe inspirava este pensamento, que não ocorreu ao bom marquês de Maricá – "uma besta boa é nestes casos o melhor companheiro de um viandante".

A viagem prosseguiu, agora com muitas chuvas e alguns acidentes, sendo a mulher de Evaristo obrigada a abandonar, na serra do Picu, a liteira em que ia. Mas a doçura do clima da região sul-mineira deliciou os viajantes: "entrando na província de Minas é sensível a diferença do ar, sem dúvida mais fino e mais puro, das águas que são excelentes". E também o custo barato de alguns gêneros: leitões a 640 e 1.000 réis, um frango bom por 160 réis, contava o jornalista carioca. Em Lambari, estava Bernardo à espera dos irmãos, acompanhado de diversos amigos. Pernoitaram todos em Águas Virtuosas e, afinal, chegou Evaristo a Campanha, no dia 10 de dezembro, sendo recebido a meia légua da vila por grande número de pessoas, entre as quais o juiz de direito, o capitão Stockler e o comandante da Guarda Nacional.

A primeira carta escrita de Campanha era de um homem que parecia esquecido por completo da política, disputado por irmãos e sobrinhos, dando impressões de uns e de outros, satisfeito e vaidoso das 60 léguas feitas a cavalo, e prometendo, de volta ao Rio, ministrar ao irmão João Pedro – "irmão e tão bom amigo" – lições de equitação. Mestre gordo e barrigudo que, para montar, "precisava de um banquinho, mocho ou coisa que o valha". Dias de evasão das intrigas e misérias do Rio de Janeiro. Buscava alhear-se da política, interessar-se pela terra que tão generosamente o acolhia. Mas o passado recente ressurgia, gritava. Em carta de 23 de dezembro, embora notasse – "nada direi quanto à política da corte, porque me acho agora estranho a ela", depois de descrever a vila, com as suas quatrocentas casas, as ruas mal calçadas e tortas, a polidez dos costumes, os vestuários quase tão bons como os usados no Rio, o vicioso regime alimentar acarretando "doença de nervos e hidropisias", o sestro dos campanhenses de viverem se queixando de moléstias – dizia que fora muito bem recebido "posto que hoje se forme um partido, composto de algumas notabilidades do país, para anular a suposta influência de nosso nome".

Estava aí uma alfinetada no "regresso" que tanto o combatia e não o deixava de preocupar. Nessa mesma carta, avisando a João Pedro que não precisava enviar-lhe "os jornais ingleses e das províncias", pedia o *Jornal do Comércio* e o *Cronista* e perguntava: o "*Sete de Abril* tem se ocupado comigo?" Não escondendo o seu pensamento verdadeiro, deixava transparecer a sua discordância com o governo: "o que predomina aqui é o governismo; não deixa, porém, de haver quem pense acertadamente sobre a política do tempo".

Discordância que se acentuara desde que Feijó nomeara o Gabinete de 1 de novembro de 1836, com Manuel da Fonseca Lima e Silva na pasta do Império, Gustavo de Aguilar Pantoja nas da Justiça e Estrangeiros, Salvador José Maciel na da Fazenda e o depois marquês de Lajes na da Guerra. Com um pesar misturado a decepção, Evaristo verificava que Feijó, o amigo, falhava inteiramente, e que, de volta ao Rio, grandes aborrecimentos o esperavam. "Alheio à política, lendo apenas alguns jornais que daí chegam (balas já frias), vivendo em estreito círculo, porque já se acabaram as visitas de cerimônia, passo uma vida monótona e me preparo para os vendavais da sessão parlamentar. Digo deveras: olhando para todos

os lados, não sei o que farei: é mais fácil discriminar em todos os grupos o mau do que o bom, porém, é-me impossível, sem labéu, sustentar tão mal organizado e esquisito Ministério". Isto escrevia pouco antes de voltar ao Rio. Não sabia ainda o que faria, mas não sustentaria o novo Gabinete onde brilhavam, como dizia com ironia, "os talentos parlamentares de Manuel da Fonseca e as virtudes do Pantoja".

Não só desgostos políticos afligiam Evaristo. Filho sempre dedicado, sofria com a sorte do velho pai, infelicíssimo no segundo casamento com uma senhora insensata, que de vez em quando o abandonava e refugiava-se em casa de parentes e enteados. Era o que registrava nas cartas a João Pedro de 2 e 13 de abril: "muito sinto a nova fugida de d. Rita [....]" "vi o que me diz do pai e da tristeza em que tive ao ler essas linhas de sua carta; os olhos se me arrasam de lágrimas, lembrando-me que lhe falece uma velhice tranquila e contente [....]" "qual é a parente que de boa vontade sofre em casa essa louca de d. Rita?" Turvava-se assim a alegria de Evaristo no seu repouso de Minas, e a viagem de volta, com a doença da mulher, a desgraça doméstica do pai e a proximidade dos "vendavais" da política, foi triste e amargurada, como que deixando adivinhar um epílogo dramático.

A 2 de maio chegava Evaristo ao Rio, talvez mais apreensivo do que quando partira em novembro de 1836. A grande esperança se transformara em grande desengano, em cruel decepção. Um belo sonho se desfizera. Tudo estava destruído? Era necessário voltar às agruras dos tempos passados? Ia separar-se, romper, combater também Feijó, o homem em quem tanto acreditara? No dia 4, o regente convidou-o para uma conferência e expôs-lhe a situação política, desejoso do seu parecer. Evaristo ouviu-o em silêncio, discordando intimamente de tudo quanto lhe dizia o velho amigo e companheiro: já não se entendiam. Os dois homens que tinham conseguido, juntos, em tantas ocasiões difíceis, encontrar os meios de conjurar as crises mais tenebrosas, defrontavam-se agora quase como inimigos. Era um instante trágico, a hora culminante de sua vida. E- Evaristo enfrentou-o com a coragem que nunca lhe minguara, embora a sentir no coração as ânsias do desespero. "Devendo falar para desafogar-se, soltou a voz cheia de energia e veemência, mas pesada da gravidade e da força das acusações que devia fazer, dos erros que devia condenar. Era o momento terrível, o momento da ruptura completa; falou durante uma hora, e disse tudo quanto

tinha que dizer, antes de descer ao túmulo, ou de entrar decididamente nas fileiras da oposição."[179] Para a sua glória, sobreveio um fim rápido, em plena maturidade, aos 38 anos incompletos, que lhe poupou qualquer das transigências impostas pela vida.

Deixando a casa de Feijó, mal refeito de uma viagem penosa, talvez infectado por germes dos males epidêmicos reinantes em lugares por onde passara, Evaristo foi para a cama, presa de febre violenta e, às 13 horas do dia 12 de maio, cercado da mulher, das filhas pequeninas, dos irmãos João Pedro e Bernardo, logrou o descanso da morte, iluminado da esperança que os sacramentos conferem. Os médicos atribuíram o desfecho à "febre perniciosa" ou a uma "pericardite" e filiando o mal à exaltação da entrevista com Feijó.

A notícia correu logo pela então pequena cidade e o enterro realizou-se, no dia seguinte, às 5 horas da tarde, em São Francisco de Paula, com mais de 700 pessoas a conduzirem as tochas votivas. Em vida não lhe tinham faltado injúrias, apodos, calúnias de toda espécie. Morto, teve em abundância necrológios, orações fúnebres, epicédios, elegias, odes, sonetos, nênias, suspiros saudosos. Jornalistas e escritores dedicaram-lhe páginas do mais entusiástico louvor. Gonçalves de Magalhães, Paula Brito, Porto Alegre, em versos de ressaibo romântico, procuraram marcar o sentido de sua ausência definitiva. O *Correio Oficial* chamou-o de "Franklin brasileiro". Nenhum elogio, porém, valeu o de um colaborador do *Jornal dos Debates*: "Evaristo morreu vítima de uma paixão generosa."

179. *Jornal dos Debates*, de 15 de junho de 1837.

. . . .

Capítulo IX

VIDA BREVE E MORTE OPORTUNA.

AOS 37 ANOS morreu Evaristo. Vida breve, vida curta. De atividade política não chegou a completar um decênio. No entanto, poucos nomes com maior repercussão em nossa história, malgrado um conjunto de circunstâncias pessoais que em princípio deveriam dificultar-lhe o acesso à glória e à consagração. Evaristo era um moço de origem modesta, filho de um obscuro mestre-escola, feito depois mercador de livros. Não saiu nunca do Brasil, não tinha diploma acadêmico, não esteve em Coimbra ou em outra qualquer universidade. Caixeiro de livraria a princípio, sócio, dono de livraria, não teve jamais pejo do ofício, nem depois que se tornou conhecido, influente, respeitado, árbitro de situações políticas, oráculo dos governos. De volta da Câmara, ele mesmo, no balcão de sua loja, vendia livros, almanaques, folhinhas. Nada de aristocrático ou de requintado no seu hábito externo: era gordo, pesado, vestia-se sem elegância. O seu "chapéu redondo" foi alvo da chacota dos *incroyables* da época e serviu como epíteto deprimente. De suas calças brancas se fez motivo de zombaria.

Pois esse caixeiro sem ancestrais ilustres, esse rapaz do comércio do Rio de Janeiro, esse livreiro contente com a sua profissão, conseguiu,

sem a ajuda dos poderosos, sem a irradiação de dons particulares de sedução, impor-se rapidamente como uma das mais fortes e dominadoras personalidades de seu tempo, em meio de tantos outros homens de valor, voltados para a atividade política. Sem deixar o Rio, sem mencionar o seu nome no jornal em que escrevia, sem fazer cabala ou lisonjear gente influente, foi eleito deputado por Minas Gerais, contando apenas 28 anos a reeleito depois duas vezes, de uma delas com cadeira também pelo Rio de Janeiro. Moço, ainda na fase dos entusiasmos fáceis, assumiu para logo, com a naturalidade das vocações irresistíveis, o papel de guia e de conselheiro, próprio antes de quem se apura no trato da vida, ao contato de longa e sempre dolorosa experiência. E isso sem improvisação, sem impostura, sem charlatanismo.

Jornalista, político, deputado, orientando a opinião do país, conduzindo-lhe os destinos sem participar dos postos de direção, o seu ascendente oracular só se explicará pela posse de qualidades realmente superiores. Teve-as Evaristo, teve-as em grau eminente.

No seu retrato psicológico, cumpre salientar-lhe a seriedade do espírito, a probidade moral, a indefectível sinceridade. Ao lado disso, uma inteligência lúcida, exercitada pela leitura e pela meditação, num dos exemplos mais felizes de autodidatismo; uma natureza harmoniosa e equilibrada, em que os pendores generosos não eram abafados pelo egoísmo ou pela presunção do mérito próprio; um coração manso, capaz de perdão e de esquecimento; um desapego aos altos cargos, como expressão de modéstia verdadeira; um grande desejo, ou melhor, uma necessidade de servir, de ser útil.

Desse conjunto de dons e virtudes resultava, como soma ou como mistura de vários elementos bem fundidos, uma superqualidade, que era, se se admite a expressão – a luz de sua alma, a emanação genuína e total de sua natureza, aquilo que o marcaria definitivamente entre os contemporâneos: a moderação. Do plano individual, do plano psicológico, transpôs para o plano social e político a sua qualidade predominante e fez dela um postulado prático, um programa de ação, uma disciplina.

Homem empenhado em lutas de todas as horas, não será de estranhar que alguma vez tivesse discrepado, variado, ficado em contradição consigo mesmo. Não foi santo, e aliás ninguém mais do que os santos, por

sua própria complexidade, exibem a miséria da condição humana. Mas essas sinuosidades foram tão ligeiras e pouco frequentes na linha de sua vida, que ela dá aos que a observam, com olhos isentos, a imagem de uma grande reta. O Evaristo de 1828, quando começou a tornar-se conhecido com o aparecimento da *Aurora Fluminense,* é o mesmo de 1834, o mesmo de 1837, numa coerência tanto mais notável quanto os acontecimentos se sucediam em mutações bruscas e imprevistas.

O transunto de sua ação na vida pública foi feito por ele mesmo, de maneira extremamente objetiva, nessa espécie de autobiografia política com que deu por finda a missão da *Aurora,* em 30 de dezembro de 1835. Aí fixou, em largos traços, o espetáculo do Brasil apenas nascido como povo livre, dividido por tendências opostas e mal ajustado a instituições para cuja aplicação lhe faltavam algumas das condições mais indispensáveis.

Disputado por grupos e partidos que se deslumbravam liricamente com "as visões do republicanismo" ou com "os sonhos não menos absurdos da monarquia aristocrática", Evaristo fugiu desde logo a um e outro extremo, preferindo o "justo meio", com a solução de um regime de liberdade, "contidas as facções com o prestígio da Realeza". Nada de "nobrezas privilegiadas", de "exércitos numerosos": "uma monarquia representativa fundada sobre as bases da indústria, da economia e da vontade nacional"; "honra às profissões úteis que o desdém de uma fidalguia improvisada feria de plebeísmo", mas nada também de inovações audaciosas "com o frenesi que ameaçava toda a ordem social".

Em meio às crises do Primeiro Reinado e à vista do "divórcio do monarca e da Nação", o desfecho inevitável foi a revolução de 7 de abril. Venceu a nação; porém continuaram a disputá-la os que queriam tudo subverter e os que, para se oporem à anarquia, ou voltarem ao poder, tentavam restaurar no trono o ex-imperador. Evaristo procurou "o caminho médio", aquele que permitisse "a maior liberdade com a ordem".

Essa posição não lhe granjearia popularidade duradoura e o exporia aos ataques dos dois partidos extremistas. E foi o que aconteceu, atraindo as injúrias mais torpes e as calúnias mais ignóbeis, desfigurado e atingido nos seus melindres mais pessoais, conforme sua queixa cheia de amargura: "nossos hábitos externos, nossas relações mais queridas foram dilacerados de um modo indigno e que não podia deixar de exacerbar o co-

ração mais frio". Nem assim traiu a sua moderação. Não revidou no mesmo tom. Tranquilo e resignado, esperava que um dia lhe fizessem justiça: combatera "as exagerações de qualquer gênero, desaprovara os excessos e a violência, alentara o homem industrioso nas suas fadigas e trabalho, repelira as sugestões de um patriotismo feroz, procurara aniquilar as fantasias da nobreza e da conquista".

Na repulsa a sobrevivências aristocráticas e do mesmo passo a exaltações republicanas, no empenho de conter a audácia de inovadores imprudentes e de assegurar a ordem na sociedade, no desejo de prestigiar o que chamava de "profissões úteis" e que seriam as atividades enriquecedoras do comércio e da indústria, na invocação do *juste-milieu,* programa da monarquia que se instalara em 1830 na França e consolidaria o reinado da burguesia – Evaristo deixava evidentes a sua procedência e a sua marca de homem de cidade, de representante da classe média, de burguês, ao contrário de tantos outros políticos que se revezaram no cenário da vida imperial, bacharéis primeiro de Coimbra, depois de Pernambuco e São Paulo, apegados às fórmulas liberais em voga, mas quase sempre oriundos e a serviço da grande propriedade territorial, dos senhores de engenhos e fazendeiros. E tão poderosos eram os interesses dessa classe, em cujo benefício sobretudo se fizera a emancipação nacional, que, a não morrer cedo, seria certamente Evaristo, com o triunfo do "regresso", impelido a retrair-se, a retirar-se da política. Morreu pois oportunamente, já que só constrangido se amoldaria aos novos rumos firmados por Vasconcelos, Honório Hermeto e Paulino de Sousa.

Documentos

Senhor.

Doc 46

Requeira [illegible] a S. A. R.
Rio em Meza 13 de Março d 1809

Dix Francisco Luiz Saturnino Veiga
cazado, e morador n[illegible] cidade: que tendo ſervido a V. A. R.
[illegible] de ſoldado miliciano do regimento de Santa Rita
por alguns annos, obteve a ſua demiſsão, que ſe mostra pelo docu
mento junto, indicado como número 1, por ter ſido V. A. R. ſervi
do empregallo na Instrução da Mocidade como Profeſsor Re[illegible]
das Primeiras Letras da freguezia de São Francisco Xavier do
Engenho Velho por tempo de ſeis annos, como mostra do documen
to junto número 2: depois do que paſsou a exercer o mesmo Magiste
rio nesta cidade a tempo de ſe ter abolido o Tribunal da Real
Meza da Commiſsão Geral ſobre o Exame e Cenſura dos Livros;
em cujo exercicio proseguio ſem Ordenado Regio em virtude da Pro
visão, que o authorisava Profeſsor Publico, até que obteve a nova
Provisão da Directoria Geral dos Estudos da Universidade de
Coimbra, que ſe mostra pelo documento junto número 3: em cu
ja occupação ſe portou ſempre com todo o zêlo, e [illegible] poſsivel, co
mo he notorio ao Publico desta cidade, e ſe comprova da eleição
do Excellentiſsimo Conde d'Aguiar, quando Vice Rei deste Estad[o]
que na occasião de prover as Cadeiras vagas, foi o ſupplicante cha
mado para ſe lhe conferir huma das desta cidade, que não aceitou
E porque cançado dos incommodos inſeparaveis do Magisterio, e
já [illegible] das molestias, que communmente padecem os de vida
ſedentaria, como em parte mostra dos documentos número 4, e 5,
além da falta de vista e [illegible], que experimenta, tendo [illegible]
[illegible] procurar por outros meios mais lucrosos de ſubsiste[ncia]

Requerimento de Francisco Luís Saturnino Veiga, datado de
13 de maio de 1809, a S. A. R. pedindo aposentadoria.

...ria de huma numerosa familia, que tem, pertende o supplicante deixar a vida de ensinar, da qual nenhum proveito lhe fica mais, do que os bons creditos, que nella mereceo ao publico, procurando na Indefectivel, e Paternal Beneficencia de V. A. R. aquella parte de recompensa com que V. A. R. attende aos menores serviços dos Seus Leaes Vassallos, que bem desempenhão os seus deveres,

P. a V. Alteza Real, que em attenção ao supplicante se ter empregado com aceitação na Instrucção da Mocidade por dezeseis annos, além dos que ensinou sem Provimento, e dos que servio de Miliciano, Haja por bem conceder, que elle fique gozando de todos os privilegios, e isenções, que competem aos Professores Aposentados, ainda quando deixe a occupação d'ensinar

E. R. Mce

Francisco Luiz Saturnino Veiga

1

REQUERIMENTO DA APOSENTADORIA DO PAI DE EVARISTO*

"Senhor.

"Diz Francisco Luís Saturnino Veiga, casado, e morador nesta cidade: que tendo servido a V.A.R. em qualidade de soldado miliciano do regimento de Santa Rita por alguns anos, obteve a sua demissão, que se mostra pelo documento junto, indicado com o número *1*, por ter sido V.A.R. servido empregá-lo na Instrução da Mocidade como Professor Régio das Primeiras Letras da freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho por tempo de seis anos, como mostra do documento junto número *2*: depois do que passou a exercer o mesmo Magistério nesta cidade a tempo de se ter abolido o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros; em cujo exercicio prosseguiu sem Ordenado Régio em virtude da Provisão, que o autorizava Professor Público, até que obteve a nova Provisão da Diretoria Geral dos Estudos da Universidade de Coimbra, que se mostra pelo documento junto número *3*: em cuja ocupação se portou sempre com todo o zelo, e desvelo possível, como é notório ao Público desta cidade, e se comprova da eleição do Excelentíssimo Conde d'Aguiar, quando Vice-Rei deste Estado, que na occasião de prover as Cadeiras vagas, foi o supplicante chamado para se lhe conferir uma das desta cidade, que não aceitou. E porque cansado dos incômodos inseparáveis do Magistério, e já ameaçado das moléstias, que comumente padecem os de vida sedentária, como em parte mostra dos documentos número 4, e 5, além da falta de vista, e surdez, que experimenta, tendo em vistas procurar por outros meios mais lucrosos a subsistência de uma numerosa família, que tem, pertende o supplicante deixar a vida de ensinar, da qual nenhum proveito lhe fica mais, do que os bons créditos, que nela mereceu ao publico, procurando na indefectível, e Paternal Beneficência de V.A.R. aquela parte de recompensa, com que V.A.R. attende aos

* Arquivo Nacional – doc. 46 – caixa 147.

menores serviços dos Seus Leais Vassalos, que bem desempenham os seus deveres.

> "P. a V. Alteza Real, que em atenção ao suplicante se ter empregado com aceitação na Instrução da Mocidade por dezesseis anos, além dos que ensinou sem Provimento, e dos que serviu de Miliciano, Haja por bem conceder, que ele fique gozando de todos os privilégios, e isenções, que competem aos Professores Aposentados, ainda quando deixe a ocupação d'ensinar.
>
> "E. R. Mce.
>
> "Francisco Luís Saturnino Veiga"

2

EVARISTO E A OBRA DE JOHN ARMITAGE

A Evaristo da Veiga foi durante muito tempo atribuída, sem o menor fundamento, a autoria da *História do Brasil,* de John Armitage. A carta que em seguida se lerá, de Armitage a Evaristo, cujo original está na Seção de Mss. da Biblioteca Nacional e já publicada no tomo XXV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* destrói qualquer dúvida que pudesse subsistir.

Também não é de Evaristo a tradução brasileira da obra de Armitage, como afirmaram algumas pessoas e particularmente o brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, em carta escrita ao barão Homem de Melo.

O exemplar da *História do Brasil* de Armitage, por este remetido a Evaristo, juntamente com a carta de 21 de agosto de 1836, só pode ter chegado ao Rio quase no fim de outubro. Ora, a 22 de novembro do mesmo ano, partiu Evaristo para Minas, de onde voltou a 2 de maio de 1837, morrendo 10 dias depois. Não poderia ter feito a tradução nos poucos dias que mediaram entre o recebimento da edição inglesa e a partida para Minas. Tampouco Evaristo a fez em Minas, como deixa claro a correspondência assídua que manteve de lá com seu irmão João Pedro e em que contava todos os passos de sua vida na terra mineira. Certo é, entretanto, que Armitage e Evaristo foram bons amigos, companheiros na Sociedade Defensora e que o historiador inglês se serviu abundantemente da *Aurora Fluminense* e das opiniões de Evaristo para a elaboração do seu livro.

3

CARTA DE JOHN ARMITAGE A EVARISTO, OFERECENDO-LHE A *HISTÓRIA DO BRASIL*

"Boulogne sur mer, 21 de setembro de 1836.

Caríssimo S. Evaristo.

Mando-lhe esta junto com um exemplar da minha *História do Brasil.* Segundo os conselhos do livreiro, inseri somente duas estampas, mas o sr. verá que uma foi a sua, como deveras era necessário, visto que o sr. é o meu herói do 2° tomo.

As duas estampas foram gravadas em aço em primeiro lugar, porém, foram tão pouco semelhantes que eu não consenti que saíssem à luz, e assim foram enjeitadas e substituídas por litografia. Não será preciso dizer quanto dissabor e quanta demora isto me tem causado.

Tenho estado alguns dias em Paris, porém estava com tanta ocupação que nunca achei ocasião de entregar as cartas de introdução ao ministro brasileiro e a F. de Sales Torres Homem, que o sr. teve a bondade de dar-me.

Contudo isso não diminui as minhas obrigações para com o senhor.

Terá talvez ouvido de algum de meus amigos no Rio que estou para partir para a Índia, onde tenho formado uma sociedade com termos muito vantajosos para mim e assim não é provável que havemos de encontrar-nos mais neste mundo. Mas enquanto a vida tivermos sempre terá v. m. um amigo sincero em

John Armitage

P. S. – Dê sempre as suas notícias – por via da Inglaterra.

4

CARTA DO BRIGADEIRO JOSÉ JOAQUIM MACHADO DE OLIVEIRA
AO BARÃO HOMEM DE MELO

São Paulo, 9 de novembro de 1860

Ilmº Sr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo,

À pergunta "que grau de veracidade há na crença geralmente aceita de que a *História do Brasil* de John Armitage é escrita por Evaristo Ferreira da Veiga, como ordinariamente se afirma", feita por v. sª. em carta de 15 de outubro último, respondo:

Em 1829, tendo assento na Câmara dos Deputados, conheci a Evaristo, que, como redator da *Aurora,* que tomara assim a direção das ideias liberais, e defendia moderando esse espírito entusiástico de liberdade e independência que achava eco em poucos da Câmara, admitia em sua casa e em suas palestras aqueles que partilhavam essas ideias, e apreciavam a lucidez dos seus pensamentos políticos, seu corajoso civismo e extrema dedicação pelas liberdades pátrias, de que deu inumeráveis provas naquela importante e nunca imitada publicação, e praticamente quando tomou um lugar na Câmara.

Em 1834, retirando-me da presidência do Pará, renovou-se aquele conhecimento, e com mais ligações do que antes, por isso que colocou-me à testa da grande Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, criatura sua, que sustentou dignamente os direitos do sr. d. Pedro II ao Trono do Brasil, e serviu de tirocínio a toda essa gente, hoje quase toda aristocrática e titular, e que aí figura nos mais elevados cargos do Estado; a esses homens da escola de Evaristo que são agora os mais proeminentes e enfáticos da oligarquia, e que apenas o distinto escritor e exímio parlamentar fechara os olhos, renegaram suas antigas crenças com difamação daquele que os havia arrancado à nulidade e mesmo à execração pública, destruíram a sua obra, que começara superando com denodo as vicissitudes da época, e procuraram em tempos posteriores esmagar o sistema e destruir radicalmente as franquezas provinciais.

D'envolta com essa gente frequentava eu com assiduidade a casa de Evaristo, ou o seu *telônio* como por irrisão dizia o visconde de Cai-

ru, o mais emperrado dos seus antagonistas políticos, escritor carunchoso, fazendo as suas produções à candeia do servilismo e com inspirações retrógradas e humoráticas; e por muitas vezes encontrei-me ali com o sr. Armitage ou assistindo às palestras sobre a opinião reinante, em que era ele apenas ouvinte, mas circunspecto e sem pronunciamento individual, principalmente nas questões políticas, e na caracterização dos personagens do tempo, ou no gabinete do exímio escritor e profundo estadista, e conferenciando com ele em *tête à tête,* e tomando-lhe apontamentos sobre o assunto, ignorando então e que ao depois e ao aparecimento da *História do Brasil* pode inferir-se que versavam sobre ela.

O conhecimento que tive do sr. Armitage não começou daí. Já o havia visto em 1828, quando eu militava no exército do Sul, na qualidade de adido à legação britânica, por ocasião de, por vergonha nossa, servia esta de medianeira para a cessação da guerra travada entre o Brasil e a Confederação Argentina pela revolta da Província Cisplatina, guerra que como se sabe, começou no meio de tantos desatinos, e ultimou-se com tanta ignorância da nossa parte, e a que tem aplicação o rifão de "avançada de leão e parada de sendeiro": guerra que enfim gravou a nação em 120 milhões de cruzados, e que só foi proveitosa aos dilapidadores da fazenda pública. Com estas probabilidades ouso avançar, que é infundada a crença admitida geralmente de que a *História do Brasil* pelo sr. Armitage fora escrita por Evaristo Ferreira da Veiga, não que, segundo a minha fraca apreciação, deixe de encontrar nela muito mérito, bastante exatidão, formulada e redigida primorosamente, e cuja mor parte tem por base fatos contemporâneos, que, por assim dizer, ainda *palpitam*; não hesitando em dizer que faria dela honra à pena de Evaristo se a estimasse como produção sua, ou a de outro qualquer que a escrevesse, se todavia precisasse de um autor aparecendo anônima.

Dir-se-á que para essa crença há a homogeneidade de ideias e pensamentos entre a *História* e a *Aurora Fluminense,* a da narração de fatos, e das censuras e estranheza a atos público-administrativos, etc., etc., que se veem em ambas as publicações; porém reflita-se, que a *História é* contemporânea da *Aurora,* e que sendo a doutrina desta geralmente aceita, aplaudida, e a única que convinha a esse país livre, o historiador contemporâneo, que fosse imparcial, consciencioso e sectário das instituições li-

vres, não podia subtrair-se a esposar sua doutrina, e a fazer mesmo algumas transcrições textuais dela, como praticou o sr. Armitage, sem que por isso se desvirtuasse por plágio.

É sim Evaristo, pelo que se supõe, e em minha opinião, o digno tradutor dessa mais digna *História;* e é isso tanto mais verossímil quanto se vê em sua tradução a elegância do estilo, e o emprego adequado da dicção, que lhe eram tão comezinhos e que aí se revelam tão copiosamente.

Terminando esta cumpre significar-lhe os votos de estima e consideração em que persevera este que é

De v. exª
patrº, amº e obº crº
José Joaquim Machado de Oliveira

5

LISTA DE COMERCIANTES ESTRANGEIROS NO RIO DE JANEIRO, NO ANO DE 1827

Antônio Gustavo Bjuberg, rua Direita, 175.
Dillon Aîné, rua do Ouvidor, 65.
Alexandre Gilfillan e Companhia, rua Direita, 120.
Alexandre Mac Growther, rua da Alfândega.
Alexandre Manson, rua do Ouvidor, 93.
André Lizaur e Companhia, rua dos Pescadores.
Avrial, Irmãos, rua do Ouvidor.
Biesterfeld e Companhia, rua dos Pescadores, 93.
Boog, Pearson e Comp., rua da Quitanda, 253.
Boston e Dutton, rua da Candelária, 7.
Bourdon e Fry, rua Direita, 65.
Bradshaw, Wanklyn e filhos, rua de S. Pedro, 66.
Brittain Scheiner e Companhia, rua do Sabão.
Brown, e Douglas, rua da Quitanda.
Brown, Watson e Comp., rua das Violas, 49.
Carlos Henrique Melcher, rua do Ouvidor.
Chastan e Collignon, rua do Ouvidor, 92.
Coates, Mackay e Comp., rua das Violas.
David Stephenson, rua Direita.
Diogo Birkhead e Comp., rua dos Pescadores.
Diogo Hartley, rua das Violas, 58.
Dionísio Uriosto, rua Detrás do Hospício.
Drevon e Desbordes, rua do Rosário, 121.
Dumont e Companhia, rua do Ouvidor.
Fernando Oxenford, rua da Alfândega, 49.
Fielding, Brander, Aveline, e Lyne, rua Direita.
Finnie, Irmãos e Comp., rua da Quitanda, 147.
F. Le Breton e Companhia, rua da Alfândega, 16.
Frederico Froelich, largo do Paço.

Freese, Blankenhagen, Coucher, e Companhia, rua da Alfândega, 18 e 32.
Garay e Marcassus Irmãos, rua do Ouvidor, 72.
Germano ten Brink, rua do Aljube, 28.
Goring, Risk, e Companhia, rua da Quitanda, 170.
Green, Hartley, e Tully, rua do Ouvidor, 65.
Guilherme Berg, rua do Sabão, 77.
Guilherme Binns, rua do Ouvidor, 40.
Guilherme Foster e Companhia, rua do Ouvidor.
Guilherme Froelich, S. Cristóvão.
Guilherme Harrison e Companhia, rua da Quitanda, 113.
Guilherme Lynen e Companhia, rua do Ouvidor.
Guilherme Platt, rua dos Pescadores.
Guilherme Scott, rua do Rosário.
Guilherme Theremin e Companhia, rua Direita, 114.
Guilherme Young, rua do Rosário.
Henrique Miller, e Comp., rua dos Pescadores.
Henrique Riedy, rua da Quitanda.
Heyworth, Irmãos e Comp., rua das Violas, 44.
Hindrichs Wiers e Comp., rua Direita, 102.
Holms e Companhia, rua Detrás do Hospício.
J. Hambrouck, rua dos Pescadores.
João Antônio Terisse, rua Direita, 134.
João Burck, dito.
João Dale, rua dos Pescadores.
João Eduardo Wright, rua Detrás do Hospício.
João Holland, rua Direita, 81.
João Scurr, rua dos Pescadores.
J. Daniel Deussen e Comp., rua Direita, 131.
José Cuen e Comp., rua do Ouvidor, 96.
José Green e Comp., rua do Ouvidor, 91.
José Maxwel, rua Detrás do Hospício.
Luís Schichting, rua do Rosário.
Luís Troyon, rua do Ouvidor.

May, e Lukin, dito 77.
March, Irmão e Comp., rua dos Pescadores.
March, Sealy, Walker, e Companhia, rua da Quitanda, 211.
Moon, Irmãos e Comp., rua Detrás do Hospício.
Maulaz, rua do Ouvidor, 112.
Morange, Irmãos, rua da Cadeia, 45.
Nathan e Cussen, rua Detrás do Hospício.
Naylor, Irmãos e Comp., rua dos Pescadores, 20.
Noel, e Harris, rua do Ouvidor, 88.
Patrício Lennox, rua do Cano.
P. Garay e Comp., rua do Ouvidor.
Plancher Seignot, rua do Ouvidor, 95.
Plowes, Roscoe e Companhia, rua Direita, 54.
Roberto Bate, dito.
Roberto Rostrom, rua da Alfândega.
Rodner, rua Direita, 116.
Samuel Clapp e Comp., rua Detrás do Hospício, 15.
Samuel Philipps e Comp., rua Direita.
Schwieger, Buchanan e Schwieger, rua da Alfândega.
Schwind Brade e Comp., rua Detrás do Hospício, 17.
Ten Brink e Comp., rua Direita.
Thomaz Roskell, e Beesely, rua do Ouvidor.
Thompson e Companhia, dito 193.
Warre e Companhia, rua dos Pescadores, 50.

CORRETORES DE NAVIOS

Hudson e Weguelin, rua Direita, 136.
Schott e Reye, dito 127.
Christiano Stockmeyer, Corretor Geral, dito 95.
Cohn e Ferreira, rua da Alfândega.

CORRETORES

Buschenthal e Duval, rua Direita, 34.
Carlos Baker, rua do Sabão, 9.
Frederico Rabeholm, rua da Alfândega.
March e filho, rua Direita.
Rabeholm e Braun, rua da Alfândega, 14.

CASAS DE LEILÃO

Thomaz Russel, rua Direita.
Carlos Cannel, rua Detrás do Hospício.
Jorge João Dodsworth, rua da Alfandega, 38, também casa de comissão.
Alexandre José Rodrigues, Porteiro Privativo dos Leilões do Comércio e casas falidas, rua do Espírito Santo, 35.

[Extraído do *Almanaque dos comerciantes* de 1827.]

. . . .

Bibliografia

A) FONTES MANUSCRITAS:

Coleção de mss. da Biblioteca Nacional: *Hinos e cartas* de *Evaristo Ferreira da Veiga*, e mss. II-29-36-1.

Doc. 46, caixa 147, do Arquivo Nacional.

Maço LXX, doc. nº 3.370, maço LXXVII, docs. nºs. 3.469, 3.478 e 3.487, e maço LXXXVI, doc. nº 3.864, do arquivo do Castelo d›Eu, Museu Imperial de Petrópolis.

B) BIBLIOGRAFIA IMPRESSA:

1) Publicações oficiais:

Anais da Câmara dos Deputados de 1830. a 1836.

Coleção de Leis do Brasil de 1831 a 1836.

2) Livros:

Armitage, John – *História do Brasil.* Edição Eugênio Egas, São Paulo, 1914.

Azevedo, Moreira de – *História pátria. O Brasil de 1831 a 1840.* Rio, 1884.

Bocage – *Excertos.* Edição de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. Rio, 1867.

Coleções das diversas peças relativas à morte do ilustre brasileiro Evaristo Ferreira da Veiga. Rio, 1837.

Denis, F. – Vide Taunay, H.

Egas, Eugênio – *Diogo Antônio Feijó.* São Paulo, 1912.

Fazenda, Vieira – *Antigualhas e memórias do Rio de Janeiro*.

Fonseca, José Eduardo da – *O patriarca da imprensa.* Rio, 1920.

Forjaz, Djalma – *O senador Vergueiro*. São Paulo, 1924.

Freire, Gilberto – *Sobrados e mocambos.* São Paulo, 1936.

Graham, Maria – *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there during the years 1821, 1822, 1823.* Londres, 1824.

Honras e saudades à memória de Evaristo Ferreira da Veiga. Rio, 1837.

Lima, Abreu – *História do Brasil.* H. Laemmert. Rio, 1882.

Lima, Manuel de Oliveira – *O movimento da Independência.* São Paulo, 1922.

Macedo, J. M. – *Memórias da rua do Ouvidor.* Edição de 1952.

Marinho, José Antônio – *História do movimento político no ano de 1842 em Minas.* Rio, 1844.

Miranda, Veiga – *O panfletário do Primeiro Reinado.* Rio, 1936.

Morais, João Batista de – *Revolução de 1842.* Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.* São Paulo, 1908.

Cogitações acerbas de um monge exilado. Luciano. Rio, 1869.

Nabuco, Joaquim – *Um estadista do Império.* Rio, 1899.

Otôni, Teófilo – *Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais.* Edição Basílio de Magalhães. Rio, 1915.

Poesias de Evaristo da Veiga. Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional.* Rio, 1915.

Pacheco, Félix – *O publicista da Regência.* Rio, 1899.

Pombo, José Francisco da Rocha – *História do Brasil.* Rio, 1935.

Remédios, Mendes dos – *História da literatura portuguesa.* Coimbra, 1908.

Revolução de 7 de Abril de 1831 e Evaristo da Veiga (A), por um fluminense amante da Constituição. Rio, 1862.

Ribeiro, João – *História do Brasil. Curso Superior.* Rio, 1935. [Vide também Romero, Sílvio.]

Rio Branco, Barão do – *Efemérides brasileiras.* Rio, 1892.

Rocha, Justiniano José da – *Ação; reação; transação. Duas Palavras acerca da atualidade política do Brasil.* Francisco Rodrigues Paiva. Rio, 1901.

Romero, Sílvio, e João Ribeiro – *Compêndio de história da literatura brasileira.* Rio, 1906.

Taunay, H., e F. Denis – *Notice Historique et Explication du Panorame du Rio de Janeiro.* Paris, 1824.

Veiga, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras.* Belo Horizonte, 1926.

Walsh, rev. R. – *Notices of Brazil in 1828 and 1829.* Londres, 1830.

Williams, Mary Wilhelmine – *Dom Pedro the Magnanimous Second Emperor of Brazil.* Chapel Hill, 1937.

3) Periódicos e jornais:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [*R.I.H.G.B.*]. Tomos 40, 66, 71, *77.*

Aurora Fluminense.

Gazeta do Brasil.

Nova Luz Brasileira (A).

Diário do Rio.

Correio Oficial.

Rio Herald (The).

Sete de Abril.

Jornal do Comércio.

Caramuru.

Carijó.

Universal.

Astreia.

Novo Farol Paulistano.

Índice onomástico

C

D

E

K

L

M

Q

R

S

T

V

W

X

Sobre Otávio Tarquínio de Sousa

"A obra de Otávio Tarquínio de Sousa se incorporou definitivamente à nossa fisionomia cultural. Ele não passará. Será, daqui a séculos, uma expressão do Brasil."

Afonso Arinos de Melo Franco

"A série que afinal constituiu a *História dos Fundadores do Império*, obra cuja importância na avaliação da realidade nacional o tempo só fará acentuar estudos que consagraram em Otávio Tarquínio o historiador que ele veio a ser e o homem público que nele vigilava."

Carlos Lacerda

"Mestre da historiografia (...). É história calcada nos arquivos do tempo, afinada à melhor teoria contemporânea e redigida com suma probidade – a probidade desse grande homem de bem que é Otávio Tarquínio de Sousa, cujo empenho confessado é o de atingir 'um máximo de exatidão e verdade: a verdade ao alcance da História'. É um livro que honra uma vida."

Carlos Drummond de Andrade

"Erguida pedra sobre pedra, a obra do notável historiador desenvolveu-se vigorosa, ampla e meditada, ao longo de duas décadas. E toda ela foi lançada com o selo desta Editora [José Olympio], que teve o privilégio, ainda, não só do convívio de Otávio Tarquínio de Sousa como de sua inestimável colaboração, como diretor da Coleção Documentos Brasileiros, no período que vai do 19º ao 110º volume."

José Olympio, editor

9 788570 186164